

MARIONILDE DIAS BREPOHL

**ARRENDANTES E ARRENDATÁRIOS NO CONTEXTO DA SOJA
REGIÃO DE CASCAVEL; PARANÁ - 1960-1980**

Dissertação apresentada para obtenção de título de Mestre em História do Brasil, opção História Social. Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1982

A Ditmar, companheiro de todo e
qualquer trabalho.

A Maitê e Daniel, amigos que es-
pero, possam construir uma so-
ciedade melhor.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE MAPAS	vii
LISTA DE ANEXOS	viii
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE GRÁFICOS	xi
INTRODUÇÃO	2
METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA	9
ARQUIVOS E FONTES	23
1 REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA	27
1.1 O SURGIMENTO DA HISTÓRIA ECONÔMICA.....	28
1.2 BASES PARA HISTÓRIA DA AGRICULTURA.....	29
1.3 A AGRICULTURA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....	33
1.3.1 Tendências Interpretativas atuais.....	37
1.3.2 Agricultura e pequena produção: o enfoque da sociologia histórica.....	41
1.4 AGRICULTURA NA HISTORIOGRAFIA PARANAENSE: O ENFOQUE DA HISTÓRIA REGIONAL.....	43
2 A REGIÃO DE CASCAVEL	52
2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO OESTE E SUDOESTE PARANAENSE.....	53
2.2 MIGRAÇÕES NA REGIÃO DE CASCAVEL.....	57
2.3 A POPULAÇÃO RURAL PERMANENTE NA REGIÃO DE CASCAVEL.....	62
3 A SOJA E SUAS DETERMINAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS	67

3.1	INTRODUÇÃO DA SOJA NO BRASIL.....	71
3.2	A SOJA NO PARANÁ.....	73
4	ALTERAÇÕES NA DIVISÃO E NO USO DA TERRA A PARTIR	
	DA INTRODUÇÃO DA SOJA NA REGIÃO DE CASCAVEL.....	90
4.1	A TERRA COMO MERCADORIA.....	91
4.2	O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS TERRAS NAS REGIÕES EXTREMO-OESTE E SUDOESTE PARANAENSE.....	93
4.3	OS ARRENDAMENTOS RURAIS E SUAS ALTERAÇÕES RECENTES.....	101
	CONCLUSÕES.....	114
	ANEXOS.....	117
	REFERÊNCIAS.....	165
	FONTES MANUSCRITAS.....	166
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167

AGRADECIMENTOS

As exigências acadêmicas obrigam a autora a assinar este trabalho individualmente; entretanto, ele é fruto de inúmeras discussões e debates realizados com diversos professores e colegas desta e de outras áreas, a quem desejo expressar meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente, ao Professor Orientador Carlos Roberto Antunes dos Santos, que se ocupou desde os primeiros momentos de definição da temática até as últimas fases da pesquisa; com ele, espero poder prosseguir o caminho que tenho pela frente, a saber, o aprendizado da ciência histórica em sua função crítica da realidade.

Ao Professor Ditmar Brepohl, por sua inestimável contribuição crítica, principalmente no que tange ao diálogo entre a História e a Economia.

Agradecimentos também são devidos ao Professor Henrique Soares Koehler, pela cooperação decisiva na análise estatística e processamento dos dados desta dissertação.

Aos Professores Ana Maria Burmester, Francisco Moraes Paz e Roseli Maria Rocha dos Santos, por se dedicarem à leitura e discussão desta pesquisa, dando ênfase aos instrumentais da Demografia, da Geografia Humana e de Sociologia.

Ao Professor Jayme Antônio Cardoso, pelo auxílio no tratamento gráfico da Informação.

À Professora Lucila Maris Broetto, pelo auxílio no tra-

balho de levantamento dos dados junto ao Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Finalmente, cabe mencionar que esta dissertação se realizou sob o apoio da Universidade Federal do Paraná em seu curso de pós-graduação em História e sob o financiamento dado, no período de realização de créditos pelo CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e na fase de pesquisa, pelo CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

LISTA DE TABELAS

1	Distribuição dos migrantes residentes nas Micro-regiões Extremo-Oeste e Sudoeste do Paraná. Segundo os Estados de procedência. Acumulada até 1970 - números absolutos.....	52
2	Evolução da população do Sudoeste no Paraná.....	53
3	Volume da produção de soja, milho, trigo e feijão - Paraná, 2 Microrregiões Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense e município de Cascavel - 1960-1980.....	85
4	Área colhida em ha de soja, milho, trigo e feijão - Paraná, 2 Microrregiões Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense e município de Cascavel - 1960-1980.....	86
5	Preços médios recebidos para feijão, milho, soja e trigo - 1966-1980.....	86
6	Evolução da Estrutura Fundiária no Paraná - 1940-1975.....	94
7	Distribuição da posse da terra pelos estabelecimentos rurais.....	95
8	Porcentagem da área cultivada com soja, superior a 20, 50 e 100 ha.....	96
9	Distribuição de propriedades transacionadas por classe de área.....	98
10	Evolução do preço da terra em cruzeiros, de 1960 a 1980, segundo os Contratos de Compra e Venda de lotes rurais - Cascavel - Paraná.....	100

11	Total de arrendamentos no Paraná por classe de área - Comparação entre pagamento de renda em produto e renda em dinheiro - 1975.....	102
12	Tôtal de arrendamento em dinheiro e em produto no Paraná, duas microrregiões Homogêneas Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense, e Cascavel - 1970 e 1975.....	103
13	Finalidade de exploração nas áreas arrendadas, segundo os contratos de Arrendamento - Cascavel, 1960-1980.....	106
14	Obrigações entre as partes contratantes nos negócios de Arrendamento rural, Cascavel, 1960-1980.....	108
15	Relação Preço da Terra/Arrendamento, nos anos de 1969, 1976 e 1980.....	110

LISTA DE MAPAS

1	Município de Cascavel.....	11
2	Regiões do Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense.....	53

LISTA DE ANEXOS

1	Municípios que compõem as Microrregiões Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense.....	118
2	Exemplos de preenchimento da Ficha Modelo B - Contratos de Compra e Venda.....	120
3	Tabela utilizada para Deflação dos valores em cruzeiros.....	123
4	Contratos de Compra e Venda - Ficha Modelo B - Codificação dos dados para seu Processamento e análise a partir do "Statistic Package for Social Sciences", (SPSS).....	124
5	Exemplos de preenchimento da Ficha Modelo A - Contratos de Arrendamento.....	127
6	Contratos de Arrendamento - Ficha Modelo A - Codificação dos dados para seu processamento e análise a partir do "Statitisc Package for Social Sciences" (SPSS).....	132
7	Entrevista com o Presidente da Federação da Agricultura do Paraná, Mário Stadler de Sousa.....	138
8	Entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, Nicanor Schumacher.....	152
9	Categorias sócio-profissionais dos Adquirentes segundo o Registro de Contratos de Compra e Venda - Município de Cascavel, 1960-1969 e 1970-1980.....	159

10	Preços médios em cruzeiros por classes de área segundo os valores deflacionados para 80, segundo os contratos de Compra e Venda - Município de Cascavel, 1960-1980.....	160
11	Correlações entre variáveis relevantes nos contratos de Compra e Venda.....	161
12	Distribuição em porcentagem de propriedades transacionadas por classe de área. Anos de 1960, 1969, 1976 e 1980, segundo contratos de Compra e Venda - Cascavel.....	162
13	Arrendamentos rurais em Cascavel. Tipos de Arrendamentos, formas e tipos de pagamento.....	163
14	Categorias sócio-profissionais dos arrendantes e arrendatários.....	164
15	Correlações entre variáveis relevantes para os contratos de arrendamento.....	165

LISTA DE FIGURAS

1	Ficha Modelo B - Contratos de Compra e Venda.....	15
2	Ficha Modelo A - Contratos de Arrendamento.....	20

LISTA DE GRÁFICOS

1	Migrantes no Paraná, segundo a procedência. Acumulada até 1970.....	51
2	Volume da produção de soja em Cascavel, Micro- regiões Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense, Paraná e Brasil - 1960-1980.....	76
3	Volume de produção de soja, milho, trigo e feijão no Paraná - 1960-1980.....	78
4	Volume da produção de soja, milho, trigo e feijão nas Microrregiões Extremo-Oeste e Sudoeste para- naense.....	80
5	Volume da produção de soja, trigo, milho e feijão no município de Cascavel - 1960-1980.....	82
6	Análise comparativa entre preço, área colhida e produção de soja. Paraná.....	84
7	Evolução em porcentagem da Estrutura Fundiária no Paraná por classes de área - 1960-1980.....	93

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A recente introdução da cultura da soja no Paraná é reconhecido como um fator decisivo no que concerne à evolução sócio-econômica do Estado.

De fato, por se tratar de uma atividade tipicamente capitalista, a cultura da soja desempenhou um papel fundamental no que se possa conceber por maturação do capitalismo na Agricultura.

O presente trabalho objetiva dar um enfoque histórico à evolução acima mencionada, onde se procurará articular às estruturas de maior fôlego, as transformações internas de curto e médio prazo de uma região, a saber, o Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense, onde se localiza o principal centro produtor de soja no Paraná.

Para conhecer a personalidade histórica que adquiriu tal processo, optou-se pela mensuração das principais atividades econômicas na região considerada, onde variáveis como preço da terra, volume de produção, área cultivada e preço do produto foram analisados em seu conjunto. Ao lado deste procedimento, importou detectar duas formas específicas de acesso à propriedade rural, a saber, a compra e o arrendamento da terra. Isto porque constatou-se durante a pesquisa que as formas como se iniciaram a ocupação e utilização da terra (nos anos de 60 a 69) são extremamente diferentes das atuais. Além disso, a própria paisagem histórico-regional em questão sofre profundas transformações sociais, econômicas e políticas.

Se a metodologia de trabalho adotada buscou explorar um pequeno espaço geográfico, não se propôs em nenhum momento a "destacá-lo" do contexto global. Pelo contrário, ele se destina à apreensão de movimentos profundos de uma sociedade, movimentos estes ainda não perceptíveis numa primeira observação, mas que contribuem para a determinação da vida mesma da sociedade a que corresponde.

A função da ciência histórica é a de ser uma forma de conhecimento de e para o homem.

Aliás, como toda a ciência, a História possui uma íntima relação com a vida. À História cabe situar o homem, que é o fim último de toda a ciência. Onde e como está este homem à História cabe responder.

Quando se cogita, portanto, quantificar uma atividade econômica, quando se procura avaliar a produção social - sob novas técnicas de investigação científica - em nenhum momento se permite ao historiador abrir mão de seu comprometimento primeiro: o homem em sociedade (Bloch). E não será outra a nossa ambição, senão a de perseguir o "homem da soja" em um Estado agrário como é o caso do Paraná.

Este homem não se configurará, entretanto, num herói empreendedor, como talvez se pudesse esperar. Ele se expressa antes de mais nada, um trabalhador em luta pela detenção da terra, sua definitiva forma de existência e incorporação na sociedade.

ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA

A região que pretendemos estudar, é formada pelas 2 Microrregiões Homogêneas Oeste e Extremo-Oeste paranaense (de acordo com a delimitação do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística - IBGE), das quais o Pólo Central adotado foi o município de Cascavel. Este espaço geográfico constituiu-se uma das mais recentes regiões a adquirirem representatividade econômica internacional no processo de ocupação do Estado.

O período que se pretende abranger é de 1960 a 1980, onde a extração da madeira como atividade principal e a policultura, aliada à suinocultura vão sendo gradativamente substituídas pela produção agrícola especializada, onde a soja desempenha um papel fundamental.

Este período se impõe portanto como uma fase de transição de uma economia tradicional para uma economia moderna, com bases capitalistas. De fato, estas transformações fazem parte de um processo voltado à reprodução e expansão do sistema capitalista. Porém, este processo não se deu de forma linear e homogênea. Para a região estudada, ele se viabilizou através de movimentos contraditórios, quais sejam, a formação de uma camada privilegiada de empresários ligados às atividades comerciais de mate e madeira (responsáveis pelas primeiras fases de acumulação de capital). Ao lado desta, levadas migratórias oriundas das regiões meridionais do país instalaram-se naquela localidade, responsabilizando-se pela formação de uma economia de subsistência, timidamente articulada ao mercado regional.

Esta sociedade que concebemos como tradicional, ao passar pela experiência da sojicultura, deixou marcas profundas - que nos interessam estudar em sua interioridade.

Estas contradições são ainda mais perceptíveis quando se constata a significativa importância da pequena produção no Oeste e Extremo-Oeste paranaense, importância esta que contraria a concepção tradicional - de ser a pequena produção signi-

ficativa e viável apenas em regiões menos férteis, como defendem Caio Prado Jr. e Antônio Cândido, entre outros autores.

Para contestar este pressuposto, destaca-se para a Região Extremo-Oeste e Sudoeste, três caracteres principais:

- a) fertilidade do solo;
- b) população estabelecida em períodos recentes, constituída em sua maior parte por uma faixa etária jovem (migrantes catarinenses e gaúchos);
- c) a pequena propriedade em suas origens históricas.

Neste sentido, os mecanismos de dominação e subordinação existentes na agricultura, principalmente no processo histórico brasileiro, precisam ser analisados em suas especificidades, pois elas se comportam de maneira diferenciada - no tempo e no espaço.

Os objetivos a serem alcançados neste trabalho visam ao conhecimento das principais transformações sofridas na região Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense, a partir da introdução da cultura da soja. Procurar-se-á verificar o processo de concentração da propriedade e paralelo a ele, a especialização agrícola. Para atender a tais preocupações, interessa detectar o comportamento da pequena propriedade em uma região onde o progresso técnico se impõe como alternativa lógica de exploração agrícola, com vistas ao desenvolvimento do sistema capitalista.

A análise aí realizada permitiu que se observasse a emergência de uma nova personalidade histórica nos arrendamentos rurais, onde esta forma de exploração deixa de ser utilizada por trabalhadores despossuídos de terra e passa a ser administrada por médios e grandes produtores, que detêm a tecnologia química e mecânica indispensáveis para as culturas dinâmicas especializadas.

A questão que se coloca neste trabalho sobre estas transformações diz respeito ao destino mesmo desta população que ainda detém uma pequena parcela de terra: até que ponto esta inserção em um sistema produtivo tipicamente capitalista engendra (ou não) uma situação subordinada em relação aos detentores de capital na agricultura? Entender a tarefa revolucionária diante da situação de classe desta camada é trabalho para o historiador.

Estas inquietações não se deram sem a clara consciência de que a concentração da propriedade no Paraná se realiza através da valorização da terra como uma mercadoria a ser incorporada pela produção agrícola tipicamente capitalista; neste contexto, a pequena propriedade sofre uma gradativa perda de representatividade, mas não chega a ser eliminada. Ela se redefine enquanto fornecedora de alimentos básicos à população (ainda que vítima de grande instabilidade) mas também se presta à ampliação da área de cultivo dos produtos exportáveis, tais como a soja e o trigo. Isto se tem realizado predominantemente através do arrendamento rural, onde o pequeno produtor se transforma em arrendante, e cede suas terras a quem tenha recursos para nela cultivar os chamados produtos "nobres". Estes arrendamentos aumentam ou diminuem sua representatividade de acordo com as oscilações de mercado a que estão sujeitas tais culturas.

Neste sentido, importa investigar exaustivamente as causas de alteração na personalidade histórica dos arrendamentos, pois estas alterações de caráter recente, explicam o consenso que existe entre pequena e grande produção na região estudada. Não se deixará, contudo, de se levar em conta a existência de outros destinos à classe trabalhadora rural, como a proletari-

zação e os deslocamentos coletivos.

A ênfase dada na pequena propriedade visa o conhecimento mais profundo deste segmento da sociedade rural, aparentemente em situação de maior estabilidade que as demais. Tal equívoco importa à História elucidar.

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA

A viabilidade da abordagem de uma temática recente é resultado de inquietações de pesquisadores, ligados à renovação metodológica das Ciências Sociais.

Tais inquietações são devidas aos avanços ocorridos no interior da História, o que levou seus estudiosos a se entenderem no dever de ampliar seus próprios horizontes de análise.

A influência marxista no desenvolvimento da História e a postura metodológica do grupo de Annales cooperaram para a decisiva desmistificação das fronteiras cronológicas do historiador não só na França, mas também na historiografia latino-americana.

Em primeiro lugar, o reconhecimento da necessidade de uma síntese global, quando se parte da constatação de que a história humana reflete uma totalidade orgânica, mutável apenas a longo prazo, mas permeada de acontecimentos de curto e médio prazo, que trazem consigo a dinâmica de transformações mais amplas.

Em segundo lugar, o peso que muitos historiadores (não todos) têm dado ao econômico como fator explicativo; e por fim, a necessidade de aproximação da História com as demais ciências humanas.

Há que se considerar ainda o argumento que aponta o perigo de parcialidade do historiador ao analisar o presente; tal risco não só o historiador incorre, mas também o sociólogo, o

antropólogo, o economista. Ademais, incorre-se o mesmo risco ao se estudar o passado. O que se assegura sim, por parte do historiador contemporâneo, é o compromisso que este mantém com as estruturas de maior fôlego, uma noção que possibilita englobar o passado à análise explicativa do presente. Assim, o tratamento histórico de qualquer realidade contemporânea, mesmo do passado, exige que a variável tempo seja considerada em todo seu rigor. E é neste sentido que se pretende encaminhar esta pesquisa.

O presente trabalho tem um caráter interdisciplinar. Nele, buscar-se-á o encontro da História com a Economia, a Estatística, a Informática, a Sociologia, e algumas variáveis da Demografia. À História, contudo, caberá a função de síntese, onde se procurará detectar as permanências e rupturas responsáveis pelos avanços de uma sociedade determinada.

A idéia de se trabalhar com um espaço econômico e social definido, a saber, o Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense,* concretizou-se principalmente por três fatores principais:

- a) alta representatividade destas regiões no que tange à produção de soja;
- b) sua homogeneidade histórico-regional, principalmente no que se refere ao contingente populacional aí instalado;
- c) sua evolução recente, no que diz respeito às suas atividades agrícolas.

Esta delimitação, contudo não esteve isolada em momento algum de seu conjunto: durante todas as nossas investigações,

*Os municípios que constituem estas 2 Microrregiões Homogêneas, segundo o IBGE, encontram-se no Anexo nº 1, p. 118

estiveram presentes tanto a realidade de um Estado caracteristicamente agrário (como é o caso do Paraná) como o próprio contexto da formação econômica do Brasil. De fato, em um país concebido historicamente como agrícola, a grande propriedade rural constituiu-se um dos elementos explicativos das relações econômicas internacionais, por um lado, mas também responsabilizou-se pela estrutura econômica interna deste país; ambos os aspectos, rigidamente condicionados pelo comportamento específico do Sistema Capitalista no Brasil.

Para as investigações junto às fontes primárias daquela região, optamos por analisar o município de Cascavel por tratar-se este de um pólo regional de extrema importância para as atividades econômicas relacionadas à soja.

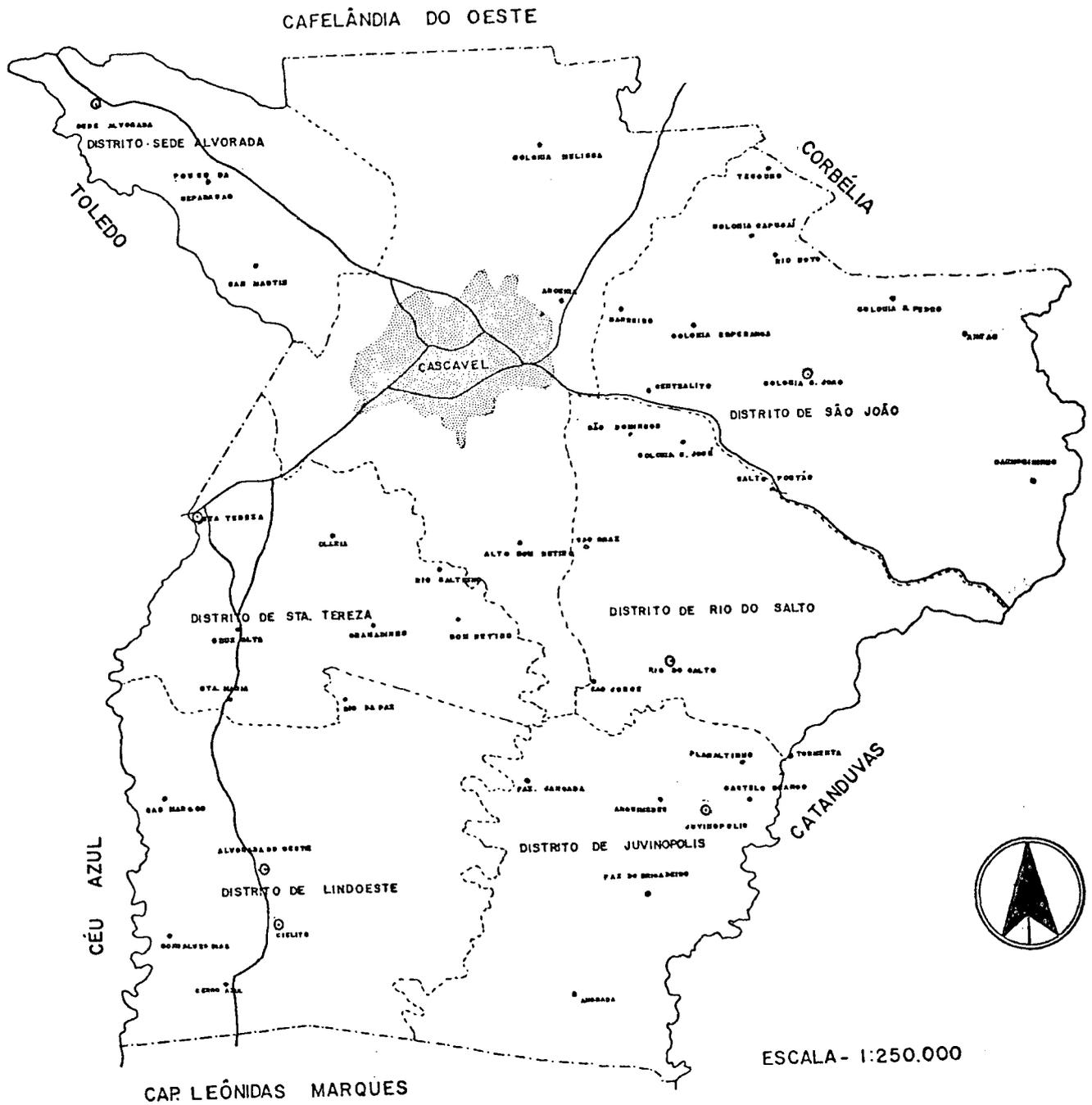
O município de Cascavel constituiu-se uma cidade de médio porte, abrangendo uma área rural bastante significativa, conforme nos ilustra o Mapa nº 1. Fundada em 1930, passou à condição de município apenas em 1952. Começou a ter expressividade econômica com a extração do mate e da madeira, tornando-se um dos núcleos de povoamento mais procurados pelos trabalhadores, e mais tarde também pelas empresas madeireiras.

Ao lado destas duas atividades, desenvolveram-se também a suinocultura e a lavoura de milho, realizadas pelos migrantes cuja atividade de subsistência nos permite caracterizar como uma produção agrícola tradicional.

Mas será com a soja que ela adquirirá a personalidade que tem hoje: voltada às funções rururbanas, sofreu um crescimento extremamente violento, não só em termos populacionais, mas principalmente no setor de serviços.

Além disto, as principais atividades cooperativistas da

MAPA 1 - MUNICÍPIO DE CASCAVEL



ESCALA - 1:250.000

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL

LEGENDA	
⊙	SEDE DE DISTRITO
•	POVOADOS
—	ESTRADA PAVIMENTADA
- - -	LIMITE DE DISTRITO

região possuem sede nesta cidade, bem como a agro-indústria já começa a ser planejada. Por este motivo, permitimo-nos denominar tal espaço de região de Cascavel; de fato, principalmente no que tange à sojicultura, o centro de Cascavel é o mais importante de toda a região.

O enfoque da História Regional exige que se lance mão de investigações empíricas, o que foi realizado a partir de dois tipos de fontes principais: os dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os documentos notariais - junto ao I Cartório de Registros de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Cascavel.

Ainda em um caráter complementar, importou lançar mão dos testemunhos orais e também da Imprensa Periódica, pois que muitas lacunas precisavam ser preenchidas com estes recursos.

A análise dos levantamentos oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tiveram dois objetivos principais:

- a) avaliar o volume da produção agrícola da soja (e de alguns outros cereais) na região estudada, e também no Estado do Paraná. Levou-se também em consideração o volume de produção da soja a nível nacional, para que se deixasse claro a representatividade agrícola deste Estado;
- b) analisar a evolução da estrutura fundiária no Estado e nas 2 Microrregiões homogêneas, bem como as alterações nas formas de administração da terra, dando ênfase primordial aos arrendamentos agrícolas. A partir destes dados, pôde-se calcular o Índice de GINI¹

¹ HOFFMANN, R. Medidas de concentração de uma distribuição e a desigualdade econômica em uma sociedade. Piracicaba, Universidade de São Paulo. Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz". Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, 1976. 88p.

para melhor compreender o processo de concentração da propriedade durante o período analisado, a saber, de 1960 a 1980.

Os gráficos construídos com o auxílio da Semiologia gráfica, pôde acompanhar a transição de uma atividade agrícola diversificada para uma fase de especialização agrícola; outra característica ficou bastante evidente: a importância dos arrendamentos agrícolas para as pequenas propriedades, bem como sua tendência à diminuição a nível municipal, verifica-se um significativo aumento - justamente na cidade de Cascavel, bem como nas 2 Microrregiões consideradas, onde a produção de soja é extremamente relevante.

Estes dados, no entanto, precisam ser criticados. Se por um lado eles nos permitem averiguar a representatividade da soja (e conseqüentemente a especialização agrícola), quanto ao processo de concentração da propriedade nestes últimos 20 anos, não se pode esperar um rigor metodológico satisfatório.

A metodologia adotada pelo IBGE obscurece as formas de concentração assumidas na Região Sul, pois que suas origens estão predominantemente nas pequenas parceladas. Na medida em que se considera um estabelecimento rural a partir da área contínua, sujeito a uma única administração,² não se leva em conta a existência de parcelas esparsas sob a administração e propriedade de um só indivíduo.

Assim, é possível que os resultados obtidos nos Censos (ainda que evidenciem um alto processo de concentração) não correspondam efetivamente à concentração efetiva da terra (supostamente maior para o caso paranaense, nestes últimos 10 anos).

²FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. IPARDES, Curitiba, 1975. p.18.

Mesmo assim, considera-se de grande valor lançar mão destes dados, principalmente porque pôde-se compará-los aos dados obtidos junto às fontes primárias, obtidas no "I Cartório de Registros de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Cascavel".

A validade de se lançar mão de um conjunto de documentos como estes é incontestável, de vez que se pode detectar quantitativa e qualitativamente a evolução que sofreu a moderna propriedade fundiária em Cascavel.

Para o levantamento e arrolamento dos "Contratos de compra e venda" optou-se por fazer uma amostragem durante este período, já que o número de documentos nestes 20 anos é extremamente vasto. Por se tratar de um trabalho artesanal do pesquisador, estabeleceu-se como critério a escolha de datas baliza de maior importância para os interesses desta pesquisa, de onde se retiraram 1946 dados para a amostragem. Os anos escolhidos foram portanto os seguintes:

1960 - Onde nada ou quase nada se produzia com vistas ao mercado internacional (com exceção de um raro contato com regiões e países vizinhos). Até esta época, toda a atividade estava voltada para a policultura e suinocultura. Aí, observa-se o resultado da política oficial de colonização agrícola.

A soja começa a ser plantada em caráter experimental, não chegando sequer a ser citada nos levantamentos oficiais (a nível municipal);

1969 - Este é um ano que se caracteriza pela queda de produção de diversos cereais (entre eles o trigo e o milho) no município de Cascavel. Quanto a soja, ela prossegue a tendência contínua de aumento de produção. Po-

FIGURA Nº 1 - FICHA MODELO B. CONTRATOS DE COMPRA E VENDA

Modelo B - Contratos de Compra e Venda

Arquivo: *I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascavel*
Título: *Livro do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos*

Livro _____ Folha _____ Nº de Ordem _____ Data _____

<i>Transmitente</i>	Nome _____	<i>Adquirente</i>	Nome _____
	Profissão _____		Profissão _____
	Origem _____		Origem _____
	Estado Civil _____		Estado Civil _____

<i>Formas de Título</i>	Título de Propriedade do Livro de Títulos e Lotes Coloniais DGTC <input type="checkbox"/>	Valor do contrato _____
	Título de Domínio Pleno de terras do Livro de Título de compra e venda de terras devolutas pelo DGTC <input type="checkbox"/>	Condições: As do Título
	Escritura Pública de compra e venda <input type="checkbox"/>	Outras _____
	Outras <input type="checkbox"/>	_____

Lote _____
Zona _____
Gleba _____
Área _____
Município _____

Finalidade de Exploração _____

Benfeitorias _____

de-se deferir daí que a produção diversificada já começa gradativamente a ser substituída pela produção especializada;

1976 - O ano que representa o quinquênio responsável pelo take-off da soja no Paraná e no Brasil (1973-1977), somando-se ainda para este período o início do processamento da soja no país (1974). Aí, a conjuntura dos negócios tende a sofrer uma significativa aceleração;

1980 - Responsável pela safra recorde de soja, durante o período analisado.

Neste mesmo ano, observa-se uma queda de preços deste produto no mercado.

Tal procedimento levou à necessidade de homogeneização dos dados, através da elaboração de uma ficha (conforme figura nº 1), onde se desse atenção aos seguintes itens principais:*

- **Profissão, Origem e Estado Civil dos Contratantes.** Estes dados se prestam a verificar a origem destes produtores, bem como se os vendedores pertenciam ao meio agrícola ou se eram externos a ele; importante também é detectar as empresas colonizadoras de terra, bem como a ação estatal neste mesmo sentido.

- **Formas de Título.** Estão diretamente ligadas à questão da política estatal para a regulamentação de terras.

- **Área e Preço dos Imóveis.** São de relevância central, dado o objetivo da pesquisa. Aqui poderemos observar o comportamento dos preços nos dois períodos distintos - anterior à soja (1960 - 1969) e conjuntura da soja (1970-

*Alguns exemplos da ficha Modelo B - contratos de "Compra e Venda" encontram-se no Anexo nº 2. p. 120

1980), e também verificar a evolução do tamanho médio das propriedades. Para que se realizasse esta comparação, foi necessário deflacionar os valores declarados em cada contrato.*

- **Benfeitorias.** Se estão citadas, quais as mais constantes, e se elas encarecem ou não o preço das propriedades.

Após a ordenação e codificação de tais dados,** realizou-se o processamento junto a um programa especialmente destinado a pesquisas em Ciências Sociais.³ Em tal programa, pôde-se verificar no conjunto das informações o comportamento do preço da terra, bem como comprovar as alterações na estrutura fundiária. Também a ação estatal e privada foram relacionadas ao conjunto dos dados. As categorias profissionais dos contratantes (bem como sua origem) puderam completar o quadro de informações.

Contudo, também para estas fontes, existem severas críticas a fazer.

Em primeiro lugar, os contratos nem sempre trouxeram todas as informações exigidas, como por exemplo, o item "profissão" e "origem" dos contratantes são bastante escassos.

A existência ou não de benfeitorias nas propriedades nem sempre está citada, o que dificulta a avaliação de sua importância no valor da parcela.

Alguns valores expressos nos contratos de compra e ven-

*Estes cálculos se basearam no Índice Geral de Preços, conforme Anexo nº 3 (medida adotada para todos os valores em cruzeiros analisados nesta pesquisa). p. 123

**Os códigos utilizados para o processamento desta ficha encontram-se no Anexo nº 4. p. 124

³Universidade Federal do Paraná. "Special Package for Social Sciences". Curitiba, Centro de Computação da Universidade Federal do Paraná. 1982.

da (principalmente realizados após 1970) não são dignos de total credibilidade. Pela defassagem de tais preços (10 a 100 vezes menor do que o valor real) observa-se que tal expediente é adotado para diminuir ou eliminar a incidência tributária e o controle do fisco, expediente este adotado principalmente por pessoas jurídicas, ligadas a negócios de terras e de madeira. Toda a checagem sobre a valorização da propriedade em função da soja fica em parte comprometida - pois em tratamento estatístico mesmo que não se considere todo o universo de dados como fictício, sabe-se que os valores falsos distorcem os parâmetros da amostra.

No que tange aos anos de 1976 e 1980, encontrou-se um problema com relação aos registros. A partir de 1975, extinguiu-se a escritura manuscrita, passando-se a registrar os imóveis a partir do critério de matrículas, tornando impossível a partir desta data a continuidade do arrolamento através da metodologia adotada. De fato, o registro por matrícula dá-se a cada propriedade um número fixo, para qualquer efeito de transação. Desta maneira, não se pode acompanhar tais dados pela data do negócio, mas somente pelo seu número.

Por este motivo, lançamos mão (a partir de 1975) dos "Contratos de Compromisso de Compra e Venda", que embora menos numerosos, possuem especificações mais detalhadas de cada parcela (o que foi mais interessante para nossos objetivos).

Outro problema é com relação à análise da concentração da propriedade. Tal processo não se deu via compra e venda em sua totalidade, mas originou-se de aglutinações de pequenas parcelas, via eliminação de posseiros que ali se instalaram. Infelizmente, estes fatos não são arroláveis, pois mesmo que fos-

se possível inquirir aos fazendeiros sobre a origem de suas propriedades, aponta-se a possível existência de escrituras conseguidas, na maioria fora do próprio Estado, com o intuito de legitimar tais estabelecimentos.

Os documentos da prefeitura e do Forum foram incendiados (por volta de 1970), o que impossibilita uma verificação mais cuidadosa das expulsões de grileiros, posseiros e intrusos.

Mesmo com todas estas limitações, pôde-se observar principalmente a valorização da propriedade em função da sojicultura, fator este que dificulta imensamente o acesso de camadas mais baixas à propriedade da terra, e também aos pequenos produtores em aumentar suas parcelas. Pelo contrário, observa-se nesta camada um refraccionamento da terra, não apenas por motivo de herança, mas porque o médio produtor passa a se desfazer de parte do seu estabelecimento no momento em que os custos de produção acabam por lhe trazer prejuízos incontrolláveis. Aí, a terra é vendida na maioria das vezes, para saldar dívidas bancárias ou pessoais. Assim sendo, ambos os processos evidenciados, a saber, o de concentração e o de fraccionamento estão articulados à introdução de capitais na agricultura, que pressionam as atividades tradicionais junto às oscilações do mercado. As investigações junto aos dados sobre o arrendamento agrícola foram extremamente importantes para a ampliação dos quadros desta pesquisa. Sua expressividade quanto às pequenas e médias propriedades se constituiu objeto de nossas preocupações, principalmente em função da sojicultura.

O conjunto de cláusulas encontradas nestes documentos merecem maior credibilidade do que nos contratos de compra e venda, pois em qualquer caso de litígio entre os contratantes, o único documento existente com as condições acertadas é o "Con-

trato de Arrendamento". Além disto, eles trazem maiores especificações no teor do Contrato, tais como as obrigações entre as partes, as condições de pagamento, e as finalidades de exploração - embora não discriminadas na totalidade dos contratos.

Os maiores problemas que se enfrenta com este conjunto são basicamente dois:

- a) escassez dos contratos registrados em Cartório no período de 60 a 70. Estes acertos eram até então usualmente realizados de forma consensual, não havendo portanto documentação escrita. Também para este período observa-se ainda a existência de terras não regulamentadas, o que facilitava a ocupação sem ônus (exercício de posse);
- b) impossibilidade de verificação da proporcionalidade dos arrendamentos a nível municipal. Embora estejamos trabalhando com o universo dos contratos de arrendamento junto a este cartório, muitas vezes ocorre a suspensão do contrato, ou ainda a busca de outras formas de regulamentação que não via cartório. Por isto, lançamos mão dos dados oficiais para verificar sua representatividade.

De qualquer maneira, a significância da Forma de Exploração por arrendamento é muito grande, pelas respostas mesmas que se tem encontrado no decorrer desta pesquisa.

Para o arrolamento destes dados, que somaram 1 264 contratos, elaborou-se também uma ficha que sintetizasse as informações a serem coletadas (conforme figura 2),* levando em

*Alguns exemplos de preenchimento desta ficha encontram-se no Anexo 5. p.127

FIGURA Nº 2 - FICHA MODELO A. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

Modelo A - Contratos de Arrendamento

Arquivo: *I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascavel*
 Título: *Registro de Títulos, documentos e outros papéis*

Livro _____ Folha _____ Nº de Ordem _____ Data _____

Arrendante	{	Nome _____		Arrendatário	{	Nome _____
		Profissão _____				Profissão _____
		Origem _____				Origem _____
		Estado Civil _____				Estado Civil _____

Tipos de Arrendamento	{	Produto <input type="checkbox"/>		Prazo _____
		Trabalho <input type="checkbox"/>		Preço _____
		Dinheiro <input type="checkbox"/>		Tipo de Pagamento _____
				Benfeitorias _____

	Obrigações do Arrendante	Obrigações do Arrendatário
Lote _____	_____	_____
Zona _____	_____	_____
Gleba _____	_____	_____
Área _____	_____	_____
Município _____	_____	_____

conta os principais itens, tais como:

- **Profissão, Origem, Estado Civil dos Contratantes.** Estes dados importam para o reconhecimento da atividade econômica destes contratantes. Quando pertencentes ao Setor Primário, deduz-se que trabalharão diretamente com a terra. Também importa aqui avaliar o contingente de explorações empresariais e ainda a possível existência de especulação imobiliária:

- **Tipo de Arrendamento.** As formas de pagamento encontradas são basicamente três: em trabalho (as mais comuns), em dinheiro e em produto (a grande maioria após 1970). Esta tendência em se pagar em produto traz consigo um condicionante: os arrendatários devem trazer consigo os instrumentais para a produção (tecnologia química e mecânica, bem como empregados, se necessário). Quanto a forma de pagamento em trabalho, estas estão ligadas a formas tradicionais de arrendamento, onde o arrendatário trabalha para si e realiza serviços específicos ao proprietário, tais como arar a terra, construir casas, zelar pela propriedade, cuidar do gado. Sua pouca representatividade numérica impossibilitou-nos de analisá-lo de forma mais profunda.

- **Prazo de Arrendamento.** À esta pesquisa, tal item servirá como dado complementar, pois ele se condiciona a partir da finalidade de exploração. Aí, encontramos a duração máxima de 25 anos (nos casos de reflorestamento), até uma duração mínima de 3 meses (para safras de culturas específicas).

- **Custo do Arrendamento.** Embora para este caso ele não

ocupe relevância central (como o era nos contratos de compra e venda), importa analisá-lo à luz dos preços médios de compra e venda encontrados na análise anterior. Além disto, principalmente quando em dinheiro, foi possível inquirir sobre a valorização ou não desta forma de exploração agrícola.

- Obrigações do Arrendante e do Arrendatário. Serviu-nos para que tivéssemos dados complementares a respeito deste tipo de negócio.

Para a ordenação e processamento destes dados, aplicou-se o mesmo programa citado no caso anterior.*

A semelhança de tratamento nos dois casos possibilitou uma análise comparativa entre estas duas formas de exploração, onde se pôde demonstrar as principais relações entre pequena e grande propriedade.

As técnicas de História Oral e os dados da Imprensa Periódica foram utilizados neste trabalho em um caráter complementar.** Sem exagero, os testemunhos orais e o material dos diversos jornais e revistas concernentes ao tema dariam subsídios para uma outra dissertação. Em que pese não se ter esgotado tais fontes, foi possível elucidar um grande número de dúvidas através destas investigações. Principalmente no que tange ao processo migratório (a respeito dos quais não se possui levantamentos no IBGE) foi de extremo interesse os dados da

*Os códigos utilizados para o processamento destes dados encontram-se no Anexo 6, p.132. Para os valores expressos em dinheiro, adotou-se o expediente de deflacionamento, como no caso anterior.

**Do conjunto de entrevistas realizadas, selecionou-se duas dentre as mais significativas, para ilustrar o procedimento metodológico aí adotado (Anexos 7 e 8). p. 138-152

imprensa e as entrevistas com migrantes ou mesmo líderes locais interessados neste contingente populacional.

O diálogo com produtores ligados às Cooperativas reforçou a visão da importância deste sistema quanto à produção de soja e trigo na região de Cascavel.

Estas fontes contudo, não foram esgotadas. Elas se prestaram, como já foi colocado, para o preenchimento de algumas lacunas deixadas pelas outras fontes. Seu manuseio, de qualquer maneira, foi fundamental para a redação deste trabalho.

Um estudo como este procurou levar em conta as especificidades regionais em questão. Ao mesmo tempo, a literatura pertinente ao tema foi exaustivamente consultada, o que nos possibilitará identificar para o Brasil, processos semelhantes ou diferenciados da evolução sócio-econômica do meio rural.

A História Regional pode provocar ao seu estudioso alguns equívocos. É importante não deixar de lado o fato de que muitas vezes existem processos nem sempre passíveis de generalização.

Outrossim, a História Regional nos possibilita enxergar movimentos aparentemente pouco relevantes, mas que são de extrema importância para a análise do Sistema Global.

ARQUIVOS E FONTES

O "I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Cascavel" possui um conjunto de documentação de extremo valor às pesquisas de conjuntura recente da região. Em primeiro lugar por reunir informações de ordem quantitativa no que tange às transações de imóveis rurais e urbanos, dispostas em ordem cronológica até o ano de 1975 (após esta data, as propriedades são classificadas por número de matrícula, dificultando a coleta de dados dos registros de compra e venda a partir da metodologia adotada).

Os contratos de arrendamento forneceram para todo o período analisado, um conjunto de informações de caráter quantitativo e qualitativo - pois trazem em si especificações muito maiores que os registros de compra e venda.

Neste segundo conjunto, pôde-se detectar não apenas as variáveis preço, extensão da propriedade e categorias sócio-profissionais dos contratantes, mas também a finalidade destas explorações, a duração deste negócios, as condições estipuladas por ambas as partes e finalmente as obrigações de cada contratante.

Os livros consultados foram basicamente de duas coleções deste arquivo. A primeira reúne os "livros do Cartório de Registros de Documentos da Comarca de Cascavel", e se prestava à coleta de dados referentes aos Contratos de Compra e Venda nos anos de 1960 e 1969.

A segunda reúne os "Livros de Registros de Títulos, Documentos e outros papéis", para a coleta de dados referentes aos contratos de Arrendamentos Rurais (de 1960 a 1980) e dos dados referentes aos "Contratos de Compromisso de Compra e Venda, nos anos de 1976 e 1980.

Estes documentos são de fácil manuseio e leitura, pois encontram-se em bom estado de conservação.

O problema principal já levantado diz respeito a determinados valores de venda, constantes em alguns contratos. Mesmo assim, apesar destas limitações, pôde-se constatar o processo de valorização da propriedade, bem como a atuação de políticas oficiais, de pessoas jurídicas e pessoas físicas.

Quanto aos arrendamentos, a limitação maior se deu no período de 1960 a 1969, em virtude de não ser comum o registro em cartórios (tais negócios, eram realizados de forma consensual). Além disto, neste mesmo período, a possibilidade de ocupação de parcelas ainda não regulamentadas (e cuja existência não dispõe de documentação escrita) tornava o arrendamento agrícola menos representativo.

Estas dificuldades não chegaram, contudo, a prejudicar as principais conclusões desta pesquisa. Para evitar distorções de análise, procurou-se alicerçar tal trabalho com outras bases empíricas, que se constituíram principalmente, nos dados oficiais, na Imprensa periódica e nos testemunhos orais.

Os dados oficiais analisados foram retirados dos levantamentos estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde se procurou avaliar a produção agrícola Regional e a evolução da estrutura fundiária do Estado do Paraná.

As coleções de periódicos consultados encontram-se na Biblioteca Pública do Estado do Paraná, e prestaram-se ao conhecimento dos efeitos políticos e sociais da introdução da soja naquela região.

Finalmente, lançou-se mão das técnicas de História oral, através de entrevistas, com o objetivo de se reconhecer mais de perto as especificidades locais - de vez que sobre esta região muito pouco foi estudado.

A criteriosidade com que se trabalhou as fontes de pesquisa obedeceu a exigências dos próprios métodos da História, que objetivam através dos instrumentais que lhe são próprios, ampliar de forma exaustiva, as bases empíricas de investigação.

Todo este esforço perde seu sentido se não se fizer acompanhar de bases teóricas de análise - que busquem, para o caso deste trabalho, o conhecimento profundo do percurso da História da Agricultura no Paraná e no Brasil.

**CAPÍTULO 1 - REVISÃO CRÍTICA DA
LITERATURA**

1 REVISÃO CRÍTICA DA LITERATURA

O estudo das transformações sofridas em uma sociedade agrária tipicamente não-capitalista reflete, em grande parte, uma preocupação não só no campo da História, mas de todas as ciências humanas em relação ao meio rural, enquanto um "problema" criado pelo Sistema Capitalista.

A proliferação destes debates são compreensíveis pelo fato de que na atualidade o espaço agrário tem sofrido uma redefinição muito profunda, redefinição esta apreendida e criticada não só pelo mundo acadêmico, mas também por entidades públicas de pesquisa e planejamento.

Neste sentido, a História tem sido "reclamada" a exercer ao lado das demais ciências, a sua função de síntese.

Ao se realizar contudo, um estudo temático em História Econômica e Social da Agricultura, sob o enfoque da História Regional, é necessário que se deixe claro o compromisso teórico que se mantém com os quadros mais amplos em que tal análise se insere, qual seja, o desenvolvimento do Capitalismo no Brasil e as especificidades que lhe são próprias.

Tratar portanto de História da Agricultura, segundo Ciro Cardoso, é tratar de uma "estrutura de estruturas",¹ de uma estrutura parcial, que não pode perder, em momento algum, sua li-

¹CARDOSO, Ciro. História da agricultura e história Regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa in: Agricultura, escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979 p.14.

gação com a totalidade.

De fato, como nos afirma Pierre Vilar,

História total não consiste na tarefa impossível de dizer tudo sobre tudo, mas somente em dizer aquilo de que a totalidade depende, e aquilo que depende da totalidade.²

Assim sendo, temos a nítida convicção de que ao se realizar um corte espaço-temporal, há que se ter permanentemente presentes os quadros explicativos mais amplos no que diz respeito ao processo histórico brasileiro.

Para tanto, temos que procurar entender as principais correntes interpretativas sobre a questão agrária no Brasil, já que tais vertentes foram responsáveis (direta ou indiretamente) por inúmeras políticas agrícolas adotadas.

Antes desta análise, contudo, é necessário que se mencione alguns historiadores europeus que lançaram bases para a formalização do que se pode conceber no campo epistemológico por "novos objetos" da ciência histórica,³ particularmente onde a História Econômica, a História da Agricultura e a História Regional passaram a desempenhar um papel de extrema relevância.

1.1 O SURGIMENTO DA HISTÓRIA ECONÔMICA

A História Econômica, segundo Witold Kula, é uma ciência nova. Ela começa a se formalizar com a economia política burguesa, o advento do Capitalismo e a Revolução Industrial.⁴ São mudanças por demais violentas, onde se impõe por parte das so-

²CARDOSO, CIRO. *ibidem*, p.14.

³LE GROFF, Jacques, comp. História novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. p.12.

⁴KULA, WITOLD. Problemas y métodos de la historia económica. 3ed., Barcelona, Península, 1977. p.14.

iedades européias um tipo de civilização "a ser" seguido em todo o mundo: a civilização industrial.

A contribuição marxista, nos meados do século XIX, foi fundamental ao desenvolvimento da História Econômica. Marx estudou o capitalismo como uma categoria histórica, firmando-se contudo na Economia Política.

A partir deste autor, os debates sobre as origens do Capitalismo (com Sombart e Weber entre os principais), a análise sobre as transformações das sociedades pré-industriais, as noções de crescimento (e mais tarde de desenvolvimento) passam a adquirir um requisito essencial: a longa duração.⁵

Assim, a Ciência Econômica e a História passam a ser disciplinas independentes, ligadas porém por uma preocupação comum, que é a de detectar os mecanismos transformadores (a médio e longo prazo) na vida material das sociedades.

Esta solução se constitui um primeiro passo para a elaboração de estudos históricos diretamente ligados ao meio rural, conforme veremos a seguir.

1.2 AS BASES PARA A HISTÓRIA DA AGRICULTURA NOS ÚLTIMOS 50 ANOS

A agricultura entendida em sua interioridade sofreu certa retração nos estudos europeus, em função do grande interesse evidenciado por parte de todos os cientistas sociais, no que dissesse respeito ao processo industrial, vigente principalmente no período entre guerras. As ciências humanas se organizaram em torno da noção de "progresso" para explicitá-lo através dos conceitos de "desenvolvimento" e "modernização".

⁵KULA, Witold. História e longa duração. in: Estudos Históricos (7): p. 175-199. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília - Marília, 1975.

Nesta conjuntura, alguns estudos se fazem destacar no campo da História, por demonstrarem uma preocupação diferenciada, específica ao meio rural. Trata-se da contribuição de Marc Bloch (da Escola de "Annales"), onde se procura uma caracterização histórica da sociedade feudal (1939).⁶

Este trabalho buscou explicar as origens da propriedade privada européia. Os vínculos de "homem a homem" que resultaram em possuidores de terras e não possuidores, vínculos estes extra-econômicos, puderam explicar o contexto Trabalho, Propriedade e Capital (embora não fosse esta sua preocupação central).

Um outro fator favorável ao desenvolvimento de estudos agrários na História é justamente o desenvolvimento da já mencionada História Econômica, que marcou de forma decisiva os trabalhos relacionados ao meio rural, fundamentalmente no que concerne à vida material das sociedades.

Tais trabalhos procuraram, cada vez mais, aplicar novas técnicas de investigação científica, chamando para si novos instrumentais de análise, tais como a demografia, a Estatística e ainda a adoção de modelos Explicativos (originados da História Econômica). Tais atividades resultaram em pesquisas que vão desde a análise das crises de subsistência nas sociedades pré-capitalistas, a partir da quantificação das atividades econômicas (com Labrousse, Aymard, Beauvier), passando por estudos sobre as inovações alimentares e tecnológicas (com Braudel), até o estudo das mentalidades coletivas no meio rural (Duby, Ariès, Foucault, entre outros).

Finalmente, ainda sobre a produção científica da França,

⁶BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa, edições 70, 1979. 535p.

cabe ainda ressaltar a proposta de síntese histórica na obra de Emmanuel Le Roi Ladurie,⁷ onde se reconhece no mundo rural seus diferentes organismos, a dominação exercida (por parte do meio urbano) por forças políticas, econômicas e burocráticas.

Ainda sob o enfoque específico da História Econômica da Agricultura, Witold Kula, influenciado pelas exigências marxistas de síntese global e também pela abordagem metodológica da escola francesa, aponta para a necessidade em se detectar os mecanismos parciais da História, e aliado a eles, um reconhecimento efetivo da importância em se consolidar investigações nas disciplinas especializadas,⁸ para que realmente a História Integral seja efetivada.

Os autores acima mencionados representam, entre outros, um marco relevante no que tange à evolução da interdisciplinaridade da ciência histórica, particularmente no que tange ao estudo da realidade rural em seus próprios mecanismos.

Com relação à função crítica da História sobre os quadros analíticos e interpretativos da Agricultura moderna, é necessário que se assinalem dois autores de extrema relevância, pelo caráter evidenciado em suas obras - a saber, o de uma postura severamente crítica aos trabalhos e que buscam transferir realidades, rechaçando as especificidades históricas de cada formação social.⁹ São eles, Eric Hobsbawn e Pierre Vilar.

⁷LADURNE, Emmanuel Le Roi. Le territoire de l'historien. Paris, Gallimard, 1973. p. 142-168.

⁸KULA, Witold. Problemas y métodos de la historia económica. Barcelona, Península, 1973. p.79.

⁹Referimo-nos aqui aos trabalhos que entre outros adotam esquemas de análise, tais como os de Chayanov (criticado por Vilar) ou do marxismo ortodoxo (questionado por Hobsbawn), sem referenciá-los historicamente.

Não queremos aqui afirmar que tais autores contestem a legitimidade dos modelos explicativos. O que para eles está evidente é que a construção de qualquer modelo, quando provido de historicidade, configura-se uma tarefa a serviço de sua própria superação. Neste sentido, as permanências em uma sociedade dada, bem como as mudanças de curto e médio prazo precisam ser analisadas dialeticamente, com o rigor de quem busca estruturas profundas (em suas relações mais fluidas) da realidade.

As direções assumidas nas obras destes autores não são idênticas. Eric Hobsbawn procura referenciar politicamente a tarefa revolucionária do campesinato (no que ele mesmo denomina de "mundo rural").¹⁰ Por sua vez, Pierre Vilar situa historicamente as transformações sociais e econômicas no campo a partir do enfoque dos Modos de Produção.¹¹

Ambos possuem uma preocupação comum: o percurso histórico por que passou o campesinato a partir de especificidades espaço-temporais, no contexto das forças produtivas, relações e meios de produção, buscando entender qual a organicidade que a História pode dar através do enfoque dos Modos de Produção, às transformações sociais e políticas do meio rural.

Em ambos os trabalhos pode se constatar que o surgimento do campesinato como classe é engendrado por antagonismos no próprio meio rural. Aí, a categoria classes sociais no campo precisam ser relacionadas ao processo de apropriação da terra e do capital, ou seja, da estrutura fundiária, da distribuição

¹⁰ HOBBSAWN, Eric. Os camponeses e a política. in: Ensaio de Opinião (2+6). i p. 42-46 Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

¹¹ VILAR, Pierre. Economia Campesina? in: Introducción al vocabulário histórico. Madri, Grijalbo, 1978. p.267-315.

dos meios de produção e das relações de produção.

Ao se analisar, contudo, qualquer realidade a partir dos Modos de Produção, é preciso que se leve em conta que tal conceito se caracteriza pela globalidade, pelo seu caráter infra-estrutural - sendo que as contradições internas de todo o sistema trazem no seu bojo o princípio mesmo de seu dinamismo, a origem de sua transformação.

Desta maneira, depreende-se que não se pode abandonar, em momento algum, a perspectiva histórica da produção material das sociedades, particularmente da sociedade agrária.

Esta, permanentemente subordinada ao meio urbano, carrega consigo a consciência (ainda que vaga) que, o homem que nela produz, dela também quer usufruir.

1.3 A AGRICULTURA NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Os primeiros autores que se voltaram para o estudo do meio rural brasileiro tiveram diante de si um projeto político: explicar a agricultura nos quadros do desenvolvimento político e econômico do Brasil, ou seja, no desenvolvimento mesmo da sociedade brasileira.

Em torno deste projeto, a estrutura agrária foi analisada a partir de duas categorias: a feudal e a capitalista.¹² Estes debates foram objeto de um sem-número de questões e teses, onde se procurou por um lado legitimar tais estruturas, ou por outro lado, combatê-las em função de uma alteração radical na economia brasileira.

Senão, tomemos como exemplo, três autores decisivos à

¹² TOPALOV, Christian. Estruturas agrárias no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. p.8.

nossa historiografia: Oliveira Vianna,¹³ Gilberto Freire¹⁴ e Sergio Buarque de Hollanda.¹⁵ Suas obras representam um marco decisivo na História do Brasil, pela quebra dos quadros explicativos que promoveram na História fática e linear, cara ao Positivismo. Mas em suas categorias centrais, que sintetizaremos como "clã fazendeiro" (para Oliveira Vianna), "Família Patriarcal" (de Gilberto Freire) e "castas agrárias" (Sergio Buarque de Hollanda), ainda que se respeite suas discordâncias teóricas, os três autores formularam modelos que levaram em consideração apenas a grande propriedade em suas origens coloniais. Em oposição a ela, o processo da industrialização é requerido como base para o desenvolvimento.

Caio Prado Jr. (1945) será o primeiro autor a se preocupar com a estrutura fundiária em seu dinamismo interno, a saber, a estrutura agrário-exportadora. Segundo ele, ao lado da grande propriedade, estabelece-se a pequena propriedade, resultante do regime servil, adquirindo espaço a partir de lutas de classes entre o grande proprietário e os trabalhadores livres: os imigrantes.¹⁶

Contudo, a consolidação da pequena propriedade só se verifica em regiões ainda não exploradas, como é o caso do sul do Brasil.

Bem mais tarde (1960), Caio Prado ampliará sua análise,

¹³VIANNA, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973. 2v.

¹⁴FREIRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 17. ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1975. 573p.

¹⁵HOLLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. 4. ed. Brasília, Ed. Universidade, 1963. 228p.

¹⁶PRADO JR, Caio. História Econômica do Brasil. 16. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973. 354p.

procurando relacionar a pequena propriedade a grande propriedade, período em que o autor assume uma postura crítica frente às tendências da CEPAL.¹⁷

Aí, ele procura reinterpretar a problemática da falta de técnica na pequena produção brasileira - falta esta diretamente ligada às relações de dependência com o grande proprietário. Ao receberem os "colonos" em salários ou tendo que pagar aluguel, eles se configuraram, segundo Caio Prado Jr, "mão-de-obra com que a exploração é realizada".¹⁸ Se Caio Prado pensou as bases histórico-econômicas do Brasil considerando a estrutura fundiária como um dos fatores determinantes ao processo de dominação, a Celso Furtado (1958) coube analisar a agricultura a partir da dinâmica centro-periférica.

Para o autor, a Empresa Agrário-Exportadora como pólo dinâmico da economia brasileira (século XVIII - XIX) dá margem à criação de outro tipo de empresa: a de subsistência, cuja produção excedente se condiciona a partir das necessidades do mercado interno, mormente representados pela Região Central. Assim, estas duas economias se articulam e se interdependem historicamente.

Esta estrutura econômica dará ensejo ao que para o Século XX Celso Furtado entenderá como formação de dois setores em nossa economia: o Arcaico e o Moderno.¹⁹

A questão da grande e pequena propriedade rural não é para Furtado o ponto nodal: para ele, o importante é analisar,

¹⁷ PRADO JR, Caio. A questão Agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188p.

¹⁸ PRADO Jr, Caio. Ibidem, p.57

¹⁹ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 15.ed. São Paulo, Nacional, 1977. p.84-86.

na esfera da produção agrícola, as suas condições de mercado, seu estágio tecnológico e a distribuição da renda nos diversos setores.

Estas idéias foram conhecidas no Brasil como o enfoque dualista, que mereceria, se fosse o propósito deste trabalho, toda uma discussão acerca dos pressupostos teórico-metodológicos que inspiram seus autores.

Se as conclusões de Celso Furtado estão relacionadas à necessidade de modernização da agricultura no Brasil (a partir do critério desenvolvimento), para Alberto Passos Guimarães (1960) há que se detectar as origens e formação da classe camponesa, categoria esta pouco assistida por Furtado.

Para Guimarães,²⁰ a luta de classes entre camponeses e latifundiários esteve permanentemente presente na História do Brasil.

As suas conclusões, profundamente marcadas pela vertente ideológica a que se atrelava o autor, não lhe permitiram senão avançar em direção a uma proposta semelhante a dos pensadores dualistas: a necessidade de criação de uma burguesia nacional, base para um Capitalismo Moderno, capaz de superar os restos feudais a que estava sujeito o Brasil.

Finalmente, neste primeiro grupo de autores, é preciso ressaltar a obra de Antônio Cândido (1964),²¹ pela sua importância fundamental, bem como sua originalidade - obra de leitura obrigatória para o conhecimento da síntese do campesinato brasileiro e sua função na sociedade rural.

²⁰ GUIMARÃES, Alberto Passo. Quatro Séculos de latifúndio. 4ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 255p.

²¹ CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades, 1975. 284p.

Antônio Cândido parte dos instrumentais antropológicos para descrever toda a trajetória por que passa o pequeno produtor em seu contacto com as formas modernas de vida: este indivíduo é assediado pelo mundo urbano, que forja nele necessidades novas de consumo até então desconhecidos. Preocupado em destacar as relações de dominação daí derivadas, o autor traça um perfil sobre a personalidade das parcerias e arrendamentos tradicionais.

Esta obra, de caráter inédito em seu tempo, pouca atenção mereceu por parte dos pesquisadores; atualmente, ela vem sendo recuperada nos estudos específicos sobre a pequena produção e o campesinato.

1.3.1. Tendências Interpretativas Atuais

Os estudos sobre agricultura no Brasil despertam um grande interesse a partir da década de 70. Grosso modo, poderíamos caracterizá-los sob dois enfoques:

- a) os que se preocupam com a questão agrária e sua contribuição ao crescimento econômico do país;
- b) os trabalhos que se destinam a analisar o "problema" agrário enquanto uma questão social.

Sob estes diferentes enfoques, contudo, as teses dualistas são altamente criticadas, em que pese o reconhecimento da importância de tal linha de pensamento. Estamos certos de que não se pode entender como semelhantes as teses de Lambert, Bastide, Rangel e Furtado. Principalmente quanto a este último autor, ao enfoque dualista se impôs articular os movimentos mais amplos da sociedade, onde outras variáveis estiveram presentes.

O que buscamos compreender é a conjuntura em que se estabeleceu a interpretação dualista: o contexto da guerra fria,

onde o desenvolvimento com segurança para os países subdesenvolvidos se "equacionou" ao crescimento industrial, caracterizado na Ideologia Nacionalista.

Nesta fase, por mais eficientes que fossem as posições críticas, não se percebeu a harmonia entre o Capitalismo Interno e Capitalismo Internacional. De fato, a tecnocracia burguesa parecia mais evidente tal consenso do que aos intelectuais da época.

Os estudos que entraram em franca negação às interpretações feudais (postuladas pelo dualismo conservador),²² tiveram como responsáveis Caio Prado Jr. e André Gunder Frank.

Entrementes, quanto à análise da questão agrária e a economia brasileira, reconhecemos em Francisco de Oliveira²³ o principal responsável pela superação da tese dualista. A partir dele, a produção científica acerca do tema adquiriu um novo caráter: a indagação passou a ser, como bem esclarece Graziano da Silva: "Qual o sentido do desenvolvimento capitalista no Brasil",²⁴ e não mais, como se cogitava, qual o sentido da agricultura para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Quando se abandona portanto a via analítica que entende a agricultura em seu processo desenvolvimentista, opta-se pela questão do capitalismo como um "problema" para o desenvolvimen-

²² Segundo Nara Saletto Costa, representado principalmente por Jacques Lambert, Bastide, Rangel e Nelson Werneck Sodré. in: Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira. Brasília, BINAGRI, 1979. p. 34-35.

²³ OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: crítica à razão dualista. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1977. 78p. Em seu trabalho, o autor explica não haver conflitos entre pequena e grande produção, entre setor arcaico e setor moderno, mas que o velho (arcaico) alimenta o novo (moderno) no Modo de Produção Capitalista.

²⁴ SILVA, Graziano da. (coord.) A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.8.

to da agricultura; conclui-se então pela necessidade em se considerar tal espaço em sua própria interioridade, onde seus arranjos podem se dar subordinadamente aos outros setores, mas possui mesmo assim um comportamento com personalidade definida.

Esta interioridade já começa a ser trabalhada por historiadores, tais como Jacob Gorender, Ciro Cardoso e Maria Yeda Linhares (esta última como coordenadora de pesquisas junto ao centro de pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola da Faculdade Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro).

Jacob Gorender, em sua obra "O Escravismo Colonial" postula a existência de dois segmentos na Plantação escravista: a economia natural e a economia escravista, esta dominante sobre aquela.²⁵ A economia natural seria então decorrente e dependente do Modo de Produção Escravista Colonial.

Tanto assim, que a decadência da economia escravista corresponderia a ascensão da economia natural. Este vínculo de dependência, no entanto, não foi verificado empiricamente de maneira satisfatória. Citamos o caso do sul do Brasil, onde a produção familiar se ampliou e consolidou "a posteriori" do Modo de Produção Escravista Colonial.

Ciro Cardoso procura, por sua vez, explicar as características do sistema econômico nos países que conheceram a escravidão (séculos XVI e XIX): era ele dependente, colonial e escravista.²⁶

Tal sistema engendra o ingresso de tais países ao Capitalismo. Quanto ao setor agrícola, ele não se desenvolve de

²⁵ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1978. p.257-267.

²⁶ CARDOSO, Ciro. Fundamentos históricos do "problema negro" no continente americano. in: Agricultura, escravidão e capitalismo. Petropólis, Vozes, 1979. p.95.

forma homogênea, exigindo portanto ser analisado em suas especificidades regionais.

Acerca deste procedimento Maria Yeda Linhares destaca com clareza a junção do historiador no estudo da agricultura brasileira, pois que cabe a ele determinar o ritmo próprio desta história.

Segundo a autora, é da competência do historiador,

Ao historiador da agricultura cabe, acima de tudo, tentar captar o "ritmo" próprio de sua história, redefinir conceitos, reformular o quadro de hipóteses... Mais do que técnicas e uso de insumos modernos, é importante conhecer os homens (todos os homens organizados em grupos sociais) daí a importância da demografia - as mentalidades, as particularidades do meio-físico, como as mais fundamentais das forças produtivas, vendo-as dentro de uma evolução extremamente matizada, com hierarquias internas que fogem às concepções dos censos e dos recenseadores ou às determinações aparentes de um "sistema global", distantes e quase imperceptíveis quando encaradas sob a ótica do "microscópio" do pesquisador mais atento ao seu objeto. É nesse sentido que se ressalta o regional ou o local capaz de esclarecer ou de desmascarar pressupostos de uma história brasileira elaborada a partir de Centros de decisão nacional.²⁷

Diante desta afirmativa, há que se admitir a escassez de estudos empíricos nesta temática, o que começa a ser suprido pela criação de cursos de pós-graduação junto às instituições superiores, a nível de mestrado e doutorado. Estes estudos possibilitarão uma visão mais precisa das formações regionais e também de suas articulações no conjunto da sociedade brasileira.

²⁷LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco C.T. da. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.103-104.

1.3.2 Agricultura e Pequena Produção: o Enfoque da Sociologia Histórica

Quando se fala em abordar a realidade agrária brasileira, através de categorias sociológicas, destaca-se imediatamente a necessidade de se levar em conta sua historicidade. Um primeiro passo neste sentido foi intentado por Christian Topalov²⁸ (1968) que procurou quebrar os quadros explicativos que adotavam as categorias feudais e capitalistas em sua preocupação por detectar as origens da realidade agrária atual. Contudo, ao formular seu conceito de Modo de Produção Latifundiário, o autor incorreu o mesmo erro por ele criticado: não foi suficientemente histórico, ao retirar de seu quadro analítico a mão-de-obra escrava.

Uma outra postura foi adotada pelas pesquisas sociológicas no Brasil, que procuraram captar a importância das formas de apropriação da terra enquanto uma mercadoria - e suas alterações espaço-temporais.

Não se pode deixar de admitir que, na atualidade a agricultura conheceu um certo progresso técnico - mesmo nas unidades familiares - e que tem adquirido, dia a dia, um maior acesso ao mercado.

Estas transformações recentes se constituem o objetivo pelo qual José de Souza Martins analisa as relações entre a pequena e grande produção, entendendo que tais relações são de fundamental importância para o estudo das tensões sociais no campo. A forma como ele interpreta historicamente tal relação pode ser resumida nesta frase: "A pequena propriedade emergiu

²⁸TOPALOV, Christian. Estruturas agrárias no Brasil. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. 88p.

geográfica e institucionalmente da grande propriedade".²⁹

Desta forma, ela se presta à concentração do capital, não supondo necessariamente a concentração da terra, se bem que a viabilize.³⁰

Quanto a esta funcionalidade, (importante não só para explicar o comportamento da população rural, mas todo o processo de introdução de capital na agricultura), José Vicente Tavares dos Santos tem algumas colocações a acrescentar. Primeiro, ele analisa a formação histórica da propriedade familiar no Brasil,³¹ que surge das necessidades da grande propriedade. Subordinado atualmente pelo capital, a luta pela terra (que é a busca por sua manutenção e reprodução) configura-se na resistência à individualização do trabalho - o que o leva a migrar, a procurar novas terras, remanejamento este muito conveniente à atual política agrícola no Brasil. Desta maneira, ele se presta não só à conquista de novas terras, mas também ao fornecimento de força de trabalho - captado sem o processo de assalariamento, além do que atenua as tensões sociais - de vez que a nova terra se configura uma nova chance de estabilização.

Por esta vertente, estes dois autores, José de Souza Martins e José Vicente Tavares dos Santos entendem que a propriedade agrária não exige ser fisicamente concentrada para que

²⁹MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência. São Paulo, HUCITEC, 1980. p.100.

³⁰MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra e o novo sentido da luta pela reforma agrária. in: Encontros com a Civilização Brasileira. (22):199-221. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

³¹SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho. São Paulo, HUCITEC, 1980. p.199 a 221.

se realize a concentração do Capital. As migrações podem, e de fato têm levado, à diminuição de tensões políticas entre proprietários e expropriados, já que ao sair da terra o pequeno produtor não se torna de imediato um assalariado, mas se desloca em busca de novas terras em outras áreas.

Dentro desta mesma postura, poderemos evidenciar, no desenvolver desta pesquisa, que existe uma camada de produtores que não migram - que não se desfazem de sua parcela. No entanto, as relações de produção aí verificadas demonstram que esta população está igualmente subordinada ao grande proprietário (ou produção em grande escala, via cooperativa) - como é o caso da soja no Paraná. Neste sentido, a posse e o uso da terra serão analisados neste trabalho (a partir dos contratos de arrendamento) para demonstrar que esta pequena propriedade tem se prestado (senão reforçado) o processo de concentração do capital.

Mais uma vez, importa compreender, como reclamam Pierre Vilar e Eric Hobsbawn, que o problema da agricultura não é o problema dos produtores rurais em seu conjunto, mas sim de classes socialmente diferenciadas no campo.

Estas diferenças são ainda mais importantes quando relacionadas ao conjunto da sociedade brasileira, onde todas as relações de classe se encontram rigidamente polarizadas.

1.4 AGRICULTURA NA HISTORIOGRAFIA PARANAENSE: O ENFOQUE DA HISTÓRIA REGIONAL

No início deste capítulo, mencionamos que esta pesquisa diz respeito à História Econômica e social da Agricultura, sob o enfoque da História Regional, em uma conjuntura recente, a saber, as transformações sofridas no Extremo-Oeste e Sudoeste

paranaense, no período de 1960 a 1980, em função da sojicultura.

Segundo Ciro Cardoso, "O contacto íntimo e prolongado dos historiadores com a Geografia Humana constitui uma primeira explicação do desenvolvimento da História Regional".³²

De fato, os estudos na área de Geografia Humana (ligados por sua vez à Demografia e à Sociologia) contribuíram para o enriquecimento dos métodos de investigação científica, dentre os quais se encontram os estudos de estruturas agrárias sob uma perspectiva histórica.

No tocante à historiografia paranaense, observa-se uma ênfase muito grande para as pesquisas de caráter regional, ênfase esta devida não apenas à prática interdisciplinar (da ciência histórica com a Demografia, a Sociologia, Economia, a Estatística entre outras), mas também pela proposta elaborada por Pinheiro Machado em seu modelo explicativo de ocupação histórico regional deste Estado.³³

Entende Pinheiro Machado que a História do Paraná possui especificidades que lhe dão individualidade histórica "a ser" conhecida pelo pesquisador. Entretanto, tal individualidade precisa ser articulada ao contexto nacional, qual seja, o de constituir-se o Paraná em um Estado de economia periférica e dependente dos centros dinâmicos de outras regiões do Brasil.³⁴

³²CARDOSO, Ciro Flamarion. História da Agricultura e história Regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. in: Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis; Vozes, 1979. p.75.

³³PINHEIRO MACHADO, Brasil. Sinopse da História regional do Paraná. Curitiba, Instituto Histórico-geográfico e etnográfico paranaense, 1951. 26p.

³⁴Para melhor se entender a evolução deste modelo (que não se limita apenas à sua primeira publicação, em 1951), ver: CARDOSO, Jayme Antônio. O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. História, Questões e Debates, Curitiba (2): 2, 5-13, jun. 1981 e, BREPOHL, Marionilde Dias. Acerca do modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a História Regional. História, Questões e Debates, (2):2:15-22, jun. 1981.

A partir de tais conclusões, lançam-se as bases para pesquisa de caráter regional, dentre as quais podemos destacar, entre muitas, a "Contribuição ao estudo da História do Paraná",³⁵ onde se procurou, em um primeiro momento, inserir o Paraná nos quadros da dinâmica centro-periférica, (já mencionada), e em um segundo momento, analisar a mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais.

Uma outra obra que precisa ser citada, dada sua importância para os objetivos deste trabalho, trata da formação histórica do Paraná - enquanto uma economia periférica.³⁶ Aí, pode-se verificar que o autor disserta sobre a formação econômica do Paraná, onde se detecta as atividades econômicas não articuladas no interior do próprio Estado, mas que este se divide em três regiões economicamente distintas: uma, ligada efetivamente à economia interna do Estado (o Paraná Tradicional); a região norte, que se configura um prolongamento da economia paulista. E a terceira, a região Oeste e Sudoeste, atrelada ao Rio Grande do Sul.

Os problemas do Estado em seu conjunto estão, para o autor, associados ao seu comportamento dependente de São Paulo (como relação predominante sob a égide do Colonialismo Interno). A falta de autonomia aí verificada, segundo o autor, estende-se na atualidade, como consequência da descontinuidade das atividades econômicas aí verificadas, atividades estas caracterizadas pela dependência externa.

³⁵PINHEIRO MACHADO, Brasil. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História (1):4-27, jun.1963.

³⁶PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC, 1981. 235p.

Acerca da economia paranaense e sua relação com a economia nacional, o trabalho de Odah Regina Guimarães Costa³⁷ objetivou analisar historicamente a função de uma economia baseada essencialmente na agricultura, considerando o aspecto da estrutura fundiária. Aí, a autora refere-se a 1930 como um momento decisivo à formação da estrutura fundiária do Estado, onde o processo de colonização agrícola procurou dar ênfase à pequena propriedade. Em sua metodologia, Guimarães Costa procura estabelecer relações entre Governo e estrutura fundiária (bem como a produção agrícola), a partir da chamada colonização oficial para concessão de terras.

Dentro desta problemática, importou realizar uma periodização histórica (rigidamente fundamentada), onde se lograsse estabelecer as transformações mais marcantes na estrutura agrária paranaense. Neste sentido, conclui-se que os períodos de 1940 a 1970 foram decisivos à valorização do preço da terra (posto que a política agrícola estabelecida volta-se à exportação). Este aumento de preços será o responsável pelo redirecionamento da estrutura fundiária no Paraná, onde as políticas que visavam ao fomento da pequena propriedade são frustradas em função da alta de preços e da política econômica de exportação.

Este trabalho, pela sua rigidez metodológica, pode fornecer uma visão muito clara sobre a questão de terras no Paraná, ligada à sua dinâmica econômica, a saber, a estrutura agrário-exportadora e dependente, com vistas ao aumento da renda no setor público e privado, sob a égide do sistema capitalista.

³⁷COSTA, Odah Regina Guimarães. A reforma agrária no Paraná. Curitiba. Tese. Professor Titular de História da América. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. 1977. 318 p.

Os autores acima mencionados que realizaram pesquisas sob o enfoque da História Regional, como se vê (em que pese suas divergências teóricas), demonstraram uma nítida noção sobre a economia paranaense em sua estrutura agrário-exportadora, ainda que permeadas pela circulação de mercadorias internamente.

No tocante a este caráter de ocupação da terra, há que se considerar tal realidade a partir da formação das três referidas regiões, já destacadas desde o Modelo Brasil Pinheiro Machado.³⁸

Em pesquisas posteriores, tais regiões foram destacadas em trabalhos monográficos, que procuraram investigar empiricamente as especificidades locais.³⁹

Contudo, a região estudada neste trabalho, qual seja, a Região Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense, que representa o terceiro momento da História do Paraná,⁴⁰ pouca atenção mereceu por parte de historiadores paranaenses. No campo da Sociologia e da Economia, os trabalhos realizados por parte de órgãos oficiais nos dá uma certa noção daquela realidade (embora

³⁸ Destacamos o de maior interesse para o tema desta pesquisa, qual seja, o estudo da ocupação do Paraná Moderno. in: WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. Nota prévia ao estudo do Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História (7). Curitiba, 1968.

³⁹ Dos muitos trabalhos apresentados, fazemos referência sobre as seguintes monografias (pois enfocam o setor agrícola): TRINDADE, Judite Maria Barbosa. Estrutura agrária; uma metodologia para seu estudo na História. Curitiba. Dissertação de Mestrado. 98p. Departamento de História. UFPr. 1977. CODATO, Evandir. Colonização agrícola: a colônia de Três Barras. Dissertação de Mestrado. 1981. 251 p. Departamento de História, UFPr, 1981. ARAÚJO, Sílvia Maria. Eles, a cooperativa. Curitiba. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. UFPr 1980.

⁴⁰ WESTPHALEN, Cecília et alii. Nota prévia ao estudo do Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História (7):6-7. Curitiba, 1968.

tenham se limitado, na maioria das vezes, avaliar as políticas agrícolas adotadas, e não propriamente o conhecimento global destas sociedades).⁴¹

Estes estudos, entretanto, não chegaram (e nem era este o objetivo) a esgotar as possibilidades de análise permitida pela região aqui enfocada.

Neste sentido, o trabalho que ora se apresenta distancia-se dos demais por procurar reconhecer os efeitos da incorporação de terras ao processo de especialização agrícola sob a égide do capitalismo. Atenta-se portanto às alterações nas formas de posse e uso da terra: ao lado da concentração da propriedade aí verificada, investigou-se também a mudança de personalidade histórica dos arrendamentos agrícolas - onde o pequeno proprietário se torna um arrendante do grande produtor (que é na maioria dos casos, um grande proprietário).

Ao nos voltarmos portanto, para o estudo das transformações históricas recentes em uma dada região, temos consciência de que o meio rural brasileiro sofre hoje uma experiência contraditória. Ao mesmo tempo em que ele recebe estímulos à capitalização em suas formas exploradoras, a necessidade de barateamento dos custos de produção requer a manutenção de relações tipicamente não capitalistas.

⁴¹Dentre este conjunto, destacamos os seguintes:

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976. 209 fl.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Análise da oferta e demanda de Recursos Humanos no Paraná, Curitiba, 1975. 305p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. A expansão da soja e as transformações nas relações de trabalho na região centro-oeste paranaense. Curitiba, 1977. 172 fl.

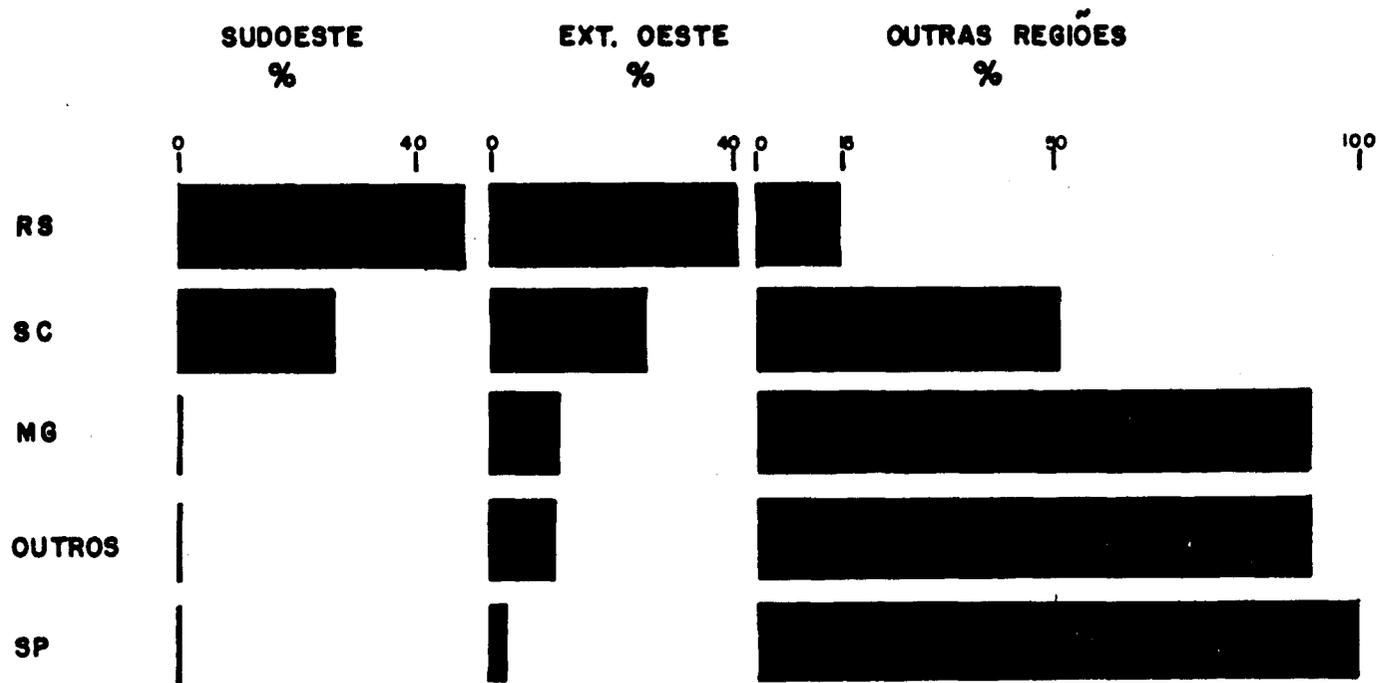
FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Análise sócio-econômica do Projeto Iguacu de Cooperativismo. (PIC) das regiões oeste e sudoeste do Estado do Paraná - 1974-1975. Curitiba, 1976. 343p.

No caso de Cascavel, a propriedade se atrela a estas necessidades. Serve à proletarização do campesinato (via concentração da terra e assalariamento), mas mantém às pequenas propriedades que se responsabilizam por produtos não exportáveis, ou ainda na cessão destas parcelas (via arrendamento agrícola) para o cultivo de produtos "nobres" (leia-se exportáveis) - como é o caso da soja e do trigo.

A incorporação de tecnologia e o acesso ao cooperativismo (como um mecanismo de dominação) reforça ainda mais a subordinação destas pequenas e médias unidades produtoras.

Um quadro complexo como este requer sua explicitação histórica. Bem mais, por não ser este processo apenas um mecanismo "sui generis" à região estudada, mas por se tratar de redefinições gerais no âmbito da agricultura brasileira, que nos leva a pensar os rumos do sistema que circunscreve tal realidade. E é sob tal hipótese que pretendemos desenvolver esta pesquisa.

GRÁFICO Nº 1 - MIGRANTES NO PARANÁ, SEGUNDO A PRÓCEDÊNCIA:
ACUMULADA ATÉ 1970



CAPÍTULO 2 - A REGIÃO DE CASCAVEL

2 A REGIÃO DE CASCAVEL

A região a ser estudada, a saber, o Oeste e Sudoeste do Paraná, tendo como centro a cidade de Cascavel, é bastante nova em seu povoamento e ocupação.

No período analisado, a saber, de 1960 a 1980, a extração da madeira como atividade principal na região, vai sendo gradativamente substituída pela produção agrícola, tendo como principal produto a soja, seguida de outros cereais como o trigo, milho, feijão e ainda a suinocultura.

Esta delimitação histórico-geográfica foi adotada como campo de pesquisa não apenas pela sua importância enquanto produtora de soja, mas por adquirir uma certa homogeneidade histórica.

Estas localidades receberam quase 30% da população dos migrantes, sendo estes em sua maioria gaúchos e catarinenses (conforme tabela nº 1). Esta procedência pode ser ilustrada a partir do gráfico nº 1, onde fica evidenciada a representatividade de tais contingentes para as duas microrregiões. Este fato se constitui num dado significativo quanto à sua formação sócio-cultural.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES RESIDENTES NAS MICRORREGIÕES SUDOESTE E EXTREMO-OESTE PARANAENSE, SEGUNDO OS ESTADOS DE PROCEDÊNCIA, ACUMULADA ATÉ 1970.

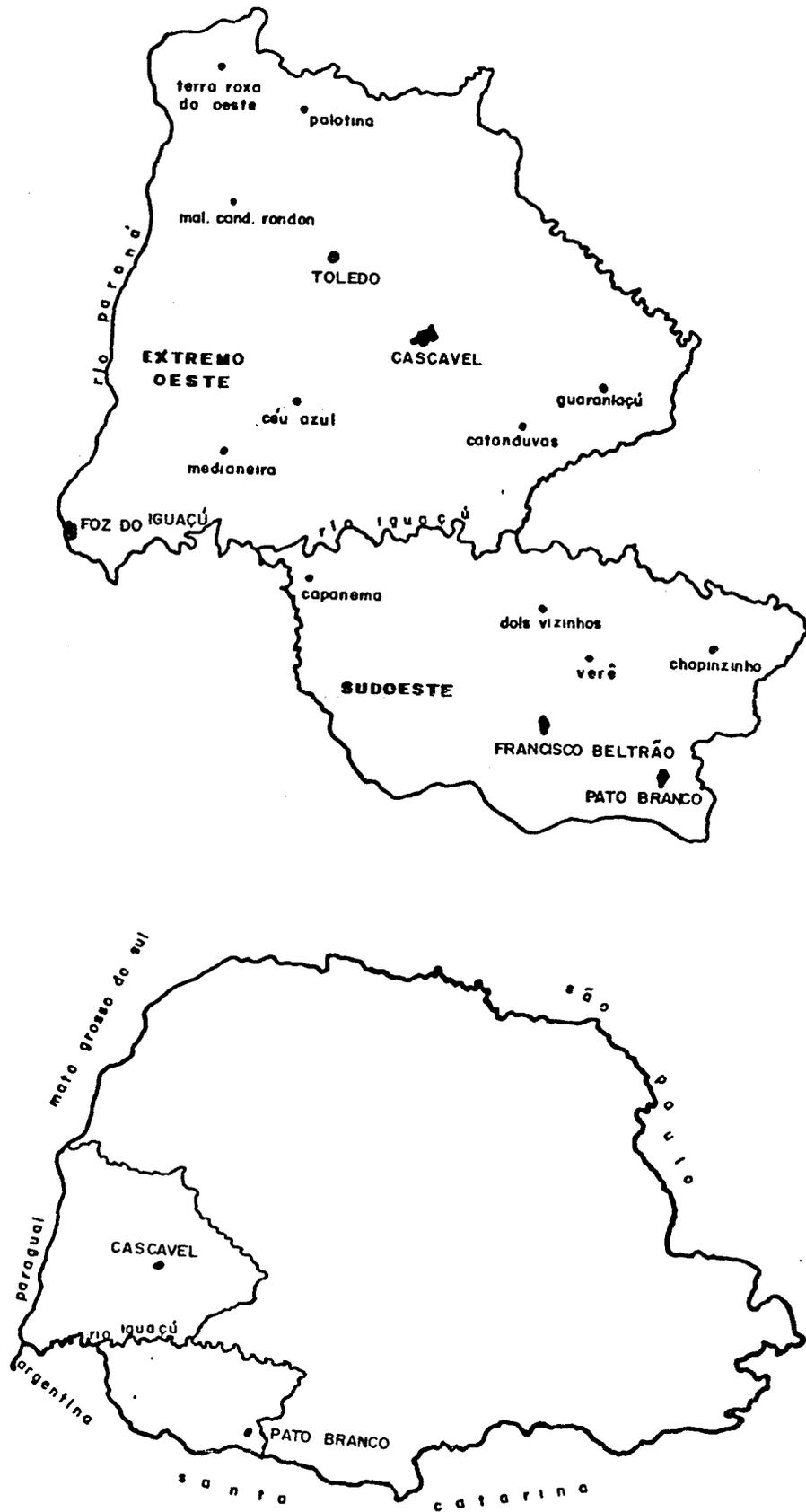
(números absolutos)

ESTADO DE ORIGEM MICRO-REGIÕES	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	Minas Gerais	São Paulo	OUTROS	TOTAL DE MIGRANTES
Sudoeste	117 998	65 977	57	425	262	184 719
Extremo-Oeste	103 201	71 032	29 005	18 369	19 999	241 606
Outras Regiões	36 871	131 848	218 606	503 512	167 841	1 058 678
Paraná	258 070	268 857	247 668	522 306	188 102	1 485 003

FONTE: Censo Demográfico, Paraná. FIBGE, 1970

NOTA: Conceito: IBGE, domicílio anterior

MAPA 2 - REGIÕES DO EXTREMO-OESTE E SUDOESTE PARANAENSE



Um outro fator de extrema relevância é que estas terras eram consideradas virgens, portadoras de um alto grau de produtividade.

Quanto ao crescimento demográfico, sabe-se que ele teve uma abrupta evolução, conforme nos aclara a tabela nº 2.

TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO SUDOESTE NO PARANÁ

ANOS	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO
1940	199.076	-
1950	297.891	49,6%
1960	691.806	132,2%

FONTE: IBGE

A localização geográfica deste campo de pesquisa é a área circunscrita entre o Rio Paraná, margem esquerda do Rio Piquiri e margem esquerda do Rio Ivaí, até abaixo do Rio Iguaçu (conforme Mapa nº 2).

Um comportamento homogêneo como este permite que se trabalhe com os dados estatísticos da região, no que se refere à sua produção econômica. Para o estudo do comportamento do preço da terra, bem como suas diferentes formas de administração, o município de Cascavel foi adotado pela sua representatividade política e econômica.

2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO OESTE E SUDOESTE PARANAENSE

Antes de 1930, o que se verificava nesta região era apenas a presença esparsa de "grileiros" e "aventureiros" exercendo a atividade de subsistência. Após 30, três fenômenos permitiram o desenvolvimento econômico da região.

- a) a necessidade de regulamentar a propriedade da terra, decorrência da Revolução de 30, e da política inter-

vencionista federal, representada pelo Marechal Mário Tourinho.¹ Até então, as terras eram relegadas a empresas particulares de colonização.

Mantinhm-se improdutivas e sem povoamento efetivo, o que provocava problemas judiciais e administrativos, bem como a impossibilidade de aumento da renda pública do Estado;

- b) a construção da estrada União da Vitória-Palmas-Clevelândia e mais tarde Pato Branco, pondo fim ao isolamento e garantindo maior integração ao resto do Estado;
- c) os fluxos migratórios oriundos de regiões meridionais, a partir de 1930, que por condições demográfico-econômicas, liberam um enorme contingente populacional. Foi o aumento da taxa de crescimento populacional, unido ao desenvolvimento do processo de concentração da propriedade no Rio Grande do Sul (e mais tarde em Santa Catarina) quem transferiu tais agricultores para o Sudoeste, quer pelo fraccionamento das terras, via sistema de herança, quer pela impossibilidade de êxodo tipo rural-urbano, dada a crise por que passava a indústria sulina neste período² - tratava-se do esgotamento da fronteira agrícola no Rio Grande do Sul.

¹ANAIIS DO VIII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA. A propriedade rural. COSTA, Odah Regina Guimarães. Planos de Colonização oficial aplicados, a partir da década de 30, em zonas de povoamento, no Estado do Paraná. São Paulo, 1976. p.817-841.

²PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso paranaense. São Paulo, HUCITEC, 1981. p.147-164.

O sudoeste paranaense é uma região de grande influência gaúcha; foi esta jovem população que se fixou à terra. Tal fixação se deu a partir da economia familiar de subsistência.³

A ocupação destas terras, realizadas por estes colonos, diferenciou-se dos primeiros núcleos ali existentes (voltados à extração da madeira), principalmente pelo seu caráter de permanência na região. Isto porque, caracterizando-se a madeira como extrativista, explica-se o período transitório da população trabalhadora nas serrarias. Esta mão-de-obra se instalava numa região florestal, e ao findar a derrubada da mata, os lugares formados por esta população operária, deixava praticamente de existir, pois este contingente se deslocava para um novo estabelecimento daquela unidade madeireira.

O período de 35 a 60 é portanto o responsável pela formação das frentes pioneiras naquela localidade. Estas, por sua vez, são as responsáveis pela forma inicial de ocupação e adaptação do trabalho à exploração da terra, caracteristicamente de subsistência e de pequena produção.

O processo de ocupação se deu, como é a regra em quase todos os processos migratórios, sob a égide da violência. Não só a disputa da terra, mas também o árduo trabalho de desbravamento. Os conflitos com a população original foram conflitos agenciados pelo próprio Estado, interessado na expansão de suas fronteiras econômicas. Quando ao desbravamento das terras, segundo E. Boseroup,⁴ que demanda o trabalho de uma geração, contava este apenas com instrumentais tecnológicos incipien-

³PADIS, Pedro Calil. *ibidem*, p.186.

⁴BOSEROUP, Ester. Condiciones del desarrollo en la agricultura. Madrid, Tecnos, 1967. p.51-54.

tes, sendo a força de trabalho humana a principal responsável por tal execução.

No final de 1950, as perspectivas de desenvolvimento econômico da região, permitiram o estabelecimento de um sistema viário responsável pela maior comercialização e conseqüente interesse pela região. Tal interesse atrairá os grandes proprietários, que por suas condições de capitalistas determinarão as principais atividades econômicas.

É nesta conjuntura que a soja se impõe como produto principal, alterando em pouco tempo a personalidade regional.

Em primeiro lugar, pelas transformações na Estrutura Fundiária - cujo processo ainda está em andamento - a chamada concentração da propriedade e da produção especializada.

Em segundo lugar, pela integração do sudoeste paranaense no mercado nacional e internacional, tornando-se o Paraná, definitivamente, um Estado Agrário produtor de alimentos, de importância mundial.

Em decorrência destes dois fatores acima citados, a aceleração nas atividades econômicas provocam um fomento no setor dos negócios e serviços, levando à urbanização crescente da região (onde a cidade de Cascavel é o exemplo maior), bem como à conquista de formas complexas e sofisticadas de comercialização, concretizadas no cooperativismo e na agro-indústria.

A população altamente mecanizada da região (não só de soja, mas também de milho e trigo) tem exigido em função do seu alto custo de produção, (como veremos mais tarde) uma sofisticação cada vez maior, sofisticação esta somente acessível ao médio e grande proprietário. De fato, não só o custo de aquisição de maquinaria e insumos são altos para as atividades

ligadas à soja, mas também se constata o encarecimento do trabalho temporário (posto que tais produtos demandam baixo e temporário contingente de mão-de-obra) - selecionando por si só, os benefícios desta comercialização.

2.2 AS MIGRAÇÕES NA REGIÃO DE CASCAVEL

Os fatores acima mencionados levam, como de fato têm levado à remigração da população pobre, que se desfaz do resto de seu patrimônio para se deslocar. São os netos de colonos oriundos das regiões meridionais, ou em alguns casos os filhos destes colonos, que obrigam a procurar outro espaço para o trabalho.

O exemplo do povoado de Brasiliana (a 25 km de Cascavel) pode ilustrar a situação: tal lugarejo está praticamente desaparecendo por causa de uma interminável disputa pela terra e consequente evasão da mão-de-obra.⁵

Os destinos destes migrantes do sudoeste são diferenciados. Vítimas de geadas ou secas, de endividamento bancário ou desemprego, eles procuram outras alternativas, tais como:

- a) emprego alternado no setor de serviços, nas obras de Itaipu, atividade esta que por si só se configurou um fator de expulsão do homem do campo. Estas migrações são de curta distância, mas curta também será sua estabilidade: passado o período da instalação deste complexo hidrelétrico, este contingente populacional será obrigado a procurar outro espaço para oferecer sua força de trabalho;
- b) emprego alternado entre campo e cidade - No período

⁵JORNAL HOJE. Cascavel, 24 de maio de 1980. p.2.

de entre-safras, eles trabalham nas obras de construção civil, bem como nas atividades domésticas (no caso das mulheres). No período de colheita, eles retornam ao campo para trabalharem como bóia-fria. Este mercado de trabalho, em que pese já possuir no período das safras uma situação equilibrada entre oferta e procura, provoca inúmeros conflitos e disputas salariais entre os trabalhadores.

De fato, como nos ilustra o Presidente do Sindicato de Cascavel, Nicanor Schumacher,

No período da safra, muitas vezes eles chegam no posto para pegar bóia-fria e não acham. Então tem patrão que já tá dando almoço para o bóia-fria, pelo menos. Então eles escolhe qual é o melhor pra o serviço, porque eles têm condição de dá alimentos para estas pessoas... então, para estes, pode até trabalhar por menos que eles querem trabalhar, por causa da alimentação que eles tão dando.⁶

Um outro problema que provoca conflitos entre os trabalhadores é a mão-de-obra feminina, que se dirige a esta atividade; são as filhas mais velhas destes trabalhadores, que acompanham os pais no trabalho diarista. Entrando em contato com uma massa de trabalhadores predominantemente masculina, verifica-se o problema da promiscuidade e conseqüente conflitos entre este grupo social.

No período de entre-safras, esta população que é resultado da chamada migração rural-urbano-rural disputa empregos urbanos (mais limitados do que os empregos rurais) - e a situação domiciliar é muitas ve-

⁶BREPOHL, Marionilde Dias. Entrevista realizada com o Sr. Nicanor Schumacher, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel. Cascavel, janeiro de 1981.

zes agravada, pois têm de residir no campo e trabalhar na cidade;

c) deslocamento para cidades, na busca de empregos mais estáveis. Este tipo de migração é bastante onerosa, principalmente quando eles se deslocam diretamente do meio rural para os grandes centros.⁷ O custo de sobrevivência em uma cidade é cinco ou seis vezes maior em relação ao custo de sobrevivência no campo. Um exemplo destes deslocamentos é o bairro de Xaxim, que de 68 para cá teve sua população acrescida de 5 000 para 90 000 habitantes;

d) deslocamentos para outras frentes de expansão (migrações de longa distância). No caso de Cascavel, os migrantes do tipo rural-rural seguem em sua maior parte em direção ao Mato Grosso e Rondônia, muitas vezes atraídos por seus conhecidos que para lá se destinaram.

Quanto ao Paraguai, que já chegou a receber 300 000 famílias brasileiras, tem sido cada vez menos procurado, devido à forma de tratamento a que submete o estrangeiro.

Também a noção de nacionalidade, própria do traba-

⁷ O que se observa neste movimento é que ele contraria a tendência natural das correntes migratórias. Em vez de ir para as cidades menores e depois, gradativamente para as cidades maiores até as capitais, no caso dos migrantes de Cascavel, observa-se que estes se deslocam diretamente para Curitiba - em busca de um mercado de trabalho diversificado. Trata-se de uma população mais jovem, que ali se instala para depois trazer os mais velhos. (MERLIN, Pierre. L'exode rural. Institut d'études démographiques. Paris, Presse Universitaire de France, 1971. Cahier n° 59. p.61. (Neste estudo, o autor elabora um modelo onde se analisa o comportamento tendencial dos fluxos migratórios do tipo rural-urbano, e observa-se que os migrantes percorrem um caminho das cidades menores para as maiores, até os grandes centros).

lhador rural condiciona-o a optar por outros Estados brasileiros.

Como coloca Teodoro do Nascimento, ao ser indagada sua opção por Rondônia, e não o Paraguai: "a gente é brasileiro, plantar no Paraguai por que, se ele não é nosso?"⁸

O fator solidariedade é bastante importante nas migrações. Os fluxos migratórios sempre possuem um caráter de solidariedade - pessoas inter-relacionadas em torno de comunidades religiosas, por laços de parentesco ou ainda de amizade, ou mesmo de vizinhança.

O custo destes deslocamentos anula praticamente todo o patrimônio do migrante: as passagens ficam em torno de Cr\$ 10 000,00 até Rondônia, e o transporte de caminhão está em torno de Cr\$ 60 000,00. A mobília pertencente à família é em boa parte destruída, quando não dada aos que ficam.

Em todos os casos aqui ligeiramente considerados, quais sejam, as migrações de do tipo rural-urbano, rural-rural, urbano-rural, rural-urbano-rural e pendular, observam-se alguns fatores passíveis de generalização:

- a) a ação de migrar constitui-se por si só um fator de empobrecimento para a população rural (perda parcial ou total de seu patrimônio);
- b) o contingente de mão-de-obra excedente, ofertada quer na cidade, quer no campo, provoca um "achatamento" nos tetos salariais, em todas as suas diferentes formas de pagamento (diário, semanal, mensal) e um inchaço no setor de serviços, quer de empresas, quer

⁸JORNAL HOJE. Cascavel, 24 de maio de 1980. p.7.

- os domésticos ou ainda os artesanais (quanto ao trabalho artesanal, sabe-se que este é um privilégio de uma pequena camada especializada, tais como costureiros, sapateiros, etc.);
- c) todas as formas de trabalhos daí derivadas contribuem para a acumulação permanente do Capital, nos diferentes setores da economia;
 - d) as correntes migratórias, quando vistas de dentro, contrariam o que tradicionalmente se concebe, ou seja, que estas são benéficas para a população migrante - que encontra no seu destino terras mais "extensas" e "vazias" (na realidade "esvaziadas") - para o caso da migração rural-rural. No caso da migração do tipo rural-urbano, em direção às cidades novas - geradoras de empregos mais estáveis.

Em síntese, se as migrações se constituem um fator de crescimento econômico de uma região, elas se dão sob a égide da violência.⁹ Atualmente, esta população se vê descaracterizada culturalmente, suas relações de solidariedade vão pouco a pouco se disseminando e as famílias (latu sensu), separam-se gradativamente.

A situação de empobrecimento leva-os à uma posição de infra-subsistência, o que supõe a criação de um problema político bastante controvertido: de um lado, a possibilidade de conflitos violentos entre Estado, proprietários e desempregados; de outro lado, acomodação do trabalhador em remigrar, o que repercute em uma diminuição de tensões sociais, em busca

⁹MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência. São Paulo, Editora HUCITEC, 1980. p.99-101.

de trabalho, onde a posse da terra se torne para ele uma utopia, e o trabalho, sob qualquer condição, uma realização em si mesma, uma aspiração a ser alcançada.

2.3 A POPULAÇÃO RURAL PERMANENTE NA REGIÃO DE CASCAVEL

O estudo das populações permanentes no meio rural que foram atingidas pelo binômio soja-trigo carecerá de um estudo específico o que não se fará neste trabalho.

Algumas considerações, entretanto, podem ser feitas a partir de nossos dados.

Entendemos aqui como população rural permanente, os assalariados, proprietários de terras, parcelários de terras, de caráter habitacional permanente no meio rural. Há que se ressaltar os agricultores que possuem duas residências, uma no campo e outra na cidade. De fato, a população de Cascavel é predominantemente voltada às atividades rurais. Isto porque em Cascavel se verifica a existência da lavoura empresarial, acompanhada da policultura de subsistência.

No setor secundário, as principais indústrias são as de madeira, alimentos e metalurgia. Ainda aí as obras de infraestrutura para a indústria e beneficiamento dos produtos agrícolas se fazem presentes.

Ao lado desta cidade, tem-se em Toledo um comportamento semelhante no que tange à urbanização. (A população de Cascavel subiu 341% de 60 a 70, sendo 70% proveniente de migrações).

A cidade de Foz do Iguaçu possui um comportamento diferenciado, em função da hidrelétrica binacional de Itaipu - onde se concentra 81% da migração rural-urbana, voltada às atividades urbanas.¹⁰

¹⁰AMANTINO, Ana Maria do S. Migrações Internas. Estudo de proposições e medidas dos fluxos migratórios. MINISTÉRIO do Interior. SUDESUL. Porto Alegre, 1919. p.27-30.

Quanto a esta população que oscila entre campo e cidade, há que classificá-la entre os elementos de maior poder aquisitivo, por agenciarem não só a produção, mas também a comercialização e em alguns casos os beneficiamento de seus produtos.

Grosso modo, poderíamos classificar a população permanentemente rural desta região nos seguintes grupos:

Proprietários - Grandes, médios e pequenos, que fixam sua residência no meio rural (ainda que possuam outras atividades no meio urbano), para agenciarem a produção agrícola. É um grupo relativamente estável, pois independentemente das vicissitudes por que passa a agricultura, eles detêm a terra como meio de produção. A venda dela, no entanto, pode significar, para o caso dos pequenos proprietários, a destituição de seu meio de vida. Para os grandes, ela se comporta como reserva de valor no último dos casos.

Parcelários - São os arrendantes e arrendatários de terras. Este grupo merecerá de nossa parte uma atenção maior no capítulo 4 deste trabalho, pois estes possuem um caráter diferenciado nos dois períodos analisados (o anterior à soja, de 1960 a 1969 e o posterior à soja, de 1970 a 1980).

Na primeira fase, eles se constituem um grupo de produtores que, não possuindo propriedades, arrendam terras para nela trabalharem. Podem ser parceiros, meeiros ou arrendatários (segundo a terminologia encontrada nestes documentos). No caso, eles recebem a parcela, arcando com todas as despesas de produção: a roçada, a aração, o plantio, a colheita, a limpeza. Aí, o proprietário recebe em média 20 a 25% do produto colhido; há casos em que o proprietário auxilia com algum custo de produção, como sementes, adubo ou maquinaria. Neste caso

sua cota é maior (30 a 35%).

Outra possibilidade é a de meação, onde se repartem todos os custos, ficando para o arrendatário a responsabilidade da mão-de-obra. Neste caso, divide-se o produto em duas partes iguais.

Finalmente, denomina-se nesta época de "arrendatário" aquele produtor que paga o custo do arrendamento em dinheiro, desvinculando-se de outros compromissos com o arrendante.

Já na segunda fase, observa-se que os arrendamentos passam a ter uma outra personalidade: são médios e grandes produtores, providos de tecnologia química e mecânica, que arrendam terras de pequenos proprietários com o objetivo de aumentar sua produção, principalmente no que tange às atividades especializadas.

Esta forma de exploração se constitui, na atualidade, a forma predominante dos arrendamentos. Quanto ao parcelário tradicional, ele praticamente desaparece, pois as atividades policultoras não mecanizáveis são cada vez menos requisitadas naquela região. Tanto assim o é que as diferentes denominações dos arrendamentos rurais desaparecem a partir de 1970, sendo todos eles classificados por "arrendamentos agrícolas", onde se observa, conforme ficará destacado no capítulo 4, uma significativa homogeneidade nos contratos.

Trabalhadores assalariados permanentes - esta condição se configura um privilegiamento, se comparada à situação dos bóias-frias. Possuindo um sindicato assistencialista,* a mora-

*Atualmente, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cascavel possui em torno de 20 mil associados, assistidos por um posto médico estabelecido na periferia da cidade, e também de um departamento jurídico. A liderança se liga virtualmente ao patronato político da região, para dele receber favores.

dia nas próprias fazendas, podem cultivar na maioria dos casos alguns produtos de subsistência, contando portanto com um mínimo de estabilidade exigida para a sobrevivência.

A principal crise que os ameaça é o desemprego, quer por sanção disciplinar, quer por frustração de safra. De qualquer maneira, sabe-se que após a mecanização da lavoura, tal grupo sofre um contínuo processo de diminuição em seus contingentes; ainda assim, vê-se que os interesses da chamada classe trabalhadora rural não possui uma capacidade organizadora e reivindicatória, pois possuem divisões internas muito fluidas, somando-se a isto, o isolamento de cada grupo.

A instabilidade para os trabalhadores, estejam no campo ou na cidade, é resultado da crescente mecanização agrícola introduzida a partir do binômio soja e trigo, e também pelo limite intrínseco do setor industrial e do setor de serviços - limite este, condicionado, em boa medida, em função da produção agrícola ali verificada.

Deste modo, o que se verifica é uma constante geração de excedente populacional, quer no campo, quer na cidade, excedente este cujo destino se desconhece a médio e longo prazo.

**CAPÍTULO 3 - SOJA E DESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA NA AGRICULTURA**

3 SOJA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AGRICULTURA

As inovações nos hábitos alimentares se constituem um fator extremamente relevante à vida material das sociedades.

De fato, estas inovações são objeto de interesse não apenas por parte de historiadores, mas de economistas e demógrafos que se voltaram às tendências seculares no processo evolutivo das sociedades humanas. Uma das preocupações básicas que possuem tais estudiosos, é com relação à produção de alimentos e seu equilíbrio com o contingente populacional.

Neste sentido, a teoria malthusiana se fez representar pelas suas conclusões sobre o equilíbrio entre a oferta de alimentos e o crescimento demográfico.

Entendem os neomalthusianos que mesmo na atualidade, a oferta de alimentos se comporta de maneira inelástica, devendo portanto a população ser refreada em seu crescimento.

A célebre lei dos rendimentos decrescentes explorada por Malthus levou seus seguidores mais uma vez a concluir pela escassez de recursos e o crescimento desproporcional da população.

Ora, para que Malthus percorresse este caminho, foi necessário um procedimento básico, qual seja, um corte temporal onde variáveis como Tecnologia e Circulação da mercadoria não estivessem presentes. Mesmo para o caso inglês, seu horizonte de análise, os mecanismos demográfico-econômicos que se forjaram naquela população excedente não foram examinados pelo autor. Sua projeção foi unilinear e a-histórica,

sob qualquer aspecto.¹

Malthus foi severamente criticado por Marx e Engels que o reconheceram como teórico da burguesia. Segundo Engels, a teoria malthusiana é uma posição que não admite sequer tocar o sistema capitalista.²

Assim, o avanço das forças produtivas é rechaçado em favor da legitimação da pobreza como possuidora de um elemento causal em si mesmo.

A lei da população de Malthus foi solidamente rebatida por Marx, que analisou o movimento dos salários: onde houvesse menor oferta de empregos em relação ao número total de trabalhadores, os salários diminuiriam, e ainda assim parte da população estaria fora do aparelho produtivo, formando um exército industrial de reserva.³

Em que pese todos os obstáculos que sofreram as teses malthusianas para se manterem, seus instrumentais básicos possuem ainda hoje ardentes seguidores, como já foi observado.

É o caso, por exemplo, dos economistas e demógrafos atuantes na F.A.O. (Organização para alimentação e agricultura das Nações Unidas). Para estes, as desigualdades e o avanço das forças produtivas são ignorados em favor do esquema explicativo População/Produção Alimentar.

Assim entendem os neomalthusianos:

¹BURMESTER, Ana Maria. Informação oral, período de realização da disciplina "História da população brasileira". Curso de pós-graduação em História Social pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1980.

²MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. Critique de Malthus. Paris, Maspero, 1978. p.55-60.

³MARX, Karl., cf. MEUBLAT, Guy. Au sujet de la théorie marxiste de la population: un débat entre Rosa de Luxemburg et Otto Bauer. in: POPULATION. Paris n° spécial 128-198.

El aumento de la población es el factor principal que contribuye a acrecentar las diferencias de nivel de vida que median las diferencias entre los países ricos y los pobres. A partir de Malthus, se ha venido considerando el problema demográfico, en lo principal, como una carrera entre el abastecimiento alimentario y la población.⁴

Para contestar as tendências explicativas que constituíram a categoria "Explosão Demográfica" nos períodos atuais, a tese de Ester Boseroup⁵ demonstrou a influência do crescimento populacional para o avanço das forças produtivas na agricultura. Para ela, a agricultura possui uma dinâmica própria, menos acelerada que a da indústria, mas sendo no entanto as mudanças tecnológicas de médio e longo prazo as responsáveis por mudanças irreversíveis na economia rural (como por exemplo, a introdução do arado).

A partir deste raciocínio, a autora detecta uma linha de continuidade nos sistemas agrários, desde as sociedades primitivas até as sociedades industriais.

Principalmente no que tange aos períodos recentes, a inversão de capital na agricultura é a responsável pelo aumento cada vez mais significativo da produtividade, onde o trabalho humano é gradativamente substituído pela mecanização.

A produção de soja no Ocidente se estabelece sob a égide destas transformações.

No Brasil, semelhantemente aos Estados Unidos, a soja assume um papel inovador na produção alimentar, não só pela

⁴ORGANIZACION de Las Naciones Unidas para La Agricultura y La Alimentación. Informe del segundo congreso de la alimentación. La Haya, Payses Bajos, 16-30. Jun. 1970. Roma, 1971.

⁵BOSEROUP, Ester. El desarrollo en la agricultura. Madrid, Tecnos, 1967. p.17.

sua riqueza proteica, mas também pela possibilidade de diversificação.

A introdução da soja nos hábitos alimentares das sociedades européias e norte americana pode supor, para os países subdesenvolvidos, uma alternativa para a melhoria dos níveis de nutrição, principalmente para os países que possuem uma alta taxa de crescimento demográfico. Aliada a soja, verifica-se um gradativo aumento de produtividade na agricultura, em função da adubação e fertilização.

Este aumento de produtividade atende, no Sistema Capitalista, muito mais à rentabilidade do produtor do que as necessidades básicas de uma população.

Desta forma, entende-se como inadequado o enfoque neomalthusiano, que concebe ser o crescimento demográfico como causador da fome (particularmente nos países subdesenvolvidos).

Se a introdução da soja no Ocidente pouco alterou as condições alimentares das camadas mais baixas dos países que a produzem - é porque ela referencia o conjunto das transformações pelas quais passou o sistema capitalista na agricultura. Neste sentido, entende-se que a dinamicidade dos Modos de Produção forja um mecanismo próprio à produção agrícola: o avanço das forças produtivas, as alterações nas relações de produção, o processo de circulação das mercadorias e as formas como se originam a propriedade capitalista determinam, em boa medida, o comportamento inovador no meio rural. Assim, a introdução da soja no Ocidente se dá a partir da lógica do Modo de Produção Capitalista, mesmo que acompanhada de experiências contraditórias, experiências estas determinadas historicamente.

3.1 INTRODUÇÃO DA SOJA NO BRASIL

A conjuntura de pós-guerra significou, entre outros fatores, uma redefinição do capitalismo na civilização Ocidental. Se com o término da 2ª Guerra verificou-se a consolidação do sistema socialista na União Soviética, para o Ocidente, os Estados Unidos emergiram como uma potência hegemônica no mundo capitalista - reequipado e reforçado pelos efeitos da 2ª Guerra neste país.

Se ao contexto da Guerra Fria, iniciada a partir desta polarização (1950-1960) correspondeu a adesão dos países ao bloco ocidental ou ao bloco oriental, o contexto da coexistência pacífica (1960-1970) será o responsável pelo reequilíbrio econômico internacional, e a diminuição de tensões que pudessem provocar um confronto mais contundente entre as nações desenvolvidas.

O Brasil se atrela, é evidente, ao bloco ocidental, com um comportamento rigidamente anti-comunista. Impõe-se ao desenvolvimento capitalista equacionar-se ao desenvolvimento industrial, e o fomento à criação de um mercado interno é proposto, a nível de política econômica, através da modernização da Agricultura.

Neste sentido, o setor agrícola teria duas funções específicas:

- a) abastecer a mão-de-obra no setor secundário, constituindo-se junto a ele, um mercado consumidor dos produtos manufaturados;
- b) Produzir matéria-prima tanto para a indústria, como também para o mercado internacional, responsabilizando-se em grande parte, pela entrada de divisas no

país, divisas estas transferidas para o setor industrial.

É nesta conjuntura que os debates sobre a Reforma Agrária se articulam ao processo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

De fato, estes debates chegam a alcançar as esferas do poder, ao nível do discurso e mesmo da política partidária, no que tange principalmente à agricultura.

Detecta-se aí a necessidade de "modernização" agrícola, ou seja, de abandono às formas tradicionais de produção e comercialização, e se parte para a produção empresarial que viabilizaria progresso tecnológico neste setor.

Para tanto, a Reforma Agrária era vista como uma condição "sine qua non" para a modernização, pelo menos por parte de alguns autores e políticos da época, dos quais merece destaque, o Professor Celso Furtado.

Tais conclusões são rechaçadas a partir do golpe de 1964, quando se passa a defender, a partir do governo militar, a maturação do capitalismo como sistema, viabilizado por sua vez pelo Estado autoritário.

De fato, como nos aclara o texto seguinte,

A reorientação do pacto político, em 1964, sob nova forma de equilíbrio, permitiu acentuar a estratégia do desenvolvimento capitalista com novas linhas de intervenção estatal na economia, o fim de restrições à participação do capital estrangeiro, a abolição dos mecanismos reguladores dos preços, a intensificação da penetração do Capitalismo na agricultura, como um critério para a transformação do campo sem a reforma agrária, definida no momento anterior como único meio de viabilizar o desenvolvimento capitalista no país.⁶

⁶CASTRO, Ana Célia et alii. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira - síntese das transformações. Brasília, BINAGRI, 1970. p.34.

É portanto neste contexto que a cultura da soja se introduz no Brasil. Ela se constitui uma das muitas peças que formarão, em seu conjunto o avanço do Capitalismo na agricultura, onde a concentração da terra, o surgimento da agro-indústria, a adoção de uma tecnologia química e mecânica, a introdução do trabalho assalariado (proletarização do agricultor), organizam-se para viabilizar este processo.

Se se responsabiliza, por um lado, o crescimento da demanda mundial de soja como um dos elementos propulsores da produção agrícola brasileira, há que se entender também o outro lado da moeda: a função da agricultura brasileira no seu próprio desenvolvimento histórico: sustentáculo da estrutura exportadora de bens primários, constituiu-se base para o assentamento da acumulação e reprodução do capital a nível internacional e nacional.

Ao se constatar na atual fase um certo incômodo no que tange à estrutura fundiária esta entendida como herança do período colonial - a saber, o latifúndio, observa-se que tal inquietação se dá pela preocupação por maior produtividade na agricultura, para que esta cumpra sua dupla tarefa, qual seja, a de produção interna de alimentos e a de geração de bens exportáveis que capacitem a importação de bens necessários ao desenvolvimento industrial.

Uma proposta de cunho radical, que signifique alguma alteração no nível das instituições e no sistema como um todo, ainda está por acontecer.

3.2 A SOJA NO PARANÁ

Do que foi analisado até aqui, depreende-se que a soja se caracteriza por três fatores principais: sua riqueza pro-

teica, a possibilidade da diversificação do produto e a exploração tipicamente capitalista. Tais fatores foram decisivos para a sua incorporação como um dos principais produtos na agricultura brasileira.

De fato, o Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja desde 1974, sendo que tais índices foram alcançados em um período recente, principalmente nos últimos dez anos analisados.

Este desempenho se deu principalmente pelo aumento da terra cultivada, o que foi possível a partir da incorporação de regiões tradicionais (como é o caso do Extremo-Oeste e Sudoeste Paranaense) no processo de produção. Aliado a este aumento, também em 1974, o Brasil se destacou pelo processamento da soja, destaque este dado à produção de farelo e óleo de soja. Quanto ao óleo, verifica-se que 30% de sua produção é consumido internamente, caracterizando-se portanto tal cultura como importante para o abastecimento interno.⁷

Sua expansão se deu em 1º lugar no Rio Grande do Sul. Já em 1930, constatou-se o plantio da soja, mas somente em 1960 é que ela adquirirá expressão econômica.

Em 1973, esta expansão sofre um decisivo estímulo provocado pelas cheias nos vales do Mississippi e Missouri, nos Estados Unidos.

Aí, o Brasil experimenta o aumento de níveis de preços que vão de 37 para 120 cruzeiros a saca de 60 kg. - um estímulo que por si só consolidou tal produção nas áreas que a elas se dedicaram.

No Paraná, a penetração da cultura da soja constituiu-se

⁷CIDADE UNIVERSITÁRIA Armando Sales de Oliveira. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE. Diagnóstico do Setor soja; produção e comercialização. São Paulo, 1982. p.4.

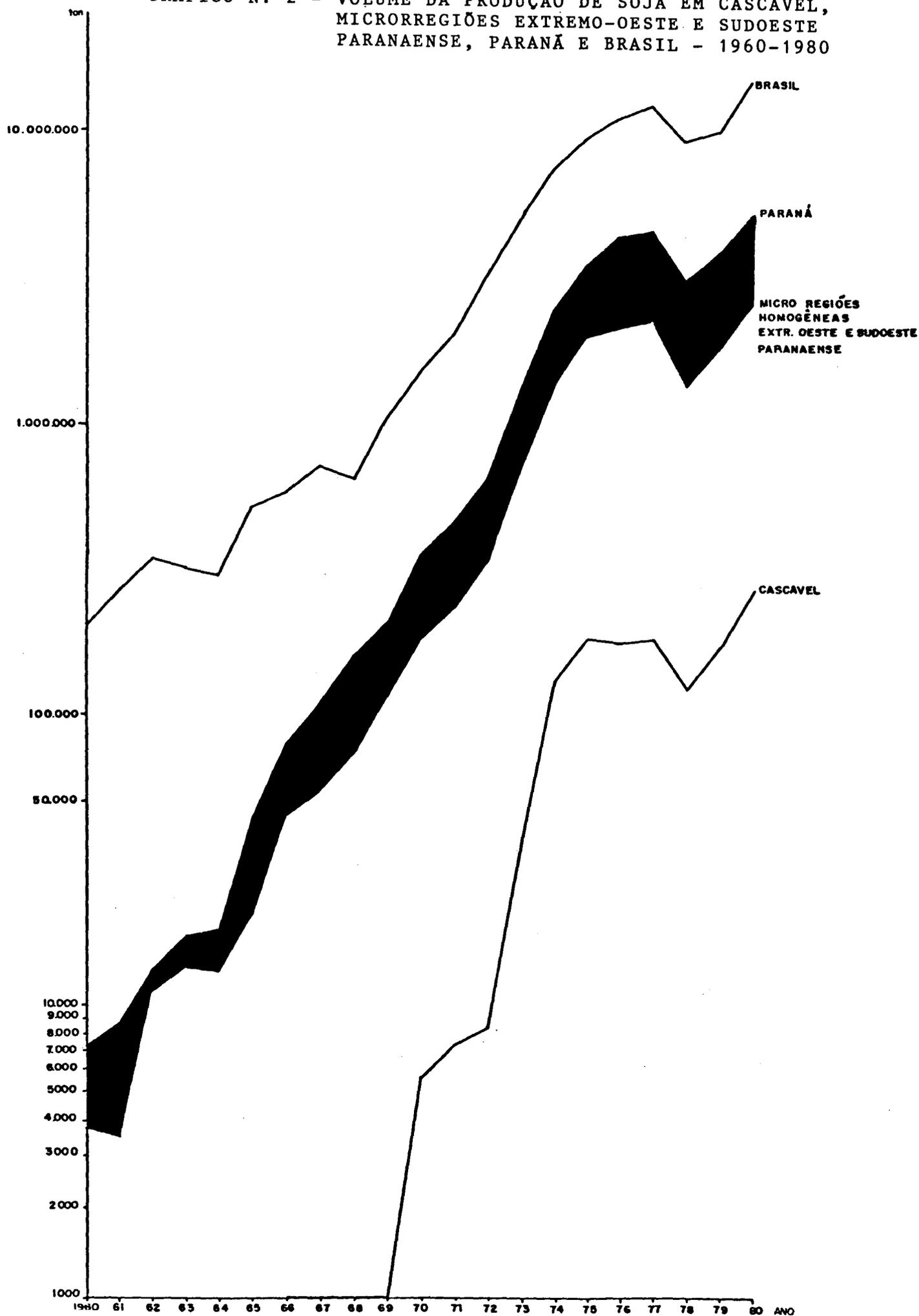
em princípio, um estímulo dado ao setor agrícola, para atenuar as crises por que passava a economia cafeeira em algumas regiões do Estado, em virtude das geadas de 1935 e 1955.

Tratou-se de uma atividade realizada a partir de incentivos e propagandas, por ser esta leguminosa um produto de aceitação internacional.

Os principais fatores que deram à soja sua condição de produto altamente rentável no mercado externo foram portanto os seguintes:

- a) a migração gaúcha, que trouxe consigo alguma experiência do cultivo desta oleaginosa;
- b) os incentivos oficiais para tal produção -- incentivos baseados na necessidade de saldar o ônus da crise cafeeira no Estado;
- c) a conquista do mercado internacional por parte do sudoeste do Paraná, que já havia iniciado esta conquista, ainda que incipientemente, com a produção madeireira, e que consolidou-se com a cultura da soja e em menor grau, com a cultura do milho e do trigo;
- d) a exigência da produção mecanizada - que veio de encontro aos interesses privados nacionais e internacionais, no que se refere à introdução de maquinarias, fertilizantes e adubos químicos no processo produtivo, sendo estes cada vez mais propagados;
- e) a rearticulação do cooperativismo, principalmente a partir de 1970, que viabilizou um nível mais sofisticado e complexo de comercialização e beneficiamento, bem como o assessoramento técnico no cultivo da leguminosa.

GRÁFICO Nº 2 - VOLUME DA PRODUÇÃO DE SOJA EM CASCAVEL,
 MICRORREGIÕES EXTREMO-OESTE E SUDOESTE
 PARANAENSE, PARANÁ E BRASIL - 1960-1980



Desta forma, o Paraná responde a tais estímulos com um crescimento vertiginoso em sua produção, chegando rapidamente a ser o responsável por 1/3 da produção de soja no Brasil.

Tal aumento se deu através da especialização agrícola, onde as regiões Extremo-Oeste e Sudoeste ocuparam um lugar de relevante destaque. Esta representatividade fica evidenciada no Gráfico nº 2 (dados referentes à tabela nº 3, pág. 85), onde se compara o volume da produção de soja no Brasil, no Paraná, nas 2 Microrregiões Homogêneas Sudoeste e Extremo-Oeste, e ainda no município de Cascavel (principal centro econômico da região).

Nesta figura pode-se observar que as tendências ascendentes da produção de soja são as mesmas a nível estadual, regional e municipal. Efetivamente, o ano de 1970 se configura o início da ascensão do cultivo do produto, sendo que as safras de 73 a 76 são as mais importantes (entendidas como o "take-off" da soja), superados apenas no ano de 1980. No ano de 1978 se verifica um decréscimo da produção, devido, entre outros fatores, à seca e à erosão - o que foi resolvido pela incorporação de outras áreas (conforme se verificará no Gráfico nº 6) ao processo produtivo.

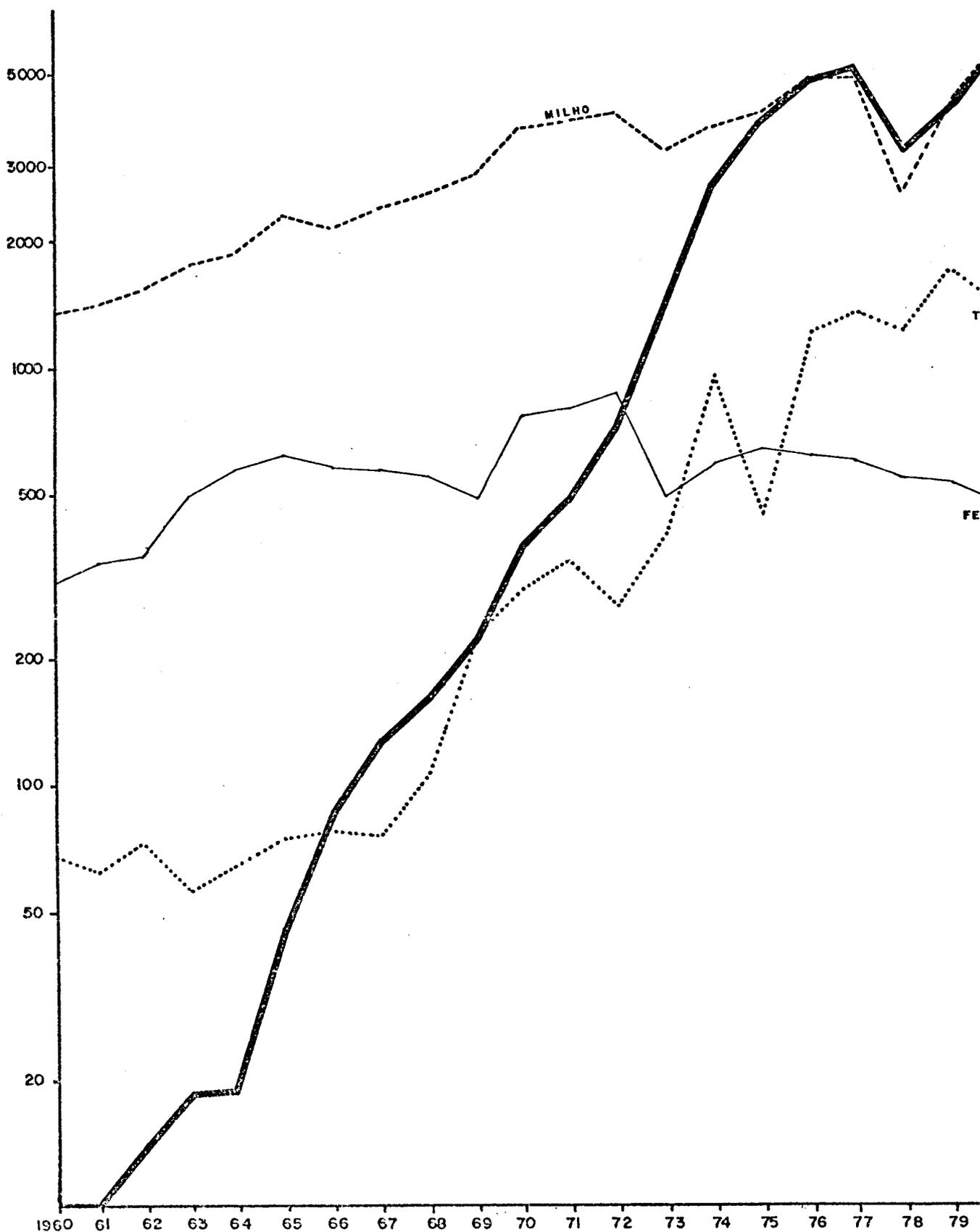
Esta tendência ascendente no volume de produção evidencia, sob qualquer aspecto, o remanejamento das atividades agrícolas, onde se passou a substituir as culturas tradicionais e de subsistência por culturas entendidas como dinâmicas, onde a soja pode ser um dos melhores exemplos.

Assim, observa-se que os estímulos dados pelas políticas agrícolas favoráveis ao cultivo da soja em grande escala, tiveram um rápido e eficaz resultado, pois que tal produção viabiliza um conjunto de fatores determinantes à maturação do ca-

pitalismo na agricultura: as mudanças tecnológicas, a expansão do crédito agrícola, a garantia de aceitação no mercado internacional. Desta feita, entende-se a causa deste comportamento homogêneo a nível nacional, estadual, regional e municipal, pois que a intervenção do Estado (via propaganda, sistema cooperativista e crédito agrícola) tornou possível o remanejamento não só de culturas como também no interior do próprio sistema produtivo.

GRÁFICO Nº 3 - PRODUÇÃO DE SOJA, MILHO, TRIGO E FEIJÃO NO
PARANÁ - 1960-1980

QUANTIDADE PRODUZIDA
(1.000 t)



O Gráfico nº 3 (referente à tabela nº 3, pág. 85) demonstra como a introdução da soja no Paraná se deu em detrimento de outras culturas, notadamente importantes para o mercado interno (onde o feijão é o exemplo melhor).

Nos cinco primeiros anos (de 1970 a 1975) observa-se que houve um crescimento de 800% na produção de soja.

Os estímulos governamentais neste período procuraram enfatizar a canalização de recursos, visando o aumento ainda mais significativo desta produção.

Segundo os resultados obtidos na análise destes dados, o comportamento do trigo foi proporcionalmente semelhante ao comportamento da soja (com exceção das frustrações de safra de 1972 e 1975), pelo fato de serem culturas consorciadas. O feijão, entretanto, sofre um decréscimo na produção, decréscimo este diretamente relacionado à ascensão da soja (onde os destaques maiores são para os anos de 1973 e 1980, onde se verificam os dois picos da soja).

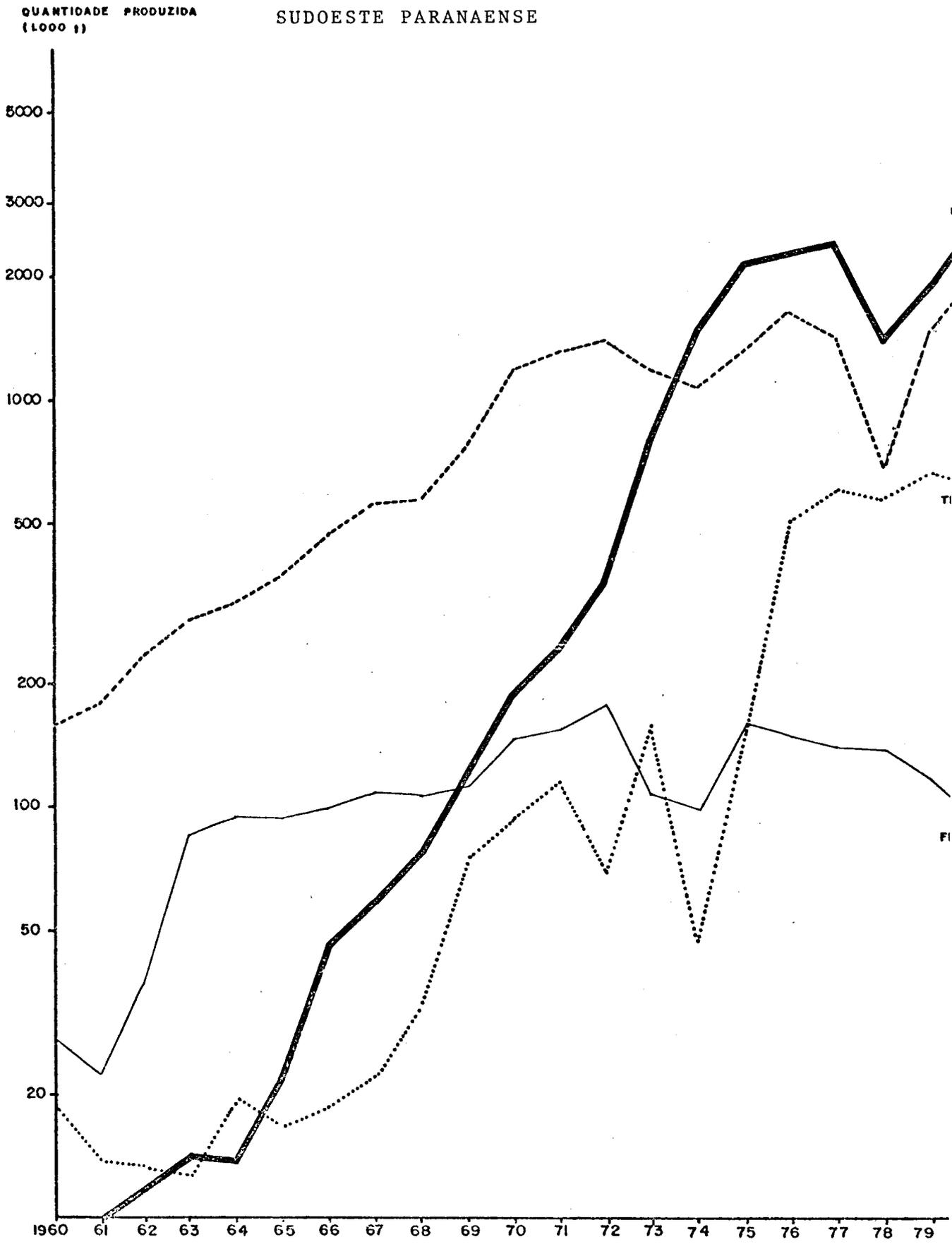
Quanto ao milho, constata-se que este possui um comportamento relativamente estável, posto que se destina não só à exploração, mas também ao abastecimento interno da população e ainda à pecuária. Trata-se de um produto básico, que conseguiu manter altos níveis de produção, apesar da introdução do complexo soja e trigo no Paraná.

O incremento tecnológico a nível de produção e o cooperativismo a nível de mercado vieram a atender as preocupações das políticas oficiais, refletidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974), onde se procurou enfatizar a necessidade de crescimento do produto real do setor agrícola: concluiu-se que este setor não acompanhou o desenvolvimento de outros setores. Assim, dever-se-ia propugnar pelo desenvolvimento de

uma agricultura moderna, de base empresarial, capaz de alcançar os mercados internacionais.

Para tanto, era necessário que o Estado buscasse viabilizar as estruturas de comercialização e distribuição dos produtos. Ao lado deste expediente, uma tecnologia moderna reforçaria o equilíbrio entre os setores produtivos.

GRÁFICO Nº 4 - VOLUME DA PRODUÇÃO DE SOJA, MILHO, TRIGO E
 FEIJÃO NAS MICRORREGIÕES EXTREMO-OESTE E
 SUDOESTE PARANAENSE



A especialização regional já evidenciada no Gráfico nº 2, é reforçada quando se compara a produção da soja com as de outras culturas, tais como o milho, o trigo e o feijão. (Gráfico nº 4, referente à tabela nº 3, pág. 85). A partir de 1970, verifica-se que a ascensão é vertiginosa e constante, excetuando o ano de 1978, onde se verificou uma queda, recuperada entretanto nos anos subsequentes.

Quanto ao milho, em que pese sua maior estabilidade, ele perde sua posição privilegiada em relação a estas culturas, justamente em 1973, onde a soja assume definitivamente o caráter de principal produto da região.

Uma outra atividade que vem ocupando posição de destaque na região é a suinocultura (ligada por sua vez à agro-indústria), e que pode também explicar a manutenção de índices satisfatórios para o milho.

O trigo, como em todo o Estado, adquire um comportamento semelhante ao da soja, caracterizando-se porém por ser uma cultura instável, de alto risco. Por este motivo, sua produção é extremamente condicionada ao crédito bancário. Neste sentido, entende-se porque principalmente os pequenos produtores preferem arrendar suas terras a terceiros no inverno, do que realizarem esta produção, pois que os riscos de frustrações de safra são divididos entre as partes.

O feijão, por sua vez, passa a sofrer uma diminuição bastante representativa, principalmente a partir de 73 e 76. (embora haja uma recuperação considerável entre estes dois anos). Observa-se o quanto estas variações são consequência das tendências ascendentes da soja.

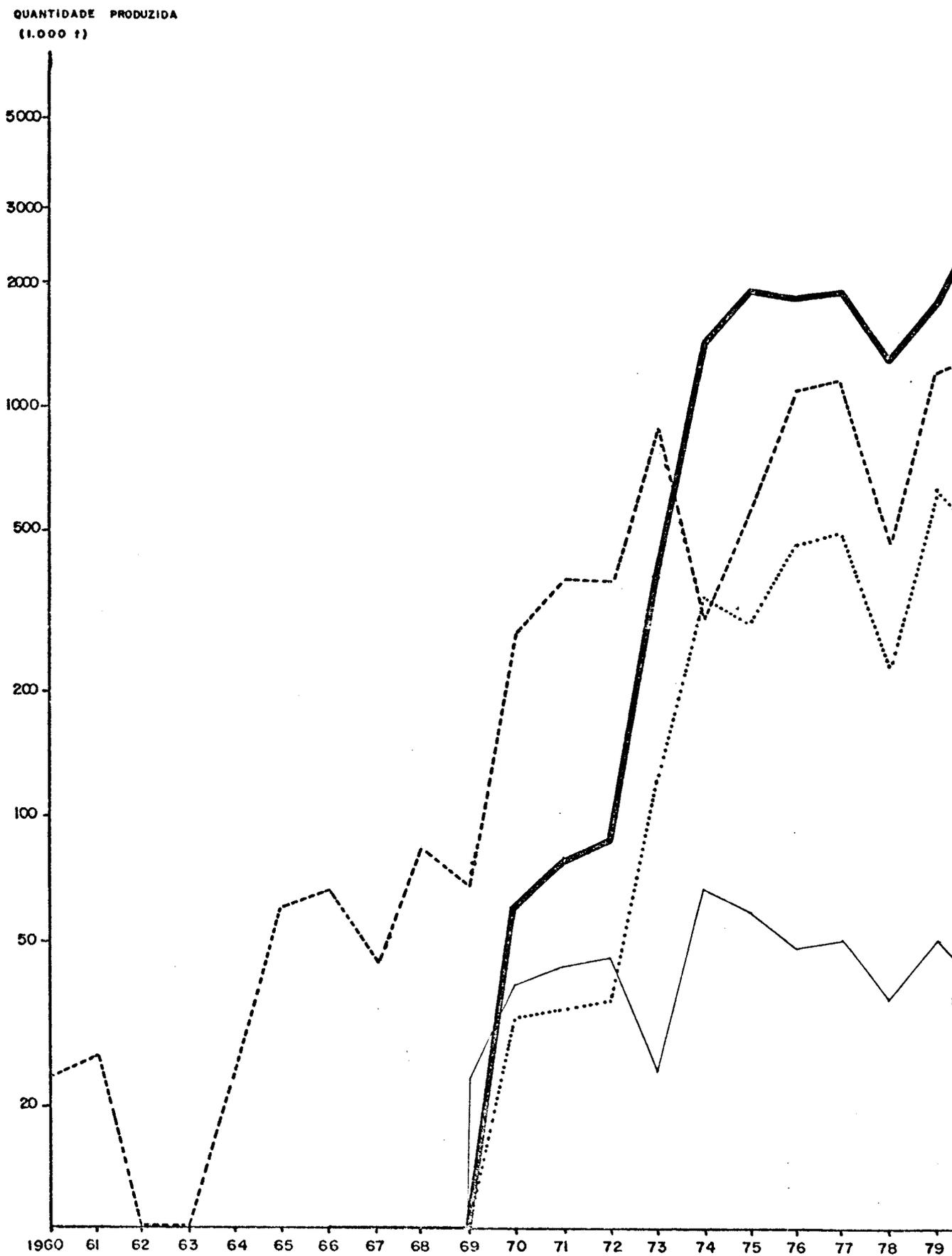
O que se constata é que também as 2 Microrregiões Ex-

tremo-Oeste e Sudoeste paranaense se inserem nos quadros das transformações recentes da agricultura brasileira. Com a soja, os investimentos crescentes de capitais levam à diminuição dos custos de produção, o que permitiu um processo de acumulação de capital - necessário também no setor agrícola para preencher as exigências de capital monopolista de Estado.

A introdução desta cultura na região se deu portanto a partir de condições criadas pelo mercado, e não por condições impostas pelo seu passado regional.

Seus agentes principais foram os grandes proprietários, detentores de terra e de meios de acesso ao crédito rural - fator essencial à ampliação da produção. Porém, os pequenos e médios produtores procuraram ingressar nesta atividade agrícola, via endividamento bancário ou via arrendamento de terras.

GRÁFICO Nº 5 - VOLUME DA PRODUÇÃO DE SOJA, TRIGO, MILHO E
FEIJÃO NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - 1960-1980



Finalmente, cabe ilustrar mais uma vez, a representatividade de Cascavel. Observa-se através do Gráfico nº 5 que a soja se destacou na preferência da produção.

Fica evidente o redirecionamento que sofreram as atividades agrícolas neste município, posto que de 1969 para 1970 o volume da produção aumentou 11 vezes em seu montante.

O trigo possui, como nos casos anteriores, um comportamento proporcionalmente semelhante ao da soja, excetuando também neste caso os anos de 72 e 75 (e ainda 1969 não verificado na região estudada nem nos índices do Estado).

Quando ao feijão, seu declínio e pouca expressividade são extremamente significativos. Como nos outros casos, ele é determinado pela especialização da sojicultura, onde fica destacado que, aos períodos de abrupta ascendência da soja corresponde uma diminuição nos volumes de feijão (principalmente na última fase, de 1977 a 1980).

O comportamento ascendente do milho, para este município, é anterior à soja, ou seja, no período anterior a 1970. A partir desta data, porém, ele sofre duas quedas (1974 e 1978) que resultaram, também daí, na sua perda de liderança para a soja. (em que pese seus índices neste município também serem altos).

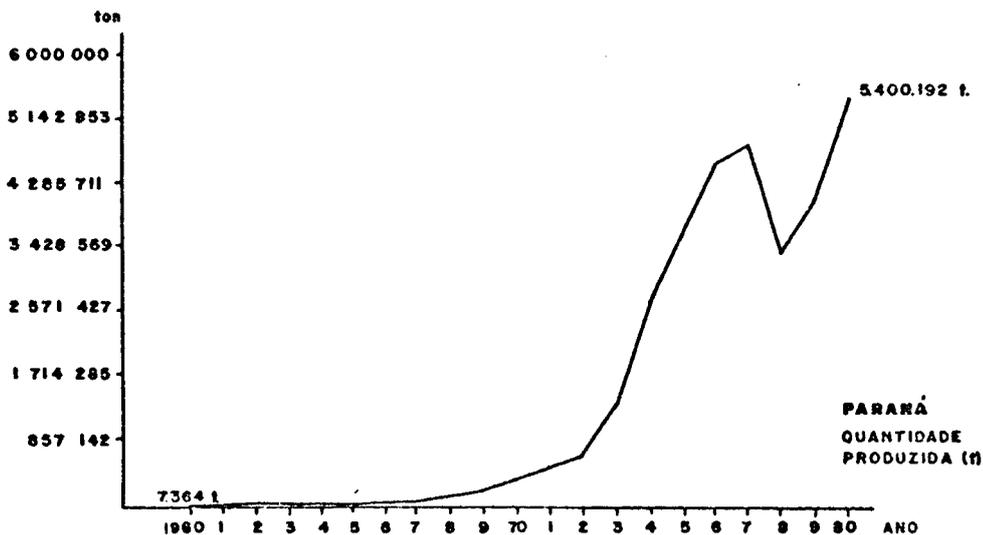
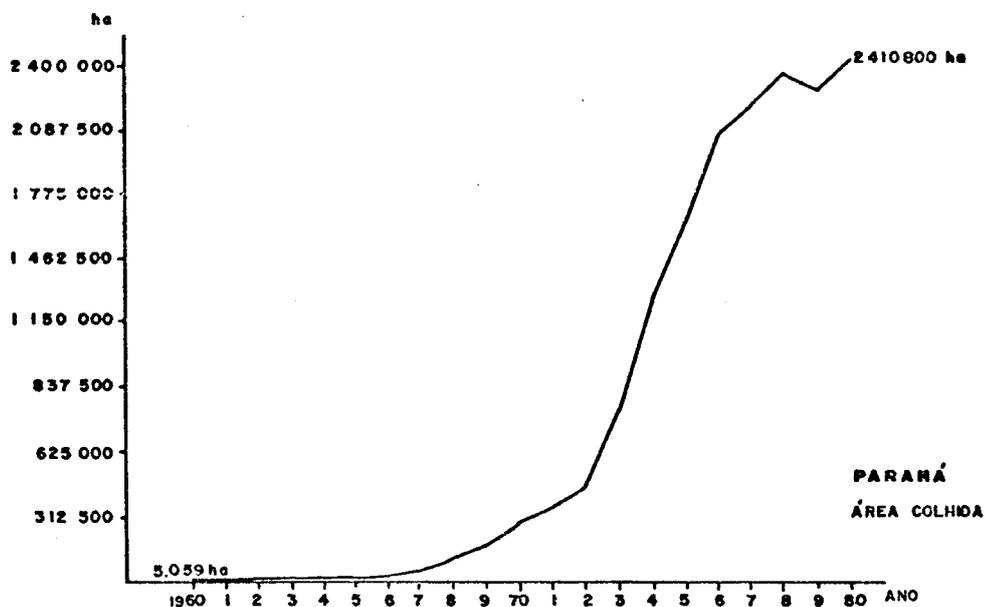
Ainda quanto a Cascavel, cabe destacar 4 datas importantes para esta pesquisa, no que tange à escolha das datas em que se fez a amostragem dos preços da terra (via contratos de compra e venda) no município de Cascavel:

- a) 1960, onde não se verifica sequer a presença de produção de soja, sendo a região caracterizada pela produção madeireira, a suinocultura e a policultura;
- b) 1969, como o ano imediatamente anterior ao que con-

vencionamos chamar de "conjuntura da soja". Neste ano, observou-se uma queda de produção (ainda que pequena) nos cultivos de milho, soja e trigo. Apenas o feijão possui um comportamento ascendente;

- c) 1976, como o representante da fase 73 a 77, fase em que os altos índices da produção se mantêm relativamente estáveis;
- d) 1980, onde se verifica o maior índice alcançado na produção de soja, dentro do período analisado.

GRÁFICO Nº 6 - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREÇO, ÁREA COLHIDA E PRODUÇÃO DE SOJA - PARANÁ - 1960-1980



FONTE: DEE, IBGE

As curvas aqui analisadas demonstraram claramente o crescimento abrupto da produção de soja no Paraná.

Esta produção, como já foi dito, não se deu via aumento de produtividade, mas sim em função da incorporação de novas terras que se dedicaram a esta cultura.

No gráfico 6 (referente às tabelas n^os 3, 4 e 5, pág. 85 a 87) pôde-se relacionar a quantidade produzida e a área colhida - constatando-se que a crise mais expressiva deste período, qual seja, a safra de 1978, foi solucionada a partir da maior incorporação de terras ao processo produtivo. Também nesta figura, evidenciou-se o comportamento do preço da soja. A partir dos dados analisados, não se constatou um aumento vertiginoso destes preços (valores concernentes à compra da soja em grão). Sabe-se, contudo que os preços se avolumam após a soja ter sido processada. No caso do Paraná, tal processamento tem sido realizado, em grande parte, via Cooperativa, que se configura um instrumento monopolizador dos mecanismos da acumulação na sojicultura (que analisaremos mais tarde, com mais vagar).

Ainda que não se constate uma alteração muito violenta nestes preços (com exceção de 1972 e 1973), o que se conclui é que eles são condicionados pela relação demanda-oferta do produto - notadamente a partir de 1973.

Tanto assim o é que, em 1980, onde se presencia o recorde na cultura da soja (durante o período analisado), o preço médio decaiu para níveis semelhantes aos anteriores a 1972.

Depreende-se daí que a produção precisa ser regulada através das flutuações de mercado - esta necessidade de controle, bem como a capacidade de barganha tem sido realizada, cada vez mais, pela Cooperativa, manejada por sua vez pelo grande produtor.

TABELA 3 - VOLUME DE PRODUÇÃO DE SOJA, MILHO, TRIGO E FEIJÃO - PARANÁ, 2 MICRORREGIÕES EXTREMO-OESTE E SUDOESTE PARANAENSE E MUNICÍPIO DE CASCAVEL - 1960-1980
(Quantidade Produzida (t))

ANO	FEIJÃO			MILHO			SOJA				TRIGO		
	Cascavel	MRHs	Paraná	Cascavel	MRHs	Paraná	Cascavel	MRHs	Paraná	Brasil	Cascavel	MRHs	Paraná
1960	435	27 452	298 780	2 280	154 919	1 296 559	-	3 946	7 364	205 744	120	18 295	67 310
1961	540	20 203	322 789	2 520	175 677	1 339 958	-	3 564	8 963	271 488	135	13 598	60 841
1962	120	36 751	339 301	863	232 216	1 477 855	-	11 386	13 434	345 175	56	13 076	70 934
1963	59	86 471	472 660	888	281 124	1 682 948	-	13 946	17 937	322 915	36	12 850	55 564
1964	435	94 503	539 314	2 280	311 402	1 765 283	-	13 412	18 531	304 897	120	19 855	63 318
1965	780	91 884	594 584	5 946	368 325	2 182 543	-	20 184	44 111	523 176	387	16 648	73 127
1966	864	98 127	556 801	6 468	456 411	2 036 878	210	40 666	82 959	594 975	450	18 460	77 997
1967	781	108 453	558 555	4 302	543 000	2 228 986	189	57 822	113 292	715 606	540	22 049	75 201
1968	798	105 523	527 542	8 100	547 035	2 497 173	626	76 428	163 200	654 476	720	33 686	114 392
1969	2 280	111 432	469 501	6 660	741 840	2 711 972	540	120 057	213 584	1 056 607	560	70 544	220 559
1970	3 990	145 501	729 691	27 000	1 140 699	3 559 364	5 940	186 919	368 006	1 508 540	3 150	90 352	283 308
1971	4 218	151 967	757 274	36 000	1 278 161	3 655 086	7 560	239 548	461 746	2 077 291	5 850	111 466	334 857
1972	4 275	173 356	817 673	36 000	1 284 354	3 829 541	8 640	346 195	688 158	3 299 631	3 500	68 327	256 567
1973	2 376	105 514	472 079	82 260	1 143 019	3 082 524	39 600	738 476	1 326 339	5 011 614	10 240	154 181	384 713
1974	6 677	98 932	562 085	29 160	1 029 484	3 533 000	136 653	1 414 194	2 588 880	7 876 209	31 200	459 860	914 760
1975	5 760	156 658	607 947	52 500	1 285 677	3 813 309	187 200	2 002 073	3 624 940	9 893 008	20 936	152 890	443 600
1976	4 588	144 412	587 805	100 125	1 547 454	4 822 900	186 164	2 172 812	4 500 000	11 227 123	42 760	480 708	1 160 640
1977	4 626	140 717	576 885	106 580	1 431 735	4 630 825	187 396	2 233 670	4 700 000	12 513 406	45 619	586 920	1 257 000
1978	3 600	139 574	507 017	44 057	639 703	2 437 123	123 988	1 356 317	3 150 103	9 540 577	21 063	533 323	1 050 000
1979	4 759	114 608	503 488	151 539	1 441 890	4 169 518	175 101	1 806 021	4 000 000	10 240 306	60 108	637 104	1 621 416
1980	3 635	91 257	462 250	183 200	1 984 225	5 400 967	271 278	2 546 702	5 400 192	15 127 740	45 500	593 665	1 350 000

FONTES: CSV-1960-69 DEE; 1970-80 IBGE.
MRHs-1960 MA; 1961-69 DEE; 1970-80 IBGE
PR-1960-72 MA; 1973-80 IBGE
BR-1960-80 IBGE

Obs.: (-) dado não disponível

TABELA 4 - TOTAL DE ÁREA COLHIDA DE FEIJÃO, MILHO, SOJA E TRIGO, NO PARANÁ, MICRORREGIÕES EXTREMO-OESTE E SUDOESTE PARANAENSE E CASCAVEL - 1960-1980

ANO	FEIJÃO			MILHO			SOJA				TRIGO		
	Cascavel	MRHs	Paraná	Cascavel	MRHs	Paraná	Cascavel	MRHs	Paraná	Brasil	Cascavel	MRHs	Paraná
1960	310	19 930	382 488	880	89 429	843 932	-	1 984	5 059	171 440	100	18 883	82 495
1961	410	12 436	382 743	1 000	72 831	874 894	-	1 812	6 400	240 919	120	16 500	79 724
1962	87	24 342	410 716	325	96 898	950 065	-	6 082	10 531	313 640	30	13 494	85 000
1963	65	55 670	534 549	340	123 703	1 045 094	-	8 370	13 305	339 796	30	17 050	83 994
1964	310	69 536	623 511	880	149 122	1 242 709	-	10 109	16 934	359 622	100	22 286	83 425
1965	600	86 980	647 263	2 170	166 650	1 318 750	-	14 985	34 545	431 834	390	24 429	90 545
1966	780	98 829	650 545	3 560	221 685	1 238 606	150	27 685	54 309	490 687	500	23 663	85 717
1967	690	105 850	651 257	2 390	254 295	1 338 191	175	43 108	82 942	612 115	600	25 242	89 217
1968	700	118 910	652 604	4 500	281 295	1 412 069	580	59 635	119 853	721 913	800	39 595	124 332
1969	2 000	123 920	675 771	3 700	374 900	1 552 341	500	98 915	172 401	906 073	700	81 950	231 675
1970	3 500	132 348	790 139	15 000	502 742	1 883 309	5 500	158 387	304 211	1 318 809	3 500	104 851	287 598
1971	3 700	145 370	826 313	20 000	591 380	2 005 064	7 000	198 094	357 701	1 716 420	6 500	120 422	342 442
1972	3 750	162 805	845 933	20 000	573 749	1 994 620	8 000	242 057	452 692	2 191 455	7 000	139 856	397 332
1973	3 960	159 498	719 274	50 000	544 050	1 637 231	22 000	444 280	817 627	3 615 246	12 000	149 853	341 015
1974	9 823	151 481	835 000	18 000	620 117	2 110 000	72 055	709 733	1 340 000	5 143 116	36 474	320 942	660 000
1975	6 000	158 018	768 200	25 000	581 301	1 923 000	78 000	864 700	1 631 897	5 824 492	52 216	307 095	800 000
1976	6 480	160 553	822 320	39 946	589 107	2 185 000	91 241	990 548	2 083 300	6 417 000	37 897	550 760	1 248 000
1977	6 000	164 944	809 640	52 750	597 671	2 153 872	91 976	1 032 461	2 200 000	7 070 263	48 846	648 024	1 398 226
1978	5 000	152 440	744 003	41 010	502 422	1 898 525	95 331	1 085 249	2 384 541	7 782 187	50 697	640 341	1 345 093
1979	5 500	155 482	746 540	57 500	591 400	2 118 700	92 500	1 093 324	2 340 460	8 256 096	60 000	675 056	1 476 476
1980	8 075	183 705	815 088	50 000	627 620	2 156 579	118 297	1 106 860	2 410 800	8 753 689	70 000	718 495	1 440 000

FONTES: CSV-1960-69 DEE; 1970-80 IBGE
 MRHs-1960 MA; 1961-69 DEE; 1970-80 IBGE
 PR-1960-72 MA; 1973-80 IBGE
 BR-1960-80 IBGE

Obs.: (-) dado não disponível

TABELA 5 - PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELO FEIJÃO, MILHO, SOJA E TRIGO. PARANÁ - 1966-1980

PRODUTO	ANO		(Cr\$/kg)													
	PREÇOS	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Feijão	Corr.	0,31	0,26	0,30	0,65	0,69	0,80	0,95	2,44	2,11	2,51	5,95	5,95	5,77	9,76	37,87
	Base 80	15,40	10,72	9,97	17,93	15,86	15,28	15,47	34,58	23,24	21,62	36,29	25,44	17,78	19,54	37,87
Milho	Corr.	0,06	0,09	0,09	0,14	0,15	0,19	0,27	0,36	0,51	0,71	0,86	0,98	1,86	2,85	6,09
	Base 80	2,98	3,71	2,99	3,86	3,45	3,63	4,40	5,10	5,62	6,12	5,24	4,19	5,73	5,71	6,09
Soja	Corr.	-	-	-	-	0,33	0,45	0,53	1,07	1,20	1,33	1,75	2,60	3,43	5,95	9,72
	Base 80	-	-	-	-	7,59	8,60	8,63	15,17	13,22	11,46	10,67	11,12	10,57	11,91	9,72
Trigo	Corr.	0,24	0,27	0,32	0,39	0,49	0,50	0,57	0,75	1,13	1,54	1,92	2,72	3,74	5,13	9,46
	Base 80	11,92	11,13	10,64	10,76	11,26	9,55	9,28	10,63	12,45	13,26	11,71	11,63	11,53	10,27	9,46

FONTE: FGV

Obs.: (-) dado não disponível

Esta situação nos remete mais uma vez às questões centrais do nosso trabalho: entender historicamente as transformações recentes sofridas na região estudada, dando ênfase à análise da estrutura fundiária via comportamento do preço da terra por um lado, e por outro lado, detectando a alteração na personalidade dos arrendamentos agrícolas. Até que ponto, estas variáveis são determinadas pela introdução da soja no Paraná, introdução esta determinada por sua vez pelo desenvolvimento do capitalismo na Agricultura? Tais questões serão objeto de análise do capítulo posterior.

CAPÍTULO 4 - ALTERAÇÕES NA DIVISÃO E NO USO
DA TERRA A PARTIR DA CULTURA DA
SOJA

4 ALTERAÇÕES NA DIVISÃO E NO USO DA TERRA A PARTIR DA CULTURA DA SOJA

A importância dada neste trabalho para as alterações da estrutura fundiária, bem como de suas formas de administração por arrendamento é devida ao fato de se ter consciência de que a expansão capitalista na agricultura, para o caso brasileiro, viabiliza-se através da incorporação de novas terras ao processo produtivo em geral. No Brasil, esta incorporação é realizada pelas frentes pioneiras, resultantes de um contingente populacional expulso de determinadas regiões. Isso não só ocorre no Paraná, mas também em outros Estados do Brasil.

O desbravamento destas terras e o exercício da exploração predatória dos recursos naturais (como a erva-mate e a madeira no caso do oeste paranaense) constituíram-se nas fases anteriores a 1960, os primeiros agentes responsáveis pela acumulação capitalista, que se processou através do capital comercial. Contudo, a expansão demográfica que se verificou paralelamente a estas explorações, de maneira primeiramente espontânea, e posteriormente dirigida, veio a se constituir a base da formação histórico-social da região. Este contingente, como já foi visto, é fruto de migrações meridionais, de trabalhadores expulsos de suas terras pela concentração ali verificada e pelo sistema de herança.

Assim, temos duas formas de exploração econômica em um mesmo espaço regional, a saber, a economia de subsistência realizada pelo migrante e a exploração de recursos naturais pelas

empresas extrativistas (via capital comercial). Estas formações se completam e se interdependem, permeadas contudo por conflitos, cada vez mais perceptíveis em suas transformações recentes, onde as atividades extrativistas são em boa medida substituídas pela cultura de cereais e a suinocultura.

4.1 A TERRA COMO MERCADORIA

Após a revolução de 30, o que se evidencia na política paranaense é uma constante preocupação por regulamentar a propriedade fundiária, no intuito de não se permitir a criação de novos latifúndios improdutivos. Por outro lado, verifica-se também o surgimento de uma política de povoamento e ocupação nas regiões limítrofes do Estado, para atender a necessidade de formar "fronteiras vivas", já reclamadas por Getúlio Vargas.

Esta política é realizada através da venda da terra. Para o Sudoeste paranaense, importarão as políticas oficiais adotadas a partir de 1947, principalmente.

É neste contexto que se observa o fluxo migratório oriundo de zonas meridionais do país, objetivando a colonização propriamente dita, bem como a formação de colônias que resultaram em município um pouco mais tarde.¹

É com a criação da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração que o Estado se responsabilizará pela regulamentação das novas propriedades, que se destinassem ao aproveitamento das riquezas naturais, objetivando a expansão econômica do Estado.

Assim estabeleceu o decreto que incumbiu a Fundação de distribuir 200.000 alqueires de terras, a serem divididas em

¹COSTA, Odah Regina Guimarães. A reforma agrária no Paraná. Curitiba, 1977. Tese. Concurso para Professor Titular em História da América. Universidade Federal do Paraná. p.119.

lotes de até 50 ha no máximo, "§1º - Essa colonização, obedecida as disposições de lei, deverá ser baseada no regime de pequena propriedade e ter um sentido agro-industrial."²

A política oficial de colonização, ao atender uma camada de agricultores capazes de efetivar a compra de pequenas parcelas, teve de expulsar por sua vez uma outra camada de produtores, formadas por posseiros, grileiros, e ainda uma parte da população nativa naquela região, o que se realizou de maneira violenta, sob qualquer aspecto. Esta mesma política não chegou a evitar a concentração da terra - pelo contrário, as organizações para-oficiais das companhias colonizadoras chegavam a viabilizar, para futuros fazendeiros, a conquista da terra (através da expulsão física dos ocupantes).

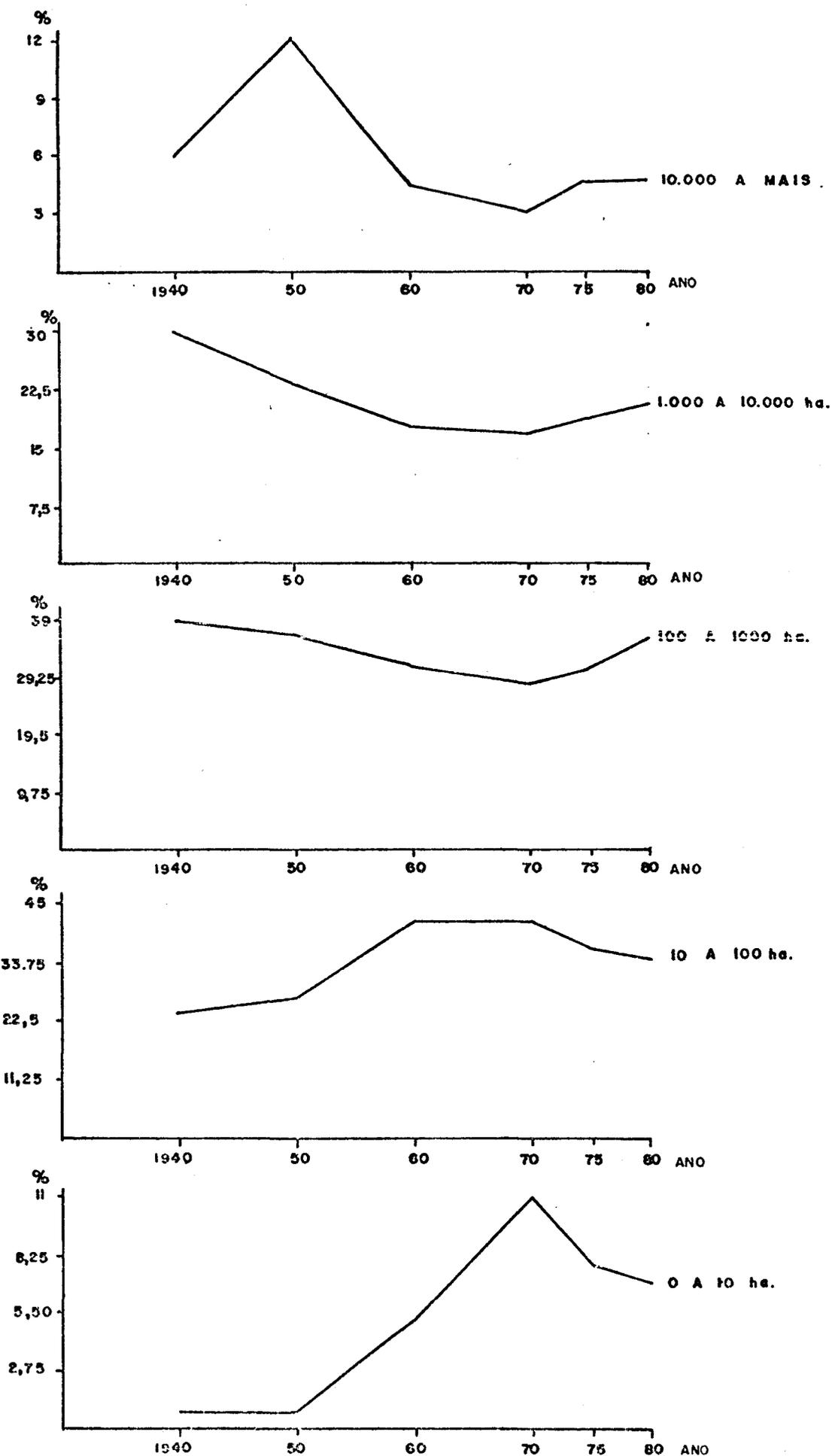
Além disso, verificaram-se muitos casos de compra de terras em diferentes nomes de pessoas físicas, que na realidade destinavam-se a um só indivíduo - transformando-as em uma única unidade exploradora.

De 1960 em diante, as atividades colonizadoras se consolidam ao ponto de diminuir significativamente o montante de parcelas ocupadas, sem regulamentação.

O período analisado neste trabalho, a saber, de 1960 a 1980 é caracterizado por ser a terra uma mercadoria conquistada através da compra. Neste sentido, o estudo da variável preço é de extrema relevância para a compreensão das alterações na estrutura fundiária a partir do advento da cultura da soja.

²PARANÁ. Decreto-lei nº 646. Leis, decretos, etc. Legislação de terras, vigente até maio de 1953. Curitiba, DGTC, p.28.

GRÁFICO Nº 7 - EVOLUÇÃO EM PORCENTAGEM DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA
NO PARANÁ - POR CLASSES DE ÁREA - 1960-1980



4.2 O PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS TERRAS NAS REGIÕES EXTREMO-OESTE E SUDOESTE PARANAENSE

Ao se analisar os levantamentos do Censo Agropecuário do Paraná desde 1940, (conforme Gráfico nº 7, tabela nº 6), observa-se que a estrutura fundiária já se encontrava concentrada, sendo que os períodos de 50 a 70 são responsáveis por uma diminuição relativa desta situação.

De fato, ao se comparar durante este período, as curvas que representam as parcelas de 0 a 10 ha e de 10 a 100 ha, observa-se nitidamente que elas passam a representar, no seu conjunto, 53% do total considerado. Quanto a curva que ilustra as parcelas de 100 a 1.000 ha, ela sofre uma diminuição pouco representativa (10% de 40 a 70), caracterizando-se portanto por uma relativa estabilidade.

Os latifúndios (de 10.000 ha para mais) reduzem em 1970 seu contingente a um terço do verificado em 1950.

As grandes propriedades (de 1.000 a 10.000 ha) reduzem-se pela metade, de 1950 a 1970. Desta situação se pode deprender que a política de colonização posta em prática entre os anos de 50 a 60, obtiveram um resultado significativo. Porém, há que se levar em conta que as áreas totais consideradas também aumentaram de 1940 a 1980 (conforme tabela nº 6), o que nos leva a concluir que o aparecimento de muitas pequenas e médias propriedades foi fruto da incorporação de novas terras no universo considerado - não se tratando portanto, em boa parte dos casos, de redivisão das grandes parcelas, mas sim de aglutinação de lotes até então não regulamentados.

No período posterior a 1970, o que se aponta para o Paraná é um retorno à tendência à concentração, ainda que menos

violenta em suas proporções do que nos períodos de 40 a 50. As pequenas propriedades voltam a diminuir sua representatividade, decrescendo de 11 a 7% (para zero a 10 ha) e de 42 a 35% (de 10 a 100 ha), enquanto que as grandes sofrem um acréscimo de 16 a 19% (de 1.000 a 10.000 ha) e de 3 a 4% (de 10.000 para mais). Esta concentração pode ser explicada principalmente em função do processo de incorporação da pequena à média e grande propriedade.

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO PARANÁ - 1940-1980

(Em ha)

ANO \ ÁREA	1940	1950	1960	1970	1975	1980
menor que 10	72 499	90 241	523 892	1 575 024	1 286 777	1 107 391
10 - 100	1 489 151	2 230 484	4 741 381	6 097 366	5 847 789	5 874 192
100 - 1 000	2 457 059	2 876 265	3 684 627	4 220 749	5 057 383	5 751 692
1 000 - 10 000	1 847 329	1 807 541	1 928 554	2 294 765	2 778 173	3 230 582
10 000 e mais	386 442	1 028 212	506 480	437 625	660 839	649 480
10 000 - 100 000	257 202	660 150	374 480	276 973	517 323	490 804
100 000 e mais	129 240	422 062	132 000	160 652	143 516	158 676
TOTAIS	6 252 480	8 032 743	11 384 934	14 625 530	15 630 961	16 613 337

-
 FONTE: Censo Agropecuário, IBGE

TABELA 7 - ÍNDICE DE GINI REFERENTE À DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA PELOS ESTABELECIMENTOS RURAIS

ANOS REGIÃO	1960	1970	1975	1980
Cascavel	0,517	0,687	0,685	-
Microrregiões*	0,506	0,552	0,572	0,612
Paraná	0,687	0,690	0,719	0,736

FONTE: Censos do IBGE

Obs.: (-) dados ainda não disponíveis

* Extremo-Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense

Para constatar a semelhança de comportamento entre o Paraná e a região estudada, calculou-se o Índice de GINI com base nos dados dos Censos do IBGE, levando em conta o período de 60 a 80, que interessa mais de perto a esta pesquisa.

Conforme a tabela nº 7 depreende-se que tanto a nível municipal como a nível das 2 Microrregiões Sudoeste e Extremo-Oeste paranaense, a concentração tende a aumentar a cada período, o que também ocorreu (com maior expressividade) a nível estadual.

Quando se concebe que as microrregiões Oeste e Extremo-Oeste paranaense são tradicionalmente constituídas pelo parcelamento em pequenas propriedades (por terem sido regiões mais atingidas pela política de colonização agrícola), reforça-se ainda mais a hipótese de que a concentração da terra se realiza através da incorporação da pequena à média e grande propriedade.

No capítulo anterior, observou-se o significativo grau de especialização agrícola em torno do binômio soja e trigo. Esta especialização se fez acompanhar, como está evidente, pela concentração da terra. Tal relação é comprovada, em boa medida, quando se observa que no Paraná, a soja é cultivada preferencialmente em médias e grandes propriedades, conforme ilustra a tabela nº 8.

TABELA 8 - PORCENTAGEM DA ÁREA CULTIVADA COM SOJA SUPERIOR A
20, 50 e 100 ha

CENSO	ATÉ 20 ha	ATÉ 50 ha	ATÉ 100 ha
1960	-	-	-
1970	60,9	35,1	26,1
1975	80,1	59,2	46,3
1980	-	-	-

FONTE: Censo Agropecuário, IBGE

Obs.: (-) não disponível

A tendência em se cultivar este produto em áreas cada vez maiores demonstra que a soja é produzida em parcelas de maior porte. A concentração da produção, (via compra ou via arrendamento) passa a ser cada vez mais requisitada, e em função disto, a terra é cada vez mais valorizada.

Esta valorização interessa se destacar a partir de um estudo mais detalhado sobre os contactos de compra e venda de lotes rurais.

Neste tocante, os resultados obtidos junto à análise dos contratos de compra e venda da terra permitem que se compreenda com maior clareza as formas como se processaram a valorização e concentração da propriedade rural.

Em primeiro lugar, tornou-se necessário dividir o período analisado em duas fases distintas - o primeiro, de 60 a 69, onde a terra como mercadoria sofre um condicionante direto em seu valor, qual seja, a atuação da Política Colonizadora. Efetivamente, nesta fase, 49,2% das terras são negociadas diretamente pelo Setor Público, negócios estes realizados na Capital do Estado, por agricultores que, em sua maior parte, já

eram residentes no Paraná.

Desta maneira, segundo os documentos consultados, pode-se verificar a forte presença da política oficial na distribuição de títulos de propriedade, seguindo-lhe as transações particulares provenientes de pessoas físicas do Setor Primário (20,8%), sucedendo-lhe com alguma representatividade o Setor Terciário (11,0%) e finalmente com pequena expressão, as pessoas jurídicas* - estas, ligadas diretamente às empresas madeireiras. Neste último caso, trata-se de firmas que, ao findarem suas atividades extrativas na propriedade, revendem estas terras devastadas, sem benfeitoria alguma. No caso da Indústria Madeireira do Paraná - MARIPÁ, por exemplo, vende-se a propriedade antes mesmo de se extrair a madeira ali existente, fixando-se como cláusula do contrato a permissão de usufruto da madeira existente (por parte do Transmitente) por 5 ou 10 anos.

Tal procedimento leva à empresa a investir na atividade extrativista com o próprio capital da venda desta parcela, enquanto que seus compradores precisam aguardar de 5 a 10 anos para ingressarem na propriedade que adquiriram, e nela trabalharem. O preço de tais parcelas (com um tamanho médio de 100 ha cada uma) não pode ser avaliado, pois o valor declarado no contrato não corresponde ao valor venal do negócio. São valores fictícios que objetivaram, possivelmente, a fuga do controle do fisco.

Expedientes como estes podem explicar o papel do setor privado nas transações do período "anterior à soja".

Contudo, esta primeira fase é profundamente marcada pela presença do setor público como responsável pela distribuição de

*Anexo nº 9, p. 159

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DE PROPRIEDADES TRANSACIONADAS POR CLASSE DE ÁREA

CLASSES	1960 - 1969				1970 - 1980			
	ÁREA	%	Nº de Propriedades	%	ÁREA	%	Nº de Propriedades	%
0 - 10	758,4	0,3	205	12,9	392,1	2,3	74	20,6
10 - 20	2 257,6	0,8	153	9,6	1 123,1	6,6	79	21,9
20 - 50	20 508,5	7,5	681	42,9	4 774,4	28,2	152	42,2
50 - 100	13 859,9	5,1	183	11,5	2 519,5	14,9	34	9,4
100 - 200	20 781,8	7,6	143	9	1 847,6	10,9	13	3,6
200 - 500	69 860,5	25,7	197	12,4	759,1	4,5	3	0,8
500 - 1 000	6 873,9	2,5	10	0,6	2 862,4	16,9	4	1,1
1 000 - 2 000	8 122,5	3,0	6	0,4	2 633,9	15,6	1	0,3
2 000 - 5 000	7 867,7	2,9	3	0,2	-	-	-	-
5 000 - 10 000	14 471,2	5,3	2	0,1	-	-	-	-
10 000 e mais	106 469,7	39,2	3	0,2	-	-	-	-
TOTAL	271 831,7	100,0	1 586	100,0	16 912,1	100,0	360	100,0

Obs.: (-) não existentes

terras, onde as parcelas de 20 a 100 ha são encontradas com maior frequência.

Neste período, contudo são igualmente representativos os contratos de compra e venda de grandes propriedades, o que já não se verificará na fase posterior.

A tabela nº 9 evidencia que apesar de se ter um maior volume de negócios para as parcelas de 0 a 50 ha (76,0%), são as de 200 a 10.000 ha (39,4%) e as maiores de 10.000 ha (39,2%) que ocupam uma maior representatividade em relação à área transacionada. Assim sendo, conclui-se que a política colonizadora não eliminou a possibilidade de formação de grandes propriedades naquela região, aqui representadas pelo município de Cascavel. Além do Setor Privado, constata-se que o próprio Estado é responsável pela venda de grandes parcelas.

O período de 1970 a 1980 caracteriza-se pela elevada diminuição das atividades do Setor Público na distribuição de terras (passa para 0,6% dos casos analisados),* verificando-se um aumento decisivo do volume de negócios entre pessoas físicas - o setor primário é o que adquire a função dominante nas transações (52,8% para a venda, 64,7% para compra). Quanto ao Setor Terciário, praticamente se mantém no mesmo nível (de 11 para 12,2% para as compras), o que demonstra um certo interesse por parte de profissionais alheios ao meio rural (como é o caso de médicos, dentistas, funcionários públicos, bancários) para os negócios de terras.

A presença do Setor Terciário alheio às atividades rurais contribui necessariamente para o aumento do preço da terra, pois responsabiliza-se, em boa medida pela dinamização

*Anexo nº 9, p. 159

destas transações. Sabe-se que estes profissionais investem na propriedade rural como reserva de valor ou com vistas na especulação imobiliária.

Como se vê, neste segundo momento, a terra passa a ser negociada entre agricultores, pecuaristas ou mesmo especuladores - que as adquire para reserva de valor ou ainda com vistas ao arrendamento.

O número de pessoas jurídicas nas transações passa a ser também significativo, principalmente nas vendas (14,7%). Isto demonstra um relativo grau de atuação empresarial agrícola naquela região, o que não se destacava no período anterior.

Também para esta fase, fica evidente o desaparecimento das transações de grande propriedades, pois o tamanho máximo aí encontrado está na classe de 1.000 a 2.000 ha.

As transações realizadas com propriedades menores de 50 ha sofrem um acréscimo de 19,3%. Quanto às grandes propriedades, elas praticamente desaparecem, persistindo apenas as parcelas médias, de 200 a 2.000 ha (37% da área transacionada). As classes de área de 0 a 50 ha aumentam de 8,6% para 37,1%, e as de 50 a 200 ha vão de 12,7% para 25,8%.

Tais alterações comprovam a idéia de que as pequenas parcelas estão cada vez mais sendo vendidas, em detrimento dos negócios com grandes parcelas, como anteriormente se constatou. Acrescenta-se ainda o fato de serem as pequenas parcelas mais caras (por ha) do que as maiores, conforme se destaca no Anexo nº 10, p. 160.

O quadro aí exposto demonstra que no período anterior à soja, o Estado se responsabilizou por uma significativa distribuição de terras a pequenos médios produtores, porém sem

deixar de favorecer o grande produtor, através do barateamento de terras, aliado às possibilidades de "arranjos" familiares ou mesmo políticos, que descaracterizassem a ênfase na pequena propriedade.*

Neste sentido, a tabela nº 10 comprova o encarecimento da terra nos anos escolhidos para a amostragem desta pesquisa.

TABELA 10 - EVOLUÇÃO DO PREÇO DA TERRA EM CRUZEIROS, DE 1960 A 1980, SEGUNDO OS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE LOTES RURAIS - CASCAVEL - PARANÁ

ANO	1960	1969	1976	1980
Preço médio por hectare	5 652,00	38 914,00	66 900,00	47 507,00

De fato, a média de preços mais baixos encontrada nesta amostragem é a do ano de 1960 (notadamente marcado pela política colonizadora do Estado).

Em 1969, quando as transações são realizadas enfaticamente por pessoas físicas, o preço da terra aumenta sete vezes o seu preço médio.

Contudo, é no ano de 1976 que se observa uma maior valorização no preço médio por ha em todo este período; esta data ilustra justamente o efeito do take-off da soja sobre a propriedade rural. Neste sentido, mesmo o ano de 1980 (onde se verificou a produção recorde desta oleaginosa nestes 20 anos),

*A correlação encontrada entre preço da área e Profissão do Transmitente - que nos levou a concluir pelo barateamento da terra por parte da colonização oficial, ficou evidenciada no Anexo 11, p.161

não foi capaz de superar os valores encontrados no ano de 1976. Também durante este ano verificou-se que a totalidade das transações consideradas são realizadas com parcelas menores que 100 ha, sendo que já em 1980 este comportamento se altera.*

Estes dados, quando analisados em seu conjunto, demonstram claramente que a sojicultura se constitui um elemento condicionante à valorização da propriedade - bem como à concentração da terra (conforme se esclareceu a partir do estudo da concentração da terra com bases no índice de GINI). Ora, a persistência de transações de pequenas parcelas nos períodos de maior produção de soja expressam que a concentração se viabiliza a partir da aglutinação de pequenas parcelas às médias e grandes propriedades. Além disto, fica patenteada a incapacidade do pequeno produtor em ingressar na atividade sojicultora, pelo menos com seus próprios meios de produção.

Tal incapacidade acaba por "excluir" o pequeno produtor deste processo, o que pode levá-lo à perda de espaço no mercado, e conseqüentemente, à própria venda da terra. Neste caso, o pequeno produtor se vê obrigado a migrar, ou então assalariar-se (vendendo sua força de trabalho).

Contudo, resta ainda uma via de resistência ao despojamento da sua parcela: esta via constitui-se no arrendamento agrícola; estratégia esta que se encontra na próxima unidade.

4.3 OS ARRENDAMENTOS RURAIS E SUAS ALTERAÇÕES RECENTES

Ao se enfatizar as alterações na personalidade histórica dos arrendamentos agrícolas, tem-se a clara noção de que

*Neste ano, reapareceram as propriedades de 100 a 1.000 ha, conforme podemos verificar no Anexo nº 12, p. 162

TABELA 11 - TOTAL DE ARRENDAMENTOS NO PARANÁ, POR CLASSE DE ÁREA - COMPARAÇÃO ENTRE PAGAMENTO DE RENDA EM PRODUTO E RENDA EM DINHEIRO - PARANÁ - CENSO - 1975

(Em ha)

CLASSE DE ÁREA TOTAL	ÁREA ARRENDADA					ÁREA TOTAL (4)	% $\frac{(3)}{(4)}$
	Por Quantia Fixa (1)	% $\frac{(1)}{(3)}$	Por Quota Par- te de Produ- ção (2)	% $\frac{(2)}{(3)}$	Total (3)		
Menos de 10	205 090	38,1	333 722	61,9	538 812	1 286 777	41,9
10 - 50	226 487	43,2	297 235	56,8	523 722	4 163 546	12,6
50 - 100	64 806	66,2	33 143	33,8	97 949	1 684 243	5,8
100 - 200	60 953	72,0	23 727	28,0	84 680	1 580 909	5,4
200 - 500	75 666	80,6	18 175	19,4	93 841	2 115 457	4,4
500 - 1 000	31 851	79,8	8 085	20,2	39 936	1 361 017	2,9
1 000 - 5 000	45 593	87,2	6 677	12,8	52 270	2 288 939	2,3
5 000 - 10 000	7 296	100,0	-	-	7 296	489 235	1,5
Mais de 10 000	25 255	100,0	-	-	25 255	660 839	3,8
TOTAL	742 996	50,8	720 765	49,2	1 463 761	15 630 961	9,4

FONTE: IBGE - Paraná - Censo 1975

estes não se constituem formas dominantes de exploração da terra, principalmente nos casos em que a propriedade tende a se concentrar. Mesmo ao nível da produção, eles não representam em seu conjunto, um volume significativo.

No entanto, eles apontam, segundo a pesquisa realizada, uma via de acesso do pequeno proprietário à produção mecanizada, pois que tais parcelas passam a ser arrendadas por produtores que detêm a tecnologia química e mecânica, conforme destacaremos a seguir.

De fato, segundo o Censo Agropecuário, 41,9% das parcelas menores que 10 ha são arrendadas a terceiros, diminuindo esta tendência à medida em que as parcelas são maiores (tabela nº 11).

Quanto às formas de pagamento, verifica-se que para as pequenas parcelas, a remuneração em produto (por quota-parte da produção) é mais freqüente, enquanto que nas pequenas grandes parcelas arrendadas ocorre o inverso (ou seja, a preferência é dada para a remuneração em dinheiro), chegando à totalidade para as parcelas maiores de 5.000 ha.

Apesar da representatividade dos arrendamentos nas pequenas parcelas, destaca-se que para o Paraná, sua expressividade é pequena (9,4% da exploração agrícola).

Contudo, apesar de se reconhecer esta baixa expressividade a nível estadual, observa-se que o mesmo está adquirindo maior significância nas regiões Extremo-Oeste e Sudoeste paranaense.

TABELA 12 - TOTAL DE ÁREA ARRENDADA EM DINHEIRO E EM PRODUTO NO PARANÁ, 2 MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS EXTREMO-OESTE E SUDOESTE PARANAENSE E CASCAVEL - 1970 e 1975

ANO DO CENSO	REGIÃO	ÁREA ARRENDADA			ÁREA TOTAL	(Em ha)
		Por quantia fixa	Por Quota-Parte da Produção	Total		% $\frac{\text{ÁREA ARREND.}}{\text{ÁREA TOTAL}}$
	Cascavel	-	-	-	-	-
1960	Microrregiões	-	-	-	-	-
	Paraná	-	-	-	-	-
	Cascavel	6 886	10 647	17 533	236 940	7,4
1970	Microrregiões	128 915	134 927	263 842	2 635 636	10,0
	Paraná	710 879	1 084 884	1 795 763	14 625 530	12,3
	Cascavel	14 735	12 406	27 141	216 541	12,5
1975	Microrregiões	174 214	180 914	355 128	2 788 292	12,7
	Paraná	742 996	720 765	1 463 761	15 630 961	9,4
	Cascavel	-	-	-	-	-
	Microrregiões	-	-	-	-	-
	Paraná	-	-	-	-	-

FONTE: IBGE

Obs.: (-) dados não disponíveis

Conforme ilustra a tabela nº 12, se a porcentagem dos arrendamentos em relação à área total diminuiu de 12,3 para 9,4% no Estado, quanto à região de Cascavel ele aumenta na proporção de 10,0 para 12,7%, em 5 anos. Este aumento é ainda mais acentuado a nível municipal, que cresce de 7,4 para 12,7%.

Tal situação se torna ainda mais evidente quando se trabalha com os contratos de Arrendamento.

Segundo estes dados, a forma predominante de pagamento é em produto (74,4% dos casos), seguindo-lhe a forma em dinheiro (19,1%), e em menor proporção, o arrendamento em trabalho.

Tais formas possuem caracteres próprios, que importam ser destacados:*

- a) arrendamento em trabalho. Apesar da pequena expressividade numérica aí encontrada (48 em 1.264 casos) observa-se que tal atividade se destina às explorações tradicionais da região, quais sejam, a extração madeireira, a suinocultura e a policultura. No primeiro caso, o arrendatário se responsabiliza pela manutenção da floresta e eventualmente pela coleta de frutos destas árvores (que são divididas com o arrendante). Afora isto, ele se dedica à produção para auto-consumo, na parcela sem cobertura florestal. Como se trata de lotes com florestas, tais contratos se caracterizam pelo longo prazo (15 a 25 anos), devido a longo período em que se realiza o processo de produção física neste setor.

Ao arrendatário cabe portanto a função de proteger a

*A propriedade de cada tipo em relação ao total analisado, encontra-se no Anexo nº 13, p. 163.

propriedade (responsabilizando-se por não permitir intrusos) e ainda prestar serviços, como a coleta de frutos, o cuidado com a residência do arrendante (se esta existir), a conservação de caminhos, construção de cercas e demais tarefas que visem a conservação do patrimônio florestal.

Uma outra atividade para este tipo de arrendamento é a atividade pecuária, principalmente a suinocultura nesta região. Ao arrendatário cabe a função de zelar pelo gado e providenciar, via plantio de capim e milho, a base da alimentação animal. O excedente do milho fica para ele, ou ainda se permite que o mesmo se dedique também ao criatório, se bem que com uma quantidade bem menor de animais.

Quanto a policultura, apesar de se ter pouca informação no texto dos documentos, pelo que se pôde depreender nos contactos pessoais, sabe-se que esta atividade diz respeito principalmente aos "caseiros" de sítios ou mesmo fazendas de médio porte (de 100 a 200 ha). Os serviços aí prestados são os mais diversificados, como por exemplo, o cuidado com a roça do arrendante, o zelo pela residência, construções de galpão, paiol, cercas, etc. Principalmente para este caso, observa-se que a mão-de-obra adotada é a familiar, onde cada membro possui uma função definida.

Para tais casos, este tipo de pagamento se configura uma forma de captação de sobretrabalho, onde a renda se expressa como uma forma de salário não pago. Tanto assim o é que o arrendante não reside na sua pro-

priedade, dedicando-se a outra atividade econômica.

- b) os arrendamentos em dinheiro têm sido cada vez menos procurados, principalmente pelo pequeno produtor que aluga suas terras a terceiros. Como veremos mais tarde, apesar de não haver tal preferência, ainda assim estes custos estão se elevando.

O primeiro problema que se aponta no pagamento em dinheiro é justamente o fato destes serem estipulados no contrato e somente pagos ao fim do prazo (com exceção dos negócios em grandes parcelas, onde o pagamento é adiantado). Desta forma, o processo inflacionário acaba por prejudicar o arrendante.

Por este motivo, com exceção das grandes propriedades, os pagamentos em produto são cada vez mais frequentes;

- c) arrendamento em produto. Trata-se do tipo dominante. Ele se torna mais frequente a partir de 1970, e se caracteriza por ser de curto prazo (condicionado a um ano ou a uma só safra). A porcentagem média aí encontrada é de 22% do produto colhido, mais os custos de transporte. Para o caso da soja especialmente, importa que o arrendatário deposite a parte que cabe ao arrendante na Cooperativa local, ou pelo menos em local próximo a estradas.

Para melhor entender a razão da predominância desta forma de pagamento, dividiu-se também este período em duas fases: de 1960 a 1969, e de 1970 a 1980, onde se pôde verificar uma redefinição geral da exploração via arrendamento agrícola.

Apesar da escassez de dados antes de 1970, como já se

TABELA 13 - FINALIDADE DE EXPLORAÇÃO NAS ÁREAS ARRENDADAS, SEGUNDO OS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO - CASCAVEL, 1960-1980

(Em %)

	1960/1965	1970/1980
Não citada	10,3	22,3
Exclusivo trigo	-	10,0
Exclusivo soja	2,6	3,9
Soja e trigo	-	21,5
Cereais em geral	17,9	17,9
Madeira (extração e re-florestamento)	28,2	0,9
Policultura	28,2	4,5
Milho	5,1	1,6
Feijão, soja, trigo e milho	2,6	13,2
Pecuária	-	1,0
Limpeza da área	-	1,1
Outros	5,1	2,3
TOTAL	100,0	100,0

assinalou, o que se deduz para este período é a predominância do exercício da posse sobre o aluguel, ou ainda a existência de contratos verbais, em virtude da escassa regulamentação de terras nesta época realizada.

Quanto aos arrendamentos encontrados, observa-se que estes se dão em parcelas maiores em relação à segunda fase. Trata-se de médios e grandes proprietários que arrendam suas parcelas, dedicando-se a outras atividades econômicas, provavelmente fora do setor primário.

Em outros casos, eles dividem suas terras entre dois ou mais parcelários, o que na realidade se configura uma forma de "emprego" não assalariado.

A extensão média de propriedades declaradas para este período é de 108,1 ha dos quais se arrenda uma parcela de 78,9% em média.

Estas proporções demonstram que um pequeno número de arrendante ficava residindo numa fração de sua parcela, (dividindo com outrem a exploração).

A maioria deles, contudo, retira-se da parcela, deixando para o arrendatário toda a responsabilidade de cultivá-la.

A tabela nº 13 especifica as finalidades de exploração dos arrendamentos aí encontrados. No 1º período, observa-se que a produção madeireira e a policultura são as atividades predominantes, seguindo-lhes o cultivo de cereais (como feijão, milho e arroz). Entretanto, já nesta fase inicia-se o plantio, ainda que pouco expressivo, da soja e do trigo.

Na segunda fase, a saber, de 1970 a 1980 pode-se detectar diversas alterações nesta forma de exploração.

Em primeiro lugar, as culturas de soja e trigo, prati-

camente inexistentes de 60 a 69, passam a ocupar 45% da produção, segue-lhes "cereais em geral" (17,9%) e 13,2% de cultivo associado de milho, trigo, feijão e soja.

Como está evidente, ocorre um redirecionamento nas finalidades de produção das parcelas arrendadas.

Ora, esta ênfase não se dá ao acaso.

Efetivamente, ao contrário do que se poderia supor, os arrendamentos rurais acompanharam o processo de especialização regional, o que se realizou através de um conjunto de transformações na personalidade histórica desta forma de exploração econômica.

Em primeiro lugar, observa-se uma valorização no custo dos arrendamentos. Enquanto que de 1960 para 1969 o custo médio encontrado foi de Cr\$ 1 865,30, na 2ª fase, ele aumenta para Cr\$ 2 823,00 por hectare/ano (valores deflacionados). Quando o pagamento é realizado em produto, o custo estimado ainda é maior. Através do custo médio (22% da produção) chegou-se ao resultado de Cr\$ 4 919,00 por hectare/ano - para o caso da soja.*

O número destes arrendamentos tendem a crescer de ano a ano, sendo mais significativos no período áureo da soja. Contudo, os proprietários que arrendam suas terras são predominantemente pequenos produtores. A área média declarada nestas propriedades é de 60 ha, enquanto que a área média arrendada é de 36,49 ha.

Assim, a porcentagem de áreas arrendadas sobre as áreas totais declaradas é menor do que no período anterior.

*O cálculo realizado para se chegar a este valor baseou-se na porcentagem média de pagamento em produto, na produtividade média da cultura da soja em preço médio para 1980.

TABELA 14 - OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES CONTRATANTES NOS NEGÓCIOS DE ARRENDAMENTO RURAL. CASCAVEL, 1960-1980

OBRIGAÇÕES DO ARRENDANTE	%	OBRIGAÇÕES DO ARRENDATÁRIO	%
Nenhuma	93,4	Manter a terra limpa	14,0
Permitir ao arrendatário uso de benfeitorias	0,4	Respeitar a colheita do arrendante	3,0
Fornecer sementes	0,4	Respeitar as árvores existentes	2,0
Fornecer moradia ao arrendatário	0,2	Respeitar benfeitorias existentes	3,0
Indenizar pelas benfeitorias construídas	0,9	Limpar a terra	22,0
Arcar com despesas da colheita	0,5	Cuidar dos animais do arrendante	2,0
Arcar com parte da despesa da colheita	3,6	Cuidar das máquinas	3,0
Permitir exploração para auto-consumo ao arrendatário	0,6	Zelar pela terra	10,0
Uso de benfeitorias e auto-consumo	0,1	Entregar o produto na cooperativa local	15,0
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

Tais dados demonstram que estes pequenos produtores arrendam na realidade parte de suas terras, para que sejam cultivadas com produtos de valor no mercado (soja e trigo). No restante da parcela, ele continua exercendo sua atividade de subsistência.

Quanto ao arrendatário, ele se configura não mais um pequeno parceiro ou meeiro, mas sim um produtor ligado às culturas dinâmicas da região. Este fato fica claro na observação dos resultados obtidos nesta pesquisa.

Segundo a tabela nº 14, 40% das obrigações do arrendatário estão ligadas à tecnologia de produção. Tais proporções demonstram que estes pequenos proprietários cedem suas terras para quem tenha instrumentos específicos para o cultivo mecanizado das culturas de maior aceitação no mercado. O pequeno produtor é frequentemente obrigado, pelas cláusulas de contrato, a ceder carta de anuência para penhor das safras, ou até mesmo para hipoteca no caso de frustração de colheita.

O transporte do produto até a Cooperativa é em boa medida, realizado pelo arrendatário. Daí se infere que estes indivíduos na realidade são médios e grandes proprietários que, em detendo a tecnologia química e mecânica, expandem suas atividades para as pequenas parcelas, vizinhas à sua terra.

Com tal expediente, eles incorporam novas terras à produção, sem precisar investir capitais para adquiri-las. Além disto, ele pode dispensar este cultivo excedente a qualquer momento; de fato, os arrendamentos em culturas especializadas caracterizam-se por serem de curta duração (eles são renováveis ou não a cada safra).

Desta maneira, a frequência destes contratos oscila de

acordo com a maior ou menor demanda do produto no mercado.

Para confirmar esta estratégia, destaca-se que a comercialização dos produtos, resultantes destes arrendamentos, estão intimamente ligados à cooperativa. Sem exagero, está é a leitura dos próprios pesquisadores que se propuseram a avaliar os efeitos do Cooperativismo no Paraná. Segundo tais estudos, concluiu-se que, "De um modo geral, os associados utilizam mais terras de terceiros (grifo do autor), isto é, arrendam mais terra de outros, que os não-associados".³

Como se vê, a ligação com a Cooperativa é bastante frequente.

Quanto à pessoa do arrendante, importa também esclarecer que este mesmo expediente se configura uma estratégia para sua participação em atividades agrícolas onde ele, por si só, não teria condições de ingressar. Sendo assim, ele cede a terra a quem possua os instrumentos de produção necessários à cultura mecanizada.

Desta maneira, ele obtém um retorno pelo dinheiro imobilizado no seu patrimônio.

A rentabilidade anual dos arrendamentos, que expressa a relação entre renda anual auferida pelo arrendatário e preço médio da terra, adquire um custo diferenciado quando pago em dinheiro e quando pago em produto.

³FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE PESQUISA ECONÔMICA E SOCIAL. Análise econômica do Projeto Iguazu de Cooperativismo (PIC), das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Coopertécnico, nº 1. Brasília, DF, 1976. p.251.

TABELA 15 - RELAÇÃO ARRENDAMENTO E PREÇO DA TERRA PARA OS ANOS DE 1969, 1976 e 1980 - CASCAVEL

ANOS	PREÇO DA TERRA/ha (Cr\$)	PREÇO DO ARRENDAMENTO EM DINHEIRO/ ha/ANO (Cr\$)	RELAÇÃO ENTRE ARRENDAMENTO EM DINHEIRO/ha/ANO E PREÇO DA TERRA (%)	ESTIMATIVA DO PREÇO DO ARRENDAMENTO EM PRODUTO (SOJA) - % MÉDIA=22% (Cr\$)	RELAÇÃO ESTIMADA ENTRE ARRENDAMENTO EM PRODUTO (SOJA)/ha/ÁREA E PREÇO DA TERRA (%)
1960	38 914,00	1 897,54	4,9	1 803,38	4,6
1976	66 900,00	1 653,99	2,5	5 633,00	8,4
1980	47 507,00	2 607,74	5,5	4 903,00	10,3

A tabela nº 15 sintetiza os cálculos sobre a relação preço da terra e arrendamento para os anos baliza de 1969, 1976 e 1980 (exceção feita ao ano de 1960, que não fornecia os dados complementares para estes cálculos). Em tal análise, ficou evidenciado que os custos pagos em dinheiro sofreram uma queda significativa quando a terra foi valorizada (justamente no período do take-off da soja). Quanto ao pagamento em produto,* constata-se que este se valorizou gradativamente, chegando em 1980 a atingir praticamente o dobro do custo de arrendamento pago em dinheiro. Não é portanto casual a preferência que se dá para este tipo de pagamento, conforme ficou demonstrado na análise dos dados.

Esta preferência pode ser explicada, em primeiro lugar, pelo fato de que o arrendamento em produto supõe um maior risco para o arrendante. Por outro lado, os arrendantes possuem um maior poder de barganha junto às Cooperativas, tanto mais quanto o volume de sua produção for representativo.

Além disto, o processo inflacionário vigente no país contribui para que o arrendamento em produto seja cada vez mais utilizado (de vez que o preço estipulado do arrendamento é fixado antes da colheita, ou seja, 4 ou 5 meses antes do pagamento).

Em que pese também os preços do produto sofrerem diversas flutuações, parece ser esta a mais vantajosa forma de ne-

*É necessário que se atente para o fato de que a estimativa realizada baseou-se nos preços e produtividade da soja, que sofrem flutuações muito frequentes e diferenciados de localidade para localidade.

gôcio para arrendantes e arrendatários.

As relações renda e preço da terra acabam portanto por realizar um consenso entre pequenos e grandes produtores, onde não se deixa claro (principalmente ao pequeno) com que mecanismos se capitaliza esta produção excedente ou complementar.

As flutuações ao nível da renda aí verificadas atingem obviamente ao pequeno produtor. Inclusive porque, como já se comentou, o arrendatário é livre para abrir mão deste negócio no momento em que lhe convier.

Contudo, esta forma de exploração garante ao pequeno produtor a propriedade de sua parcela. Esta resistência é muitas vezes explicada pelo fato de que não está claro ao pequeno produtor quais outras alternativas de investimento ele teria com o dinheiro que ele conseguisse na venda de sua parcela.

Para ele, como "homem do campo", está evidente que no momento em que sua parcela não mais lhe pertencer, restar-lhe-á migrar ou proletarizar-se.

Desta forma, podemos concluir que tanto no caso da compra da terra como no caso do arrendamento, a cultura da soja (secundada pelo trigo) desempenha um papel de extrema relevância, que reflete as transformações sofridas no sistema capitalista, e particularmente na agricultura.

Quando se analisa, contudo, a situação da sociedade existente no meio rural, observa-se que os altos índices aí alcançados não lograram senão um empobrecimento deste contingente populacional, pois que a economia de subsistência é gradativamente substituída pela produção mecanizada em grande escala, com vistas ao mercado internacional. Esta situação pode ser resumida pela declaração do Presidente do Sindicato dos Traba-

lhadores Rurais de Cascavel,

Antes tinha fartura. Mas as pessoas não tinham prá quem vender. Porque eu também saí da roça, eu sei como era, eu era arrendatário também. As vezes, a gente punha ovos e queijos fora porque não tinha para quem vender. Hoje, tudo o que se tem, se vende. Então, terra e custo de vida é brabo.⁴

Também é o que nos confirma um trabalhador rural, pequeno produtor de soja: "Hoje, se a gente quer ter verdura na comida, precisa comprar no supermercado da cidade, porque nós só planta soja".⁵

Assim, explica-se que, apesar de o pequeno produtor ter-se incorporado no processo produtivo de produtos comercializáveis (conforme destacam os estudos com ênfase no cooperativismo ou mesmo em defesa da especialização agrícola), ele se integra apenas como proprietário nominal da terra - de vez que todos os demais instrumentos de produção não lhe pertence. Decorre daí que igualmente os lucros deste investimento não chegarão em suas mãos.

⁴BREPOHL, Marionilde Dias. Entrevista realizada com o senhor Nicanor Schumacher, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cascavel, Cascavel, janeiro de 1981.

⁵BREPOHL, Marionilde Dias. Entrevista realizada com o senhor Alípio. Nova Aurora, janeiro de 1981.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

A recente introdução da cultura da soja no Paraná se constitui num referencial básico para que se compreenda a reprodução e expansão do Sistema Capitalista na agricultura.

Este processo não se realizou de forma homogênea, mas através de contradições, como por exemplo, a persistência das formas tradicionais de produção. Tais contradições importam às Ciências Humanas explicitar.

A importância dada neste trabalho para as transformações no uso e exploração da terra objetivou compreender o re-arranjo desta sociedade, que rompe com as formas tradicionais de acesso à terra e parte para a exploração de forma tipicamente capitalista.

Os estudos já realizados acerca desta temática procuraram explicar a concentração da terra, a especialização e mecanização agrícola, o atrelamento do Setor Primário à agro-indústria, os movimentos sociais daí decorrentes, quais sejam, as migrações, a proletarização do trabalhador rural e a violência como elemento viabilizador da expropriação camponesa.

No presente trabalho procurou-se dar ênfase ao camponês-proprietário, que se configura uma fração da classe camponesa.

Neste sentido, procurou-se detectar os rumos traçados para eles pelo capital, que se expressam nos arrendamentos rurais. A pesquisa realizada demonstrou que ao contrário do que se concebe, esta forma de exploração tem alcançado alta representatividade, não sob o ponto de vista meramente quantitativo, mas para o conjunto da população detentora de pequenas parcelas.

Estes arrendamentos, contudo, não se expressam em suas formas tradicionais, onde o grande produtor cede pequenas parcelas a trabalhadores despossuídos, que nelas ingressam para realizar atividades de subsistência, pagando renda ao proprietário.

O que se observa para a Região de Cascavel é que os médios e grandes produtores passam a arrendar terras de pequenos proprietários, com o intuito de ampliar a produção de culturas entendidas como dinâmicas, exploráveis apenas a partir de uma sofisticada tecnologia. Esta cessão de terras, parciais ou integrais, temporárias ou permanentes, constituem-se uma forma de resistência ao despojamento deste meio de produção.

O sistema cooperativista aí implantado encarregou-se de estimular a especialização agrícola e de promover a comercialização. Este sistema incumbiu-se também do diálogo entre agricultura e poder - diálogo este norteado pelos interesses do grande produtor e do próprio capital, em seus diferentes agentes.

Assim, pode-se começar a entender o comportamento dos pequenos proprietários naquela região, onde a valorização da terra resultou não só na destituição da mesma por parte dos pequenos produtores (desprovidos de instrumental tecnológico), mas também na reorientação desta produção, da economia familiar à especialização agrícola mecanizada.

A partir desta visão, detectam-se situações diferenciadas no uso e na propriedade da terra, que se responsabiliza pelo "consenso" entre pequena e grande propriedade.

Entretanto, este consenso é gerado no interior do conflito. Trata-se de um mecanismo que escapa aos olhos de seus próprios agentes, mas que pode ser explicado através das relações entre propriedade e renda da terra, onde os arrendamentos

rurais se subordinam às necessidades de ampliação do capital na agricultura e às flutuações de mercado.

Se a migração rumo a terras menos férteis demonstram uma reprodução subordinada do campesinato, como conclui José Vicente Tavares dos Santos, semelhantemente o camponês que permanece em sua parcela (ainda que a tendência seja de expulsão), carrega consigo sua não-autonomia, configurando-se esta permanência uma subordinação reproduzida de dentro de sua essência enquanto camponês.

Estas alterações sofridas no meio rural explicitam, quando analisadas em suas especificidades históricas, quem é e como é o "homem da soja": fruto da expansão contraditória do capital na agricultura, ele é antes de mais nada absorvido pelo sistema que o circunscreve; e é a partir deste "problema" que interessa escrever a sua História.

ANEXOS

ANEXO 1 - MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM AS MICRORREGIÕES EXTREMO-
OESTE E SUDOESTE PARANAENSE.*

MRH 288 - EXTREMO-OESTE PARANAENSE

01. Assis Chateaubriand
02. Capitão Leônidas Marques
03. Cascavel
04. Catanduvas
05. Céu Azul
06. Corbélia
07. Formosa do Oeste
08. Foz do Iguaçu
09. Guaíra
10. Guaraniáçu
11. Mal. Cândido Rondon
12. Matelândia
13. Medianeira
14. Nova Aurora
15. Nova Santa Rosa (PUBL. 80)
16. Palotina
17. Santa Helena
18. São Miguel do Iguaçu
19. Terra Roxa
20. Toledo

MRH 289 - SUDOESTE PARANAENSE

01. Ampêre
02. Barracão
03. Capanema
04. Chopinzinho
05. Coronel Vidida
06. Dois Vizinhos
07. Enéas Marques
08. Francisco Beltrão
09. Itapejara D'Oeste
10. Mariópolis
11. Marmeleiro
12. Pato Branco
13. Pérola D'Oeste
14. Planalto
15. Realeza
16. Renascença
17. Salgado Filho
18. Salto do Lontra
19. Santa Izabel do Oeste
20. Santo Antônio do Sudoeste
21. São João
22. São Jorge D'Oeste
23. Verê
24. Vitorino

ANEXO 2 - EXEMPLOS DE PREENCHIMENTO DA
FICHA MODELO B - CONTRATOS DE
COMPRA E VENDA.

997

Modelo B - Contratos de Compra e Venda

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascavel
Título: Livro do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos

Livro 3 J Folha — Nº de Ordem 5366 Data 3.11.60

Transmitente	Nome <u>Estado do Paraná</u>	Adquirente	Nome <u>yabo shosi</u>
	Profissão <u>—</u>		Profissão <u>—</u>
	Origem <u>—</u>		Origem <u>—</u>
	Estado Civil <u>—</u>		Estado Civil <u>—</u>

Formas de Título	Título de Propriedade do Livro de Títulos e Lotes Coloniais DGTC <input type="checkbox"/>	Valor do contrato <u>—</u>
	Título de Domínio Pleno de terras do Livro de Título de compra e venda de terras devolutas pelo DGTC <input checked="" type="checkbox"/>	Condições: <u>As do Título</u>
	Escritura Pública de compra e venda <input type="checkbox"/>	Outras <u>—</u>
	Outras <input type="checkbox"/>	Finalidade de Exploração <u>—</u>

Lote nº 10
Zona PINDORAMA
Gleba 7
Área 458,8 ha
Município Cascavel

Benfeitorias não

1501

Modelo B - Contratos de Compra e Venda

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascavel
Título: Livro do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos

Livro 3 A Q Folha — Nº de Ordem 24302 Data 27.10.69

Transmitente	Nome <u>Vitorio Marretti</u>	Adquirente	Nome <u>MOTTA, e outros</u>
	Profissão <u>Comercio</u>		Profissão <u>comercio</u>
	Origem <u>—</u>		Origem <u>—</u>
	Estado Civil <u>solteiro</u>		Estado Civil <u>CASADO</u>

Formas de Título	Título de Propriedade do Livro de Títulos e Lotes Coloniais DGTC <input type="checkbox"/>	Valor do contrato <u>ca. 8.500,00</u>
	Título de Domínio Pleno de terras do Livro de Título de compra e venda de terras devolutas pelo DGTC <input type="checkbox"/>	<u>(cinco mil e quinhentos)</u>
	Escritura Pública de compra e venda <input checked="" type="checkbox"/>	Condições: <u>As do Título</u>
	Outras <input type="checkbox"/>	Outras <u>—</u>

Lote —
Zona —
Gleba —
Área —
Município —

Finalidade de Exploração —
Benfeitorias não

62

Modelo B - Contratos de Compra e Venda

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascavel
Título: Livro do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos

Livro B 4

Folha 162

Nº de Ordem 2127

Data 25.10.76

Transmitente
Nome José Pedro Ferreira
Profissão lavrador
Origem Umuarama
Estado Civil casado

Adquirente
Nome José Orleans
Profissão comércio
Origem Curitiba
Estado Civil ---

Formas de Título
Título de Propriedade do Livro de Títulos e Lotes Coloniais DGTC
Título de Domínio Pleno de terras do Livro de Título de compra e venda de terras devolutas pelo DGTC
Escritura Pública de compra e venda
Outras Vendas de Direitos de Posse

Valor do contrato CR\$ 90.000,00
(Noventa mil cruzeiros)
Condições: As do Título

Outras _____

Finalidade de Exploração _____

Lote 196
Zona Credito
Gleba 2 e 3
Area 9,68 ha
Município Cascavel

Benfeitorias - pequena casa
de madeira

1924

Modelo B - Contratos de Compra e Venda

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascavel
Título: Livro do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos

Livro D

Folha ---

Nº de Ordem 11.694

Data 30.4.80

Transmitente
Nome Lourenço Oliveira
Profissão bancário
Origem Cascavel
Estado Civil casado

Adquirente
Nome Antº Meneghini
Profissão agricultor
Origem Cascavel
Estado Civil casado

Formas de Título
Título de Propriedade do Livro de Títulos e Lotes Coloniais DGTC
Título de Domínio Pleno de terras do Livro de Título de compra e venda de terras devolutas pelo DGTC
Escritura Pública de compra e venda
Outras

Valor do contrato CR\$ 1.400.000,00
(Um milhão e quatrocentos mil reais)
Condições: As do Título

Outras _____

Finalidade de Exploração _____

Lote 75 B
Zona tormenta
Gleba 6
Area 24,20 ha
Município Cascavel

Benfeitorias não citadas

ANEXO 3 - ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DISPONIBILIDADE INTERNA PARA O BRASIL NO PERÍODO DE 1960 A 1980
UTILIZADA PARA DEFLAÇÃO DE VALORES

ANO	JAN.	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MEDIA
1960	0.481	0.494	0.502	0.509	0.510	0.513	0.523	0.540	0.561	0.588	0.606	0.618	0.537
1961	0.631	0.633	0.646	0.678	0.687	0.698	0.708	0.745	0.777	0.840	0.884	0.911	0.737
1962	0.960	0.980	0.993	1.004	1.042	1.074	1.123	1.153	1.178	1.217	1.305	1.386	1.119
1963	1.501	1.585	1.686	1.712	1.782	1.872	1.942	2.013	2.124	2.254	2.354	2.494	1.943
1964	2.775	2.963	3.183	3.323	3.412	3.560	3.790	3.900	4.047	4.227	4.522	4.792	3.708
1965	5.023	5.180	5.491	5.620	5.717	5.783	5.941	6.012	6.131	6.255	6.311	6.433	5.825
1966	6.926	7.125	7.313	7.657	7.847	7.980	8.245	8.426	8.626	8.803	8.889	8.949	8.606
1967	9.348	9.575	9.795	10.042	10.175	10.257	10.545	10.634	10.795	10.957	11.127	11.188	10.370
1968	11.569	11.811	12.054	12.378	12.540	12.863	13.025	13.187	13.429	13.753	13.915	13.996	12.863
1969	14.275	14.469	14.542	14.736	14.898	15.238	15.594	15.853	16.209	16.557	16.800	16.849	15.502
1970	17.059	17.302	17.634	17.690	17.974	18.370	18.686	19.115	19.495	19.786	19.940	20.054	18.595
1971	20.417	20.733	21.194	21.512	21.907	22.407	22.742	22.953	23.283	23.566	23.806	24.006	22.377
1972	24.405	24.885	25.297	25.559	25.779	26.056	26.415	26.792	27.092	27.346	27.583	27.780	26.248
1973	28.240	28.568	28.979	29.399	29.711	29.988	30.297	30.602	30.919	31.372	31.760	32.098	30.161
1974	33.040	33.918	35.448	37.289	38.577	39.341	39.808	40.321	40.990	41.606	42.259	43.187	38.814
1975	44.152	45.155	45.865	46.688	47.681	48.741	49.771	51.158	52.339	53.518	54.671	55.863	49.633
1976	57.591	59.981	62.194	64.530	66.728	68.509	71.118	74.031	76.573	78.376	79.869	81.703	70.100
1977	84.760	87.440	91.070	94.780	98.180	100.100	102.200	103.500	105.300	108.200	111.000	113.400	100.000
1978	116.400	120.400	124.300	128.500	132.600	137.400	141.300	145.100	148.800	153.100	157.300	159.700	138.700
1979	165.500	171.700	181.600	188.500	192.900	199.600	208.300	220.400	237.400	249.800	236.700	283.000	213.500
1980	300.600	313.300	333.900	353.000	375.500	397.500	431.100	460.900	485.300	522.400	561.800	595.000	427.500

FOHTE: FUNDACAO GETULIO VARGAS (REV. CONJ. ECONOMICA)

ANO-BASE: 1977

ANEXO 4 - CONTRATOS DE COMPRA E VENDA - FICHA MODELO B
CODIFICAÇÃO DOS DADOS PARA SEU PROCESSAMENTO E ANÁLISE A PARTIR DO "SOCIAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES" (SPSS)

PREÇO

Valor, com duas casas decimais (não deflacionadas)

ÁREA

Em hectares, com uma casa decimal.

ZONAS

- 0 - Não citada
- 1 - Rio da Paz
- 2 - "A" Cascavel
- 3 - Cascavel
- 4 - Peruíbe
- 5 - Tormenta
- 6 - Quadrada
- 7 - Pindorama
- 8 - Três Barras
- 9 - São Francisco Lopeí ou Lopeí
- 10 - Cileito
- 11 - Fazenda Andrada
- 12 - Fazenda São Domingos
- 13 - M.S. João Esperança
- 14 - Melhorança
- 15 - Adelaide
- 16 - Piquiri
- 17 - Gonçalves Dias
- 18 - Santa Tereza
- 19 - Rio do Salto
- 20 - Ouro Verde
- 21 - Centenário
- 22 - Outras

VARIÁVEIS**BENFEITORIAS**

- 0 - Não citada
- 1 - Não
- 2 - Sim, não especificada
- 3 - 1 casa
- 4 - 1 casa e um galpão ou paiol
- 5 - Casas e pastagens
- 6 - 1 casa e moradias para empregados
- 7 - Residência e maquinarias diversas
- 8 - Maquinarias diversas

CONDIÇÕES

- 1 - As do Título
- 2 - As da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração
- 3 - Respeitar os produtos ainda existentes no local, de propriedade do transmitente (direito ao Prod.)
- 4 - Permitir moradia do transmitente no local (permissão de moradia)
- 5 - Pagamento via permuta de bens móveis ou imóveis
- 6 - Compra para ingresso futuro

FORMAS DE DOMÍNIO

- 1 - Concessão de Terras pelo DGTC
- 2 - Escritura pública de Compra e Venda
- 3 - Título de Direitos Possessórios

VARIÁVEIS**PROFISSÃO**

- 0 - Não citada
- 1 - Setor Primário
- 2 - Setor Secundário
- 3 - Setor Terciário
- 4 - Domésticas e/ou artesanais

- 5 - Pessoa Jurídica
- 6 - Setor Governo
- 7 - Poder Público
- 8 - Religioso

ORIGEM

- 0 - Não citada
- 1 - Países do sul da América Latina
- 2 - Outros países
- 3 - Cascavel
- 4 - Outras cidades do Paraná
- 5 - Santa Catarina
- 6 - Rio Grande do Sul
- 7 - São Paulo
- 8 - Outros Estados do Brasil

ESTADO CIVIL

- 0 - Não citada
- 1 - Solteiro
- 2 - Casado
- 3 - Viúvo
- 4 - Desquitado
- 5 - Não Pertinente

PREÇO

Valor deflacionado, com duas casas decimais

ANEXO 5 - EXEMPLOS DE PREENCHIMENTO DA
FICHA MODELO A - CONTRATOS DE
ARRENDAMENTO

32

Modelo A - Contratos de Arrendamento

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca do Cascavel
Título: Registro de Títulos, documentos e outros papéis

Livro B2 Folha 177 Nº da Ordem 1651 Data 22/9/65

Arrendante
Nome Luigi Komtoshi
Profissão ---
Origem Japão
Estado Civil Casado

Arrendatário
Nome Ant^o Manoel S^o
Profissão Lavrador
Origem Colômbia PR
Estado Civil Casado

Tipos de Arrendamento
Produto
Trabalho
Dinheiro

Prazo 3 anos
Preço 30% (mais) 50% - lavoura
Tipo de Pagamento ---
Benfeitorias à moedada

	Obrigações do Arrendante	Obrigações do Arrendatário
Lote <u>---</u>	Entregar as terras limpas	Entregar as terras
Zona <u>---</u>	Adiantamento em dinheiro até o limite de R\$ 5000,00	limpas
Gleba <u>---</u>	Providenciar moedada para a exploração	- Cultivar cereais e hortaliças
Área <u>---</u>		
Município <u>---</u>		

54

Modelo A - Contratos de Arrendamento

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca do Cascavel
Título: Registro de Títulos, documentos e outros papéis

Livro B2 Folha 314 Nº da Ordem 1398 Data 5.5.66

Arrendante
Nome Luiz Maranhão
Profissão ---
Origem Cascavel
Estado Civil Casado

Arrendatário
Nome Isabeli Komieli
Profissão Agricultora
Origem ---
Estado Civil Casado

Tipos de Arrendamento
Produto
Trabalho
Dinheiro

Prazo 2 anos
Preço 50% do total da colheita
Tipo de Pagamento a cada ano
Benfeitorias ---

	Obrigações do Arrendante	Obrigações do Arrendatário
Lote <u>66, 67, 68</u>		- Plantio de Amoz e soja
Zona <u>A Cascavel</u>		- As benfeitorias para o plantio e propagação
Gleba <u>---</u>		
Área <u>20,3 ha</u>		
Município <u>Cascavel</u>		

687

Modelo A - Contratos de Arrendamento

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascavel
Título: Registro de Títulos, documentos e outros papéis

Livro B18

Folha 91

Nº de Ordem 10187

Data 21.3.75

Arrendante {
 Nome Domingos Motter
 Profissão comércio
 Origem capitandia PR
 Estado Civil casado

Arrendatário {
 Nome Friema Domingal Motter
 Profissão pessoa jurídica de Direito Privado
 Origem capitandia -
 Estado Civil _____

Tipos de Arrendamento {
 Produto
 Trabalho
 Dinheiro

Prazo 20 anos
 Preço 10%
 Tipo de Pagamento _____
 Benfeitorias não

Lote 74
 Zona R. Industrial
 Gleba 8
 Área 21,78 ha
 Município Cascavel

Obrigações do Arrendante	Obrigações do Arrendatário
	<u>Flaestamento</u>

867

Modelo A - Contratos de Arrendamento

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascavel
Título: Registro de Títulos, documentos e outros papéis

Livro B16

Folha 213

Nº de Ordem 8731

Data 12.3.79

Arrendante {
 Nome Nilson Gruella
 Profissão engº Agrº
 Origem _____
 Estado Civil solteiro

Arrendatário {
 Nome Almir Bombanatto
 Profissão comércio
 Origem _____
 Estado Civil casado

Tipos de Arrendamento {
 Produto
 Trabalho
 Dinheiro

Prazo 15 anos de prazo
 Preço 10%
 Tipo de Pagamento ao fim de colheita
 Benfeitorias _____

Lote _____
 Zona _____
 Gleba _____
 Área 270 ha
 Município Cascavel

Obrigações do Arrendante	Obrigações do Arrendatário
	<u>Área mecanizada</u>

256

Modelo A - Contratos de Arrendamento

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascaval
Título: Registro de Títulos, documentos e outros papéis

Livro B Folha — Nº de Ordem 11.240 Data 6.3.80

Arrendante { Nome Ludovico Della
Profissão agricultor
Origem Cascaval
Estado Civil casado

Arrendatário { Nome Uebano Ant^o Deracki
Profissão agricultor
Origem Cascaval
Estado Civil CASADO

Tipos de Arrendamento { Produto
Trabalho
Dinheiro

Prazo 3 anos
Preço 24% de soja
Tipo de Pagamento ao fim do colheita
Benfeitorias não citada

Lote 56
Zona M. S. João
Gleba 5
Área 12,10 ha
Município Cascaval

Obrigações do Arrendante

Obrigações do Arrendatário

	<u>de plantar trigo,</u>
	<u>também este cereal</u>
	<u>fica sujeito ao</u>
	<u>pagamento de renda</u>
	<u>em produto</u>

111

Modelo A - Contratos de Arrendamento

Arquivo: I Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e documentos da Comarca de Cascaval
Título: Registro de Títulos, documentos e outros papéis

Livro B Folha — Nº de Ordem 11812 Data 22.5.80

Arrendante { Nome Enio Santos Lima
Profissão —
Origem —
Estado Civil —

Arrendatário { Nome Justino Luitosa F^o
Profissão agricultor
Origem —
Estado Civil viúvo

Tipos de Arrendamento { Produto
Trabalho
Dinheiro

Prazo 3 anos
Preço cr 6 55 500,00
Tipo de Pagamento parcelas anuais
Benfeitorias —

Lote 25a 35
Zona Lopez
Gleba 5
Área 89 ha
Município Cascaval

Obrigações do Arrendante

Obrigações do Arrendatário

ANEXO 6 - CONTRATOS DE ARRENDAMENTO - FICHA MODELO A
CODIFICAÇÃO DOS DADOS PARA SEU PROCESSAMENTO E ANÁLISE A PARTIR DO "STATISTIC PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES" (SPSS)

VARIÁVEIS

NÚMERO

Número da ficha, em ordem crescente

MÊS

Mês em que foi realizado o contrato

ANO

Ano em que foi realizado o contrato

TIPOS DE ARRENDAMENTO

- 0 - Não citado
- 1 - Produto
- 2 - Trabalho
- 3 - Dinheiro
- 4 - Produto-Trabalho
- 5 - Produto-Dinheiro
- 6 - Trabalho-Dinheiro
- 7 - Trabalho-Produto
- 8 - Dinheiro-Produto
- 9 - Dinheiro-Trabalho

CÓDIGO DO PRAZO

- 1 - Mês
- 2 - Ano

PRAZO

Especificado em meses ou anos

CÓDIGO DO VALOR

- 1 - Percentual da Produção
- 2 - Percentual do Produto Vendido
- 3 - Cruzeiros (citado sem deflação)
- 4 - Trabalho

VALOR EM TRABALHO

- 1 - Cultura
- 2 - Reflorestamento
- 3 - Serviços diversos
- 4 - Pecuária
- 5 - Outros

TIPO DE PAGAMENTO

- 1 - À vista
- 2 - Ao fim da colheita
- 3 - Ao fim do prazo
- 4 - Ao ano
- 5 - Em parcelas reajustáveis (correção anual)
- 6 - Por semestre

BENFEITORIAS

- 0 - Não citada
- 1 - Não
- 2 - Sim, não especificada
- 3 - 1 casa
- 4 - 1 casa com galpão ou paiol
- 5 - Casa e pastagens
- 6 - 1 casa e moradia para empregados
- 7 - Residência e maquinarias diversas
- 8 - Maquinarias diversas

ZONA

- 0 - Não citada
- 1 - Rio da Paz
- 2 - "A" Cascavel
- 3 - Cascavel
- 4 - Peruíbe
- 5 - Tormenta

- 6 - Quadrada
- 7 - Pindorama
- 8 - Três Barras
- 9 - São Francisco Lopeí ou Lopeí
- 10 - Cielito
- 11 - Fazenda Andrada
- 12 - Fazenda São Domingos
- 13 - M.S. João Esperança
- 14 - Melhorança
- 15 - Adelaide
- 16 - Piquiri e Bezouro
- 17 - Gonçalves Dias
- 18 - Santa Tereza
- 19 - Rio do Salto
- 20 - Ouro Verde
- 21 - Centenário
- 22 - Outras

ÁREA TOTAL DECLARADA

Propriedade declarada em hectare

ÁREA ARRENDADA

Parcela arrendada em hectare

OBRIGAÇÕES DO ARRENDANTE

- 0 - Não citada
- 1 - Permitir o uso de benfeitorias
- 2 - Fornecer sementes (\$ ou M.P.)
- 3 - Providenciar moradia ao arrendatário
- 4 - Indenizar pelas benfeitorias ali realizadas
- 5 - Arcar com todas as despesas dos produtos colhidos
- 6 - Arcar com parte das despesas do negócio
- 7 - Permitir retirada de produtos para auto-consumo
- 8 - Aguardar a última colheita
- 9 - Permitir uso de benfeitorias e retirada de produtos para auto-consumo

OBRIGAÇÕES DO ARRENDATÁRIO

- 0 - Nenhuma
- 1 - Entregar a terra limpa e desocupada

- 2 - Respeitar as colheitas do arrendante
- 3 - Respeitar as árvores (frutíferas ou não) do arrendante
- 4 - Respeitar as benfeitorias existentes
- 5 - Limpar a terra (destocada ou queimada)
- 6 - Mecanizar a terra
- 7 - Pedir autorização para contratação de empregados
- 8 - Cuidar dos animais do proprietário
- 9 - Providenciar maquinarias necessárias (via aluguel ou compra)
- 10 - Entregar a terra limpa e desocupada e cuidar dos animais do proprietário
- 11 - Zelar pela terra
- 12 - Arcar com todas as despesas de insumos agrícolas (adubos, fertilizantes, pesticidas,...)
- 13 - Entregar produto na Cooperativa local

PROFISSÃO DOS CONTRATANTES

- 0 - Não citada
- 1 - Setor Primário
- 2 - Setor Secundário
- 3 - Setor Terciário
- 4 - Domésticas ou artesanais
- 5 - Pessoa Jurídica
- 6 - Setor Governo
- 7 - Poder Público
- 8 - Religioso

ORIGEM DOS CONTRATANTES

- 0 - Não citada
- 1 - Países da América Latina
- 2 - Outros países
- 3 - Cascavel
- 4 - Outras cidades do Paraná
- 5 - Santa Catarina
- 6 - Rio Grande do Sul
- 7 - São Paulo
- 8 - Outros Estados do Brasil

ESTADO CIVIL

- 0 - Não citada
- 1 - Solteiro
- 2 - Casado
- 3 - Viúvo
- 4 - Desquitado
- 5 - Não Pertinente

FINALIDADE DA EXPLORAÇÃO

- 0 - Não citada
- 1 - Plantio de cereais, excluso soja
- 2 - Plantio de cereais, excluso soja e trigo
- 3 - Plantio de cereais, excluso trigo
- 4 - Plantio de soja
- 5 - Plantio de soja e trigo
- 6 - Plantio de cereais em geral
- 7 - Plantio de trigo
- 8 - Madeira (reflorestamento, serraria, etc.)
- 9 - Plantio de cereais e especialmente trigo
- 10 - Limpeza da área
- 11 - Madeira e limpeza da área
- 12 - Plantio de cereais e especialmente soja
- 13 - Milho
- 14 - Outros
- 15 - Feijão, soja, trigo e milho
- 16 - Pecuária
- 17 - Policultura

CARTA DE ANUÊNCIA

- 0 - Não citada
- 1 - Sim
- 2 - Não

RESIDÊNCIA DO ARRENDANTE

- 0 - Não citada
- 1 - Na propriedade
- 2 - Fora da propriedade

RESIDÊNCIA DO ARRENDATÁRIO

- 0 - Não citada
- 1 - Na parcela arrendada
- 2 - Fora da parcela arrendada

MECANIZAÇÃO

- 0 - Não citada
- 1 - Sim
- 2 - Não

FORMA DE UNIDADE ECONÔMICA

- 0 - Não citada
- 1 - Familiar
- 2 - Individual
- 3 - Familiar com agregados
- 4 - Individual com empregados
- 5 - Empresarial

ANEXO 7 - ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO PARANÁ

Entrevistado: Mário Stadler de Souza (MSS)

Entrevistadora: Marionilde Dias Brepohl (MDB)

Data: 19 de janeiro de 1981

MDB. O nosso projeto de Dissertação é sobre o sudoeste do Paraná e a implantação da economia da soja em grande escala. Para tanto, consideramos suas atividades profissionais de extremo interesse para nossa pesquisa. A propósito, há quanto tempo o senhor se encontra na Federação?

MSS. Estamos há nove anos na Federação, mas a nossa luta na vida rural já é bem mais antiga; digamos, ela começou - eu sou caboclo da Palmeira - de uma forma geral, eu nunca estive divorciado dessa luta do agricultor e do pecuarista paranaense. Mas só que nestes nove anos eu estive mais dentro do problema, estando à testa da representação da classe produtora do Estado.

MDB. Como o senhor vê a introdução da economia da soja no Paraná?

MSS. O sudoeste paranaense é fruto da migração gaúcha - o Rio Grande do Sul é um Estado que sofreu, antes de nós, o problema da divisão da propriedade, a transformação acentuada da propriedade em minifún-

dios, e a conseqüente, posterior aglutinação dos minifúndios para a constituição das propriedades que tenham uma viabilidade econômica, e esta foi uma das razões da migração gaúcha, principalmente na zona colonial gaúcha - na zona missioneira do Rio Grande do Sul, a "Campanha" como eles chamam, dos grandes campos, essa ainda é constituída de grandes propriedades como só pode ser as propriedades que se dedicam à pecuária. Então o gaúcho que viu suas terras cada vez se dividir mais, ele buscou novos horizontes, novos campos, novas terras, e onde ele achou, com maior facilidade, pela exuberante fertilidade do solo, foi esta do sudoeste e oeste do Paraná. Então eu sempre digo que o Paraná sofreu a influência de duas civilizações, se assim se pode dizer: a civilização sulina, de migrantes gaúchos e catarinenses que vieram do sul, e é a civilização do trigo e da soja, e a civilização do norte, que constitui-se de mineiros e nortistas, entrando no Paraná pelo norte pioneiro e depois naquele norte constituído pelo centro de Londrina, e depois, para o noroeste. No encontro destas duas civilizações é que o Paraná está encontrando hoje a sua predestinação agrícola - destas duas correntes migratórias. O Estado do Paraná - eu vou falando para você sentir assim alguns problemas de ordem sociológica, que hoje é muito difícil a gente encontrar quem goste desses problemas relativos ao nosso Estado - o Brasil no mundo era um país que

detinha um dos maiores percentuais no meio rural e no Brasil, o Paraná era um dos Estados que detinha o maior percentual de sua população no Brasil - antes das grandes geadas de 75.

A partir dali, das grandes geadas de 75, a mecanização intensa que sofreu a agricultura paranaense, e a má implantação do estatuto do trabalhador rural - esses três fatores geraram 3 grandes consequências na vida social do Estado:

- a mecanização dispensando a mão-de-obra;
- a tecnologia acentuada que sofreram as culturas paranaenses a partir desta década de 70, com a mecanização intensa de armazenagem desapropriada, geraram assim um surto de desenvolvimento muito grande na zona produtora do Paraná;
- A má implantação do estatuto do trabalhador rural provocou também uma série de desempregos e
 - a má implantação porque eu digo, foi mal entendida a lei que veio para dar, beneficiar o trabalhador rural. No entanto, eu acredito que ela tenha trazido mais malefícios do que benefícios ao nosso trabalhador rural. Então, má implantada porque promotores, juizes, advogados mesmo, não conhecendo bem o processo que estava se desenvolvendo no Paraná, por ser um fato novo, por ser um fato novo, ela começou muito mal. E o produtor empresário dono da fazenda, que vinha num processo empresarial mui-

to rústico, ele passou a viver a maior parte de seu tempo nos tribunais, respondendo a ações trabalhistas do que propriamente cuidando da administração de sua fazenda. E o resultado é que ele passou a solucionar o seu problema, simploriamente, achou que a melhor forma era dispensar em massa seus empregados.

As grandes geadas de 75, o parque cafeeiro que nós tínhamos, milhões de pés de café, reduziram de um modo violento a nossa população cafeeira. Então essa colocou um êxodo rural muito grande. Então estes 3 fatores, a mecanização intensa, as geadas de 1975 e a má implantação do estatuto do trabalhador rural, viraram 3 grandes conseqüências que foram: primeiro, o aparecimento na Sociologia brasileira de um personagem até então desconhecido, que foi o bóia-fria - e seu indefectível acompanhante que é o gato, aquele aliciador de trabalho.

A segunda grande conseqüência foi o favelamento das grandes cidades, trazendo um problema social muito grande, problemas de saúde, de educação, problemas de segurança e de toda a ordem. E a terceira grande conseqüência, que as gerações mais novas serão as testemunhas eloqüentes deste fato: é a conquista branca das zonas fronteiriças do Brasil com países como Paraguai e Bolívia; então essa massa de trabalhadores buscando terras nestes países, principalmente nas zonas fronteiriças, criaram aquilo que em 1938 se constituiu na Europa os sudetos da

Tchecoslováquia, Iugoslávia, Alemanha que foram os causadores da Segunda Guerra Mundial. Deus permita que isto não ocorra aqui. Mas os mais jovens serão os testemunhos de fatos que envolverão esta gente. Bom este é um quadro geral em torno do qual, destes 3 fatos e destas 3 conseqüências nós poderíamos traçar uma História do Paraná nessas duas ou três décadas, que são importantes para o nosso Estado. Mas vamos nos ater à região Sudoeste do Paraná. O sudoeste é uma região de terras muito férteis. De maneira que aquele colono gaúcho que chegava àquela região tinha era o quinto ou sexto filho de uma família de colonos da região colonial gaúcha, normalmente descendentes de colonos italianos e alemães, de famílias numerosas como normalmente são aquelas famílias de colônias gaúchas, que promoveram uma terra exuberante que fechava 20 alqueires de terra, por exemplo. E aqueles 20 alqueires puderam sustentar a família que ele também criou - e ele começou a desenvolver no Estado, aquelas lavouras tradicionais. É bem verdade que ele logo na geração seguinte já começou a enfrentar um problema. Aquelles 20 alqueires divididos pelos seus 5 filhos, dava 4 alqueires para cada um que já não permitia que filho tivesse a mesma possibilidade de criar sua família como o pai dele, entendeu? Então, naquele processo de divisão de terras eles foram perdendo aquelas condições de seus pais. Mas de qualquer forma, o sudoeste foi se desenvolvendo aquelas matas riquíssimas que nós tínhamos, numa mes-

cla de terras de pinheiro, com terras de embúia, com terras de peroba, elas foram devastadas dando lugar às culturas principalmente de milho e feijão até que começaram a surgir as culturas que permitiram uma mecanização mais intensa, no caso, as lavouras de verão, no caso, a soja, e de inverno, o trigo, permitindo que nesse ano se fizesse duas lavouras na mesma terra; este fato, a alternância de safras (duas safras num ano) que é a responsável pela expansão agrícola do Estado do Paraná. Essa possibilidade de se fazer safras das lavouras de inverno e as lavouras de verão.

Ocorre que tanto a soja como o trigo, elas permitiam sempre com mais facilidade a aplicação de tratores, de investimentos agrícolas mecanizados. Mas a pequena propriedade não encontrava possibilidade de comprar o trator numa área pequena e aquela terra que já tinha passado algumas gerações com ele (a civilização alemã e italiana, ela dá um aspecto primordial de desenvolvimento, ela teve que ir se adaptando a uma nova situação, utilizando a mecanização portanto, teve que ir se juntando os minifúndios para se tornar viável economicamente. E hoje é isto que está acontecendo. E a razão de ser do Paraná que detinha até uns anos atrás, mais de 500.000 propriedades, hoje tem um pouco menos de 400.000. E é um processo que está em pleno desenvolvimento.

MDB: A concentração desta propriedade.

MSS. A concentração desta propriedade para torná-la viável economicamente.

MDB. Em torno de determinados produtos que demandam esse aumento de propriedade.

MSS. Justamente.

MDB. Que também demanda esta mecanização.

MSS. Aqueles produtos que permitem esta mecanização é que aglutinam as propriedades de modo a torná-la viável economicamente.

MDB. E estas propriedades são exploradas pelo proprietário ou elas são arrendadas?

MSS. A grande maioria são exploradas pelo proprietário.

É raro hoje no Paraná - na região oeste e sudoeste, o arrendamento. Lá predomina a exploração pelo dono mesmo, pelo proprietário. O Paraná central destas outras regiões e mesmo dos Campos Gerais, é que existe. Porque ele ainda conseguiu prender à terra aqueles descendentes daqueles antigos colonos que fizeram as primeiras plantações.

Então, diante destes quadros que eu lhe delineeii, de dentro do aspecto social - os 3 grandes fatores e as 3 grandes consequências, sob o aspecto de aglutinação de pequenas propriedades para permitir a mecanização, qual é a sua pergunta?

MDB. Onde fica diante desta mecanização e desta aglutinação, onde fica o trabalhador rural, sendo que lá quase toda a região se presta à produção de soja e trigo, com esta alternância. Então, ao trabalhador não cabe ficar nesta região. Talvez se afastar para que ele possa produzir qualquer outra coisa que demanda mão-de-obra, se é que estou correta na minha

visão. Se na implantação da soja em grande escala que vai beneficiar o crescimento econômico, também beneficiar o trabalhador?

MSS. Em parte. O processo de desenvolvimento na região oeste e sudoeste paranaense, é um processo de desenvolvimento comum em todas as regiões do mundo. Esse processo de desenvolvimento ocorreu nos próprios Estados Unidos. E desta aglutinação elas foram se tornando viáveis economicamente. Este é um processo histórico que se realiza quer queiramos quer não queiramos. O similar americano ao nosso PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), ele preconizava para os Estados Unidos que tinha 11% da sua população no meio rural, preconizava para a diminuição para 7%, e depois para 4%. É uma maneira de viabilização econômica da região num desenvolvimento que historicamente vai ser realizado. Agora, no sudoeste paranaense ainda existe, é um processo lento, não é um processo de poucos anos, existe, você veja, uma grande produção de suínos, a suinocultura está altamente desenvolvida, e ela é uma complementação das grandes propriedades. Porque naquela região, se se for plantador, pequeno plantador apenas de milho e feijão, como é o tradicional plantio, eles não subsistem. Então eles complementam com uma outra atividade: a suinocultura e agricultura - uma demanda intensa de milho.

E daí a região ser uma grande produtora de milho também. Agora, a soja está penetrando. E a soja leva à

aglomeração das propriedades, isto é indiscutível. E este colono, aquele que tem um pequeno sítio, é o grande migrante. Este é que vai buscar o Brasil Central, é o que vai buscar as terras férteis do Paraguai.

MDB. E o sistema cooperativista que está em funcionamento, porque parece que é uma experiência, não só em termos de Paraná, mas de Brasil, totalmente nova, em torno da produção.

MSS. O produtor, entrando num processo de dupla safra ao ano, ele não tem praticamente tempo de cuidar da comercialização, que adquiriu assim uma complexidade maior, tendo em vista principalmente que hoje o governo através da rede oficial de bancos tem os processos de financiamentos, esta coisa toda. Então a comercialização do produto na região não tendo um desenvolvimento assim adequado, não tendo meios para comercializar este produto, fruto de seu trabalho, começaram a surgir as cooperativas de produção. Essas cooperativas tiveram a finalidade da comercialização do produto, que é esta a sua finalidade. Se ao sindicato rural cabe a política agrícola, de um modo geral - que o sindicato é o único que tem autoridade por lei de lutar pelos interesses do colono. Por isto que existe uma semente apropriada, uma estrada bem feita, a um preço justo do produto, um financiamento adequado, uma programação política agrícola adequada à região, tudo isto é a luta do sindicato rural. Cabe à cooperativa a comercialização do produto. E ela surgiu numa época adequada,

porque o produtor não tendo tempo para a comercialização, pois adquiriu outros foros, entrega o produto à cooperativa.

E sem dúvida alguma, o sistema produtivo floresceu no Paraná. E o Paraná tem grandes cooperativas que têm um comportamento exemplar.

MDB. A política governamental em relação à agricultura paranaense, particularmente à soja, como tem sido vista?

MSS. O Brasil está carecendo de planejamento, de uma política agrícola. E eu sou adepto de que nós devemos ter plano para a agricultura, aqueles planos quinzenais que traçam as linhas mestras de uma política agrícola, deveria ser traçada.

É bem verdade que os fatos conjunturais, casuísticos, surgiram, mas as linhas mestras não deviam ser danificadas. E isto não existe hoje. E nós estamos ao sabor dos fatos como eles. Acontencem, o que é muito ruim para a agricultura. Agora, nós estamos em fevereiro, onde já devíamos ter o V.B.C. (Valor Básico de Custeio) do trigo, que é quando o produtor para arranjar suas culturas de inverno, qual seria a possibilidade de plantar no inverno, qual seria o preço que o governo daria para ele plantar, em quanto ficaria o V.B.C. - ele planejaría sua quota - quer dizer, nós não temos nada disto. Em algumas regiões já estão plantando soja e preparando a terra para plantar o trigo - e não temos nada calculado ainda. Então, todos estes fatos, tudo isto tem muito na de-

preciação de nossa agricultura, que tem sido a esperança econômica do Brasil nestes anos - principalmente de governos, mas que ainda não teve uma análise mais profunda, uma responsabilidade maior dos responsáveis pela nossa política econômica, e que eu acho que deveria ter.

MDB. O senhor quer dizer que não existe uma política governamental definida em relação à agricultura, embora existam esperanças em relação a ela.

MSS. Exatamente. Tanto que a cada ano as circunstâncias são completamente diferentes. Então neste ano nós temos visto que o Brasil perdeu uma enorme oportunidade de vender soja a preços extraordinários face a uma safra americana deficiente. No entanto, nós perdemos a oportunidade de fazer milhões de cruzeiros. Não foram aumentadas as quotas de exportação, tudo nuns casuísmos que deixam sem entender - uma falta de previsão que é altamente nociva para a agricultura.

MDB. E esta propaganda que nós leigos ouvimos do estímulo à agricultura?

MSS. Mas é um estímulo muito do dia-a-dia, não há um planejamento mais duradouro, mais adequado e minucioso às nossas necessidades, tanto no Estado como no país.

Por exemplo, o Paraná é um dos poucos Estados que têm excedentes, principalmente de milho - poderíamos exportar talvez um pouco de milho. Mas como o Norte sofreu uma grande seca e não vai poder plantar um grão de milho nesta safra, nós vamos ter de sustentar uma população de 15 milhões de habitantes

com nosso excedente. Talvez tenhamos até que importar, porque outras regiões brasileiras sofreram percalços climáticos. Mas isto é um casuísmo, mas as linhas mestras de uma agricultura firme, no que diz respeito ao aspecto fundiário, no que diz respeito ao crédito, no que diz respeito à comercialização, a uma tecnologia cada vez mais avançada, de pesquisas, nós não temos. Nisto tudo se sobressai ainda o Paraná pela riqueza de seu solo, como grande produtor agrícola.

MDB. E a missão da Federação não seria das parte da iniciativa privada, estas linhas mestras, ou procurar vencer estas indefinições?

MSS. E não tem sido outra a nossa conduta nesses anos que nós estamos na Federação, a par de estarmos servindo de pára-choque para os problemas do dia-a-dia, estarmos alertando as autoridades governamentais pela necessidade de planejamento deste tipo, alguma coisa já foi concebida naquilo que ambicionamos na agricultura do país.

MDB. E o estímulo agro-industrial que tem sofrido aquela região, ele é significativo? Em que medida ele poderia gerar empregos para esta população migrante, que ora está se deslocando mais uma vez?

MSS. O Paraná deve aproveitar a grande oportunidade que nós temos, quando o subsídio ao trigo está sendo abolido. Então é a época do Paraná criar a agro-indústria de outros tipos de farinha para substituir a do trigo, só este fato daria uma contribuição invejável ao país; aproveitar seus excedentes na for-

mação do produto industrial, a farinha - não só a farinha de milho, mas a de mandioca, de soja, que pode substituir a farinha de trigo. Este é um ponto fundamental que o Estado deveria estar hoje empenhado principalmente na formação industrial de farinhas que substituíssem a do trigo. Que nós daríamos ao país a oportunidade de ao invés de importarmos trigo que nos exige 2, 2,5 milhões de dólares, isto ficaria no país.

MDB. E está havendo esta iniciativa do próprio produtor quanto à agro-indústria?

MSS. Sim, porque todo mundo está sentindo esta necessidade de substituir a farinha de trigo, mas isto deveria ter um incremento muito maior por parte do governo. O Empresariado rural está fazendo isto às próprias custas e hoje é difícil. Os juros para a implantação de uma indústria são muito grandes, então não há esta condição, então o governo do Estado deveria ser o incentivador desta industrialização do excedente primário paranaense.

MDB. O que eu sinto é que se houver um esvaziamento populacional naquela região, também a agro-indústria pode ser prejudicada, porque se houvesse um desenvolvimento industrial na própria região...

MSS. O excedente daquela mão-de-obra poderia ser aproveitada. É, o seu raciocínio está correto.

MDB. Bem por esta vez creio já ser o suficiente. Espero podermos nos encontrar algumas outras vezes.

MSS. Estamos à disposição para o auxílio de sua tese, a
nossa Biblioteca está a seu inteiro dispor.

MDB. Fico-lhe muito grata.

ANEXO 8 - ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL

Entrevistado: Nicanor Schumacher (NS)*

Entrevistadora: Marionilde Dias Brepohl (MDB)

Data: 28 de fevereiro de 1981

Local: Cascavel -Pr.

MDB. Qual a média dos salários que recebem os trabalhadores rurais de Cascavel?

NS. Acima do salário mínimo é o que eles ganham. De 6 a 8 mil cruzeiros, de 9 a 10 mil. Conforme o serviço deles que eles trabalham na granja.

MDB. É um trabalho mais qualificado, para eles ganharem mais?

NS. É mais qualificado, porque já são pessoas que trabalham com máquinas e pessoas que tomam conta às vezes da granja, e o bôia-fria trabalha a 350 por dia.

MDB. Mas é só no período da safra.

NS. É, é o período da colheita. Inclusive o período da colheita, tá faltando gente para trabalhar na colheita. Muitas vezes eles chegam no posto para pegar os bôia-fria e não acham. Então tem patrão que já tá dando almoço para os bôia-fria, pelo menos.

*O Sr. Nicanor Schumacher foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel durante 15 anos. Veio a falecer no ano de 1982, deixando à vice-presidência a continuidade da gestão do mandato.

Então estes que tá fazendo isso, prá eles tá sobrando bôia-fria. Então eles escolhe qual é o melhor para o serviço, porque eles têm condições, de dá alimentos para estas pessoas, e estas pessoas ficam bem alimentadas. Come à vontade e a pessoa se alimenta à vontade. Então, para estes, pode até trabalhar por menos que eles querem trabalhar, por causa da alimentação que estão dando. Eu já falei com alguns granjeiro, para ver se a gente termina com este problema de bôia-fria. Porque eles têm que preparar a comida à noite e sobra no outro dia - a hora que eles vão comer, tá tudo estragado, tá tudo azedo. Daí a gente vai ver, tá tudo doente. Então, este é um problema sério que sempre ocorreu. Devagarzinho a gente vai falando com os granjeiros, e vamos ver se este problema vai se solucionando.

MDB. No período que não é de carpir nem de colheita, eles conseguem trabalho também?

NS. Daí eles tão trabalhando de volante na cidade. Eles não têm profissão nenhuma. Então eles são servente de pedreiro, ou limpando lotes por aí, e quando não acham serviço, daí ficam de balde. O pior de tudo é que estes bôia-fria tão pagando aluguel; as vez é uma ou duas peças, e fica amontoado aquelas pessoas; às vez num lote só, tem 5 ou 6 casinha. E usam uma patente só, existe então muita falta de higiene. Este é um problema sério que enfrenta. Tem que ser solucionado o problemas de casas para estas pessoas. Nós inclusive tivemos uma reunião aqui na Associação

Comercial e estão querendo fornecer um tipo de uma cooperativa - e dar uma certa quantia de terra para cada uma família com casa - para cada família destas plantarem hortas. E daí eles ficam responsável pela verdura que eles mesmo planta e eles mesmo vendem. Aí estas mulheres e moças não vão ficar trabalhando de bóia-fria. Porque elas vão ficar trabalhando em casa e ganhar muito mais. E o chefe da família sai prá trabalhar de bóia-fria, mas quando ele não tem serviço, ele fica trabalhando em casa, o que é dele. Então eles querem dar isto aí com toda a instalação completa, prá trabalhar de hortigranjeiros. Então a hora que conseguir funcionar isto aí vai ser uma grande coisa isto aí. Porque além de dar moradia, vai dar serviço - porque muitas moças e mulheres vão trabalhar porque precisa. Mas isto não dá certo. Moça e mulher indo trabalhar na roça junto com aquela homaiada, principalmente a pessoa que é cristão. Fica ouvindo aquelas coisas, aquelas banalheiras, aquela coisarada toda, com interesse de fazer mais esculhambação, fazer anarquia, não com interesse no trabalho. E aí então pessoas que não precisavam estar ouvindo certas coisas tem que estar ouvindo por causa dos outros. Então a hora que sair isto aí, vai ser uma grande coisa. Agora, dando a casa, dando a horta prá eles cuidarem. Aí vai ser uma grande coisa, porque além de eles terem isto aí que hoje eles não têm, vão ter prá eles o maior alimento que é verdura, que é aonde contém mais vita-

minas e proteínas, eles vão ter que comprar menos remédios e vão alimentar muitas pessoas que hoje não tão produzindo.

MDB. Sobre o pessoal que está indo embora, são bóias-friás ou proprietários, pequenos proprietários rurais que procuram novas terras?

NS. São a maioria pequenos proprietários e arrendatários. Então eles venturam sair daqui prá ver se herda depois do INCRA ou então do outro lugar; aqui tá sendo difícil porque não se encontra mais terra prá arrendar, porque essas granja, não arrendam mais terra e outros lugar tem terra mecanizada; então hoje, até nas terra dobrada - os fazendeiro tão comprando e ponhando gado. Então nas terra dobrada tá saindo o pequeno agricultor também. Porque saindo o pequeno agricultor, entrando gado. Então a invasão tá muito grande. E isto não foi só aqui em Casca-vel, mas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, todo lugar tá tendo um resultado deste.

MDB. E este bóia-friás, eram antes arrendatários, proprietários, o que eles eram, o senhor sabe?

NS. Eles eram proprietários. Eles tinha um módulo de terra. Então, como eles só tinham um módulo de terra - só podiam escriturar aquele módulo. Então como eles só tinha contrato, então eles se desgostaram daquilo. Mais tarde eles diziam, este contrato não vale nada. Eles pensavam que aqueles dinheiro que lhe pagavam, eles faziam algum coisa com ele. Então logo se acabava o dinheiro, e eles iam trabalhar de bóia-

fria. Eu conheço muito destes que eu conheci em cima da terra, e quando vinham pra cidade, a primeira coisa que faziam era botar um ternozinho pra ver se eles iam se virar com aquilo ali. Quando o dinheiro terminou, eles iam trabalhar de bôia-fria.

MDB. Qual a idade do Sindicato?

NS. Desde 68 que eu estou aqui.

MDB. E antigamente a situação era melhor para o trabalhador?

NS. Era melhor o problema de terra e fartura que eles tinham de tudo. A gente ia na colônia e encontrava. Agora, no outro sentido era mais pior, porque o trabalhador não tinha financiamento, pra vender o produto era difícil, porque se colhia não tinha pra quem vender. E hoje não, o que a gente colhe, a gente vende. Uma das coisas pras pessoas novas, vê falar da crise de hoje, acha uma crise braba, mas antes a crise era pior. Porque antes tinha fartura. Mas as pessoas não tinha pra quem vender. Porque eu também saí da roça, eu sei como era - eu era arrendatário também. Às vezes a gente punha ovos e queijos fora porque não tinha para quem vender. Hoje, tudo o que se tem, se vende. Então, a terra e custo de vida é brabo. Mas também serviço tem. Não trabalha quem não quer trabalhar. Embora aqui em Cascavel nós tamos precisando é de muitas indústrias em Cascavel. Então, a hora que ter indústria, vai terminar o problema do bôia-fria, porque esses bôia-fria vão trabalhando nas indústrias.

MDB. E como se faz a colheita daí?

NS. O problema da colheita pode prejudicar mais o pequeno, né. Porque o pequeno faz na base manual. Mas o grande faz com maquinário tudo. Então prá isto não tem problema. E inclusive, sobre o preço do bôia-fria, o médio é que sofre mais. Porque ele planta menos, colhe menos e vai pagar o pessoal. E o grande paga, mas o rendimento dele é grande. Enquanto que o médio, ele não tira da terra prá ajustar - prá pagar o empregado.

MDB. É, a gente conserta um problema, faz outro. Mas existem colheitas que só podem ser feitas por trabalho manual.

NS. Tem. Principalmente em terras dobradas, então só pode ser manual.

MDB. O que se planta nestas terras?

NS. É milho e feijão. Agora muitos plantam soja nas terras dobradas.

MDB. Mas não existindo colheita manual, e o pessoal deixando de plantar, isto faz falta na cidade.

NS. É o problema. É o que eles tão dizendo. Que eles vão fazer menos lavoura. Estes pequenos e médios já tão dizendo que vão fazer menos lavoura. Só pelo tanto que eles podem dar conta. Só para não por empregados. Porque não tem condição. Então vai fazer menos lavoura.

MDB. Realmente a gente vê lá na cidade o preço de feijão. O pessoal pobre não pode comprar estas coisas.

NS. Um absurdo é o preço do supermercado. Quando tem

para vender, a gente vende barato. Mas no supermercado é tudo danado de caríssimo. Então quem tá lucrando com isto é só o intermediário. Quer dizer que o coitado do consumidor sofre e o produtor sofre também. Quer ver o problema do porco. Quer dizer que taí o porco tipo banha à base de Cr\$ 40,00 o quilo. No açougue, é Cr\$ 140,00. E tem o tipo de carne - que eles pagam um pouco mais. O tipo banha é mais barato, que eles falam. Mas no açougue não tem tipo carne ou tipo banha. É um preço só. Então devia de ter também um preço diferente. Do porco comum nos supermercados e nos açougues. Então dizer: isto aqui é porco comum, mais barato o porco banha. Mas depois que sai das mãos dos criadores, depois que tá na mão dos intermediários. Aí é um preço só.

MDB. O preço mínimo é um preço satisfatório?

NS. Não. O preço de Cr\$ 75,00 que tamo pedindo é o preço que tá custando prá criar o porco. Quer dizer, alguns vão terminar com a criação - os que têm compromisso com o banco, vão ficar com a metade da criação. E a idéia, se não melhorar, é de ir encerrando, encurtando a suinocultura.

MDB. Antigamente, a produção maior para fora era de porco?

NS. É. Assim era. Era o oeste e o sudoeste. Agora eles vendem a porcada para a SADIA e para o frigorífico Iguaçu. Também clandestino, pelos açougues. Mas o grosso não é mais suinocultura. O grosso é soja mesmo.

ANEXO 9 - CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS DOS ADQUIRENTES E TRANSMITENTES, SEGUNDO O REGISTRO DE CONTRATOS DE COMPRA E VENDA

(Em %)

CATEGORIAS	1960-1969		1970-1980	
	Transmitente	Adquirente	Transmitente	Adquirente
Não citado	8,5	42,4	1,5	12,2
Setor Primário	20,8	38,2	52,8	64,7
Setor Secundário	1,8	2,2	1,4	1,8
Setor Terciário	11,0	8,1	12,2	15,0
Doméstica ou artesanal	1,0	3,0	3,3	2,5
Pessoa Jurídica	6,8	4,3	14,7	1,9
Poder Público	49,2	1,6	0,6	0,8
Religiosos	0,1	0,1	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

ANEXO 10 - PREÇOS MÉDIOS EM CRUZEIROS POR CLASSES DE ÁREA, SEGUNDO OS VALORES DEFLACIONADOS DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DOS MUNICÍPIO DE CASCAVEL - 1960-1980

CLASSES DE ÁREA	PREÇOS MÉDIOS	Nº DE CASOS
0 - 1	264 864,00	58
1 - 2	65 653,00	14
2 - 5	39 621,00	107
5 - 10	22 703,00	100
10 - 20	15 301,00	232
20 - 50	5 701,00	833
50 - 100	4 321,00	217
100 - 200	3 249,00	156
200 - 500	497,00	200
500 - 1 000	800,00	14
1 000 - 2 000	1 560,00	6
2 000 - 5 000	667,00	4
5 000 - 10 000	273,00	2
Maior que 10 000	63,00	3
TOTAL	16 782,00	1 946

ANEXO Nº 11 - CORRELAÇÕES DE VARIÁVEIS RELEVANTES PARA OS CONTRATOS DE
COMPRA E VENDA

CORRELAÇÕES	COEFICIENTE	SIGNIFICÂNCIA
Preço/ha - área	- 0,0078	0,365
Preço/ha - zona	- 0,04	0,037
Preço/ha - benfeitoria	0,38	0,001
Preço/ha - Profissão do transmitente	0,58	0,001
Área - Valor	0,22	0,001

ANEXO 12 - DISTRIBUIÇÃO EM PORCENTAGEM DE PROPRIEDADES TRANSACIONADAS POR CLASSE DE ÁREA. ANOS DE 1960, 1969,
1976 e 1980 - CASCAVEL

CLASSES DE ÁREA	1960		1969		1976		1980	
	Área	Nº de Propriedades						
0 - 1	-	0,1	-	8,5	-	1,2	-	0,1
1 - 2	-	-	-	1,6	2,0	11,2	0,1	0,4
2 - 5	-	0,2	-	10,7	4,0	13,7	1,1	1,5
5 - 10	-	0,2	0,1	8,0	12,0	25,0	2,2	1,6
10 - 20	0,3	0,6	0,4	15,4	4,4	38,7	6,0	2,5
20 - 50	6,2	4,6	18,4	33,4	1,2	5,0	16,2	2,9
50 - 100	4,4	1,3	13,0	10,7	2,6	5,0	5,8	5
100 - 200	7,0	1,1	15,6	6,3	-	-	5,2	3
200 - 500	27,0	1,7	17,6	3,5	-	-	5,1	1
500 - 1 000	1,8	-	7,1	0,5	-	-	57,9	1
1 000 - 2 000	1,6	-	21,5	0,8	-	-	-	-
2 000 - 5 000	3,3	-	-	-	-	-	-	-
5 000 - 10 000	3,0	-	-	-	-	-	-	-
10 000 e mais	44,9	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Obs.: (-) não significante ou não existente

ANEXO 13 - ARRENDAMENTOS RURAIS EM CASCAVEL

VARIÁVEIS	Nºs ABSOLUTOS	%
-----------	---------------	---

1) Tipos de Arrendamento

Produto	941	74,4
Trabalho	34	2,7
Dinheiro	241	19,1
Produto-trabalho	26	2,1
Trabalho-dinheiro	2	0,2
Dinheiro-produto	6	0,5
Dinheiro-trabalho	13	1,0
TOTAL	1 264	100,0

2) Formas de Pagamento

% de produção	953	75,4
% do produto vendido	3	0,2
Cruzeiros	260	20,6
Trabalho	48	3,8
TOTAL	1 264	100,0

3) Tipos de Pagamento

À vista	4	0,3
Ao fim da colheita	248	19,6
Ao fim do prazo	769	60,8
Ao ano	207	16,4
Em parcelas reajustáveis	5	0,4
Por semestre	31	2,5
TOTAL	1 264	100,0

ANEXO 14 - CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS DOS ARRENDANTES E ARRENDATÁRIOS
1960-1980

ARRENDANTE	%	ARRENDATÁRIO	%
Setor Primário	60,8	Setor Primário	63,3
Não citada	20,7	Não citada	25,6
Setor Terciário	12,8	Setor Terciário	8,3
Domésticas ou artesanais	1,7	Pessoa jurídica	1,7
Outras	4	Outras	1,10
TOTAL	100,0	TOTAL	100,0

ANEXO 15 - CORRELAÇÕES ENTRE VARIÁVEIS RELEVANTES PARA OS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

CORRELAÇÕES	COEFICIENTES	CASOS	SIGNIFICÂNCIA
Área arrendada com área total declarada	0,47	1 264	0,001
Quando soja e pagamento em dinheiro - valor do contrato com área total	0,64	86	0,001
Quando soja e pagamento em dinheiro - valor do contrato com área arrendada	0,66	56	0,001

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS

Entrevistas:

01. BREPOHL, Marionilde Dias. Entrevista realizada com o deputado estadual Geronte Kirinos, do Partido Democrático Brasileiro. Curitiba, nov.1980.
02. . Entrevista realizada com o sr. Nicanor Schumacher, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cascavel. Cascavel, jan.1981.
03. . Entrevista realizada com dr. Mário Stadler de Sousa, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Curitiba, 1981.
04. . Entrevista realizada com o Rev. Elias Quintano, pastor da Igreja Presbiterana de Nova Aurora. Cascavel, jan.1981
05. . Entrevista realizada com o engenheiro agrônomo Mário Luchesa, Assessor direto da Direção Geral da COOPAVEL (Cooperativa Agropecuária de Cascavel). jan. e set.1981.
06. . Entrevistas realizadas com pequenos produtores de soja, que assistem à Comunidade Presbiterana de Nova Aurora. Nova Aurora, julho, 1981.
07. . Entrevista realizada com o sr. José de Tal, arrendante de terras em Cascavel. Cascavel, julho 1981.
08. . Entrevista realizada com o sr. Gunther Blum (?), comprador de lotes da MARIPÁ (Indústria Madeireira do Paraná). Cascavel, jan. 1982.
09. . Entrevistas realizadas com um grupo de migrantes de Cascavel com destino a São Paulo. Rodoviária de Cascavel. Cascavel, jan. 1982.

Documentos Cartoriais:

01. I CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DA COMARCA DE CASCAVEL. Contratos de arrendamento rural. "Livro de Registro de títulos, Documentos e outros papéis". Cascavel, 1960-1980.
02. . Contratos de compra e venda de lotes rurais. Livro do Cartório de Registros de Documentos da Comarca de Cascavel. Cascavel, 1960-1975.
03. . Contratos de Compromisso de compra e venda de lotes rurais. "Livros de Registro de Títulos, Documentos e outros papéis". Cascavel, 1975 a 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. AMIN, Samir et VERGOPoulos, Kostas. La cuestión paysanne et le capitalismo. Paris, Anthropos-idep. 1974. 312p.
02. ANAIS do VIII Simpósio Nacional dos Professores de História. A propriedade Rural. COSTA, Odah R. Planos de colonização oficial aplicados, a partir da década de 30 em zonas de povoamento, no Estado do Paraná. São Paulo, 1976. p.817-841
03. ANGELI, José. A cidade de Alfredo Sousa. Beija-Flor, Curitiba, 1979. 215p.
04. BEN-HUR, Raposo. Reforma agrária para o Brasil. Lisboa, Fundo e Cultura, 1965. Cap. 5 p.100-165.
05. BOSEROUF, Ester. Condiciones del desarrollo en la agricultura. Madri, Tecnos, 1967. 161p.
06. BRASIL. Ministério da Agricultura. Produção Agrícola dos Municípios do Paraná, 1960-1969. Rio de Janeiro, 1961-1970.
07. BRASIL. Ministério da Agricultura. Secretaria Geral.- Subsecretaria de Planejamento e Orçamento. Escritório de Análise Econômica e Política Agrícola. Sinopse Estatística da Agricultura Brasileira, 1947 a 1970, Subsetor Lavouras, Região Sul. Brasília, 1972. v.3. 393p.
08. CÂNDIDO, Antônio. Os parceiros do Rio Bonito. 3.ed. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1975. 284p.
09. CARDOSO, Ciro. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1979. 212p.
10. CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do desenvolvimento; Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 371p.
11. CASTRO, Ana Célia et alii. Evolução recente e situação atual na agricultura brasileira: síntese das transformações. Brasília, BINAGRI, 1979. 270p.
12. CHAYANDV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Ayres, Nueva Visión, 1974. 312p.
13. COSTA, Odah Regina Guimarães. A reforma agrária no Paraná. Curitiba. Tese. Professor Titular de História da América. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. 1977. 318p.
14. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Centro de Estudos Agrícolas. Preços Recebidos pelo agricultores; Médias anuais 1966/1973; Médias mensais 1973. Rio de Janeiro, 1974. 99p.
15. _____; Médias anuais 1972/1977; Médias mensais 1977. Rio de Janeiro, 1978. 108p.

16. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Centro de Estudos Agrícolas. Preços recebidos pelos agricultores; Médias anuais 1974/1979; Médias mensais 1979. Rio de Janeiro, 1980. 102p.
17. _____. Médias anuais 1979/1980; Médias mensais 1980. Rio de Janeiro, 1981. 110p.
18. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agrícola: Estado do Paraná, 1960. Rio de Janeiro, 1967. 155p.
19. _____. Censo Agropecuário - Paraná, 1970. Rio de Janeiro, 1975. 629p.
20. _____. _____, 1975. Rio de Janeiro, 1979. 2v.
21. _____. _____, 1980. Rio de Janeiro, 1982. 106p.
22. FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Estatísticas agrícolas do Paraná. Subsetor lavouras. Curitiba, 1976. 250p.
23. _____. Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976. 209 fl.
24. _____. A expansão da soja e as transformações nas relações de trabalho na Região Centro-Oeste paranaense. Curitiba, 1977. 172fl.
25. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 15.ed. São Paulo, Nacional, 1977. 248p.
26. _____. Análise do Modelo Brasileiro. 5.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. 122p.
27. GORENDER, Jacob. Escravidão colonial. São Paulo, Ática, 1978. 590p.
28. GRAZIANO DA SILVA, J.F. (coord.) Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978. 267p.
29. GRAZIANO DA SILVA, J.F. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. Campinas. Tese. Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 1980. 2v.
30. _____. O que é questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. 109p.
31. GRAZIANO DA SILVA, J.F. e STOLCKE, Verena. (org.) A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. 185p.
32. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 255p.
32. HOJE. Cascavel, 1980-81.
33. HOFFMANN, R. Medidas de Concentração de uma distribuição e a desigualdade econômica em uma sociedade. Piracicaba, Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiróz", Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, 1976. 88p. Série Estudos nº 20.
34. HOBBSBAWN, Eric. Os Camponeses e a política. in: Ensinos de Opinião (2+6):42-45. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

35. IANNI, Otávio. Ditadura e agricultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 247p.
36. ÍNDICE ECONÔMICOS NACIONAIS. Conjuntura Econômica 16(1):93, 16(12):99, 1962; 18(1):105, 1964; 19(1):93, 19(12):87, 1965; 21(1):93, 1967; 22(12):117, 1968; 23(12):166, 1969; 25(4):177, 1971; 27(12):169, 1973; 30(1):145, 1976; 33(1):138, 1979; 34(1):111, 1980; 35(1):101, 1981.
37. KAUTSKY, Karl. La cuestión agrária. Paris, Ruedo Ibérico, 1970. 501p.
38. KULA, Witold. Problemas y métodos de la história econômica. 3.ed. Barcelona. Península, 1977. 729p.
39. LE GOFF, Jacques, e NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976. 193p.
40. _____. História: novos objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. 240p.
41. _____. História: novas abordagens. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. 200p.
42. LINHARES, Maria Yeda. História do abastecimento; uma problemática em questão, (1530-1918). Brasília, BINAGRI, 1979. 222p.
43. LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História política do abastecimento. (1918-1974). Brasília, BINAGRI, 258p.
44. _____. História da agricultura brasileira. Combates e controvérsias. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1981. 170p.
45. LOUREIRO, Maria Rita. (org.) Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo. Cortez/Autores associados, 1981. 155p.
46. MARIGHELLA, Carlos. A questão agrária brasileira. (textos dos anos 60). São Paulo. Brasil-Debates, 1980. 127p.
47. MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, HUCITEC, 1979. 157p.
48. _____. Expropriação e violência. São Paulo, HUCITEC, 1980. 181p.
49. _____. A sujeição da renda da terra e o novo sentido da luta pela reforma agrária. in: Encontros com a Civilização Brasileira. São Paulo, (22): 199-221. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
50. _____. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981. 185p.
51. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Critique de Malthus. Paris, MASPERO, 1978. 313p.
52. MARX, Karl. O capital. Crítica da economia política. 2.ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1971. v. 1 e 6.
53. OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira: crítica à razão dualista. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1977. 78p.
54. O ESTADO DO PARANÁ. Curitiba, 1957-70.

55. ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS para la Agricultura. Informe del segundo congreso de alimentación. La-Haya, Países Bajos, 16-30. Junho, 1970. Roma, 1971.
56. O SUDOESTE. Pato Branco, 1962-67.
57. PADIS, Pedro Calil de. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo. HUCITEC, 1981. 235p.
58. _____. A fronteira agrícola. in: Revista de Economia Política. (1):51-75. São Paulo, Brasiliense, 1981.
59. PARANÁ. Secretaria de Estado da agricultura. Estatísticas Agrícolas 1970-1980. Curitiba, s.d.. não publicado.
60. PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Grupo de Planejamento Setorial. Perfil Agropecuário Municipal. Curitiba, s.d.. não publicado.
61. PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Produção Agrícola Nacional 1960-1980. Curitiba, s.d.. não publicado
62. PEIXOTO, Heverton et alii. A soja na pequena produção. Brasília, BINAGRI, 1979. 74p.
63. PINHEIRO MACHADO, Brasil. Formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História.(3):4-27. Junho, 1963.
64. _____. Sinopse da História regional do Paraná. Curitiba, Instituto histórico-geográfico e etnográfico paranaense, 1981. 26p.
65. PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. 16. ed. São Paulo, Brasiliense, 1973. 351p.
66. _____. A questão agrária no Brasil. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1980. 188p.
67. PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO PARANÁ. 1963-1972. Separata da Revista Paranaense de Desenvolvimento. (33), nov-dez. 1972. 47p.
68. RÊGO, Rubem Murilo Leão. Terra de Violência, estudo sobre a luta pela terra no sudoeste do Paraná. São Paulo. Dissertação. Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo, 1979. 138p.
69. RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. 2.ed. Lisboa. Fundação Calouste. Gulberkian, 1965. 512p.
70. SANDRONI, Paulo. Questão agrária e campesinato. São Paulo. POLIS, 1980. 104p.
71. SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho. São Paulo. HUCITEC, 1978. 182p.
72. _____. A reprodução subordinada do campesinato. Porto Alegre, set. de 1980. (mimeo) 18p.
73. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL. O fenômeno migratório na região Sul. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975. 110p.
74. _____. Migrações internas. Porto Alegre, 1979. 142p.

75. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Análise da oferta e demanda de Recursos Humanos no Paraná. Curitiba, 1975. 305p.
76. VILAR, Pierre. Economia campesina? in: Introducción al vocabulário histórico. Madri, Grijalbo, 1978. p. 267-315.
77. WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. in: Reflexões sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. p.17-41.
78. WESTPHALEN, Cecília Maria, et alii. Nota prévia ao estudo da ocupação do Paraná Moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Departamento de História (7):1-52; 1968.